

# Diário do Legislativo de 11/10/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 60ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 61ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - 62ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.4 - Reuniões de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATA

## ATAS

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 6/10/2005

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Rêmoló Aloise e da Deputada Maria Olívia

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Zé Maia, Rogério Correia, Miguel Martini e Edson Rezende; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.462/2005; requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho; aprovação do requerimento - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.460/2005; discurso do Deputado Durval Ângelo; questões de ordem; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação das Emendas nºs 1 a 4; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.463/2005; aprovação na forma do vencido em 1º turno; declarações de voto; questões de ordem; declarações de voto; questões de ordem - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilton Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João

Leite - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Maia.

O Deputado Zé Maia - Sr. Presidente, na reunião de ontem, com os ânimos acalorados nesta Casa, fiz uma intervenção no Plenário questionando alguns integrantes do governo anterior, os quais podem e devem ter entendimentos contrários. No meu entendimento, alguns integrantes do governo anterior não valorizaram o servidor público no exercício de sua função. Evidentemente minha intenção não fora atacar o governo anterior, até porque tenho enorme respeito pela biografia do Presidente Itamar Franco. Não quero, porque entendo não ser o momento oportuno, fazer uma avaliação do governo do Presidente Itamar Franco quando Governador de Minas Gerais; quero apenas registrar que tenho enorme respeito por sua biografia, até porque um político que foi Prefeito de sua cidade, Juiz de Fora, Senador, Vice-Presidente da República e Presidente da República, por certo há de merecer de todos nós enorme respeito.

Portanto, queria fazer esse reparo, deixando claro que não foi nossa intenção atingir o governo anterior, até porque não estava nesta Casa e não participei de perto do governo Itamar Franco em Minas Gerais. Questionei apenas a atuação de alguns integrantes de seu governo, que poderiam ter feito algo pelo funcionalismo público, o que, no meu entendimento, não foi feito. É claro que é uma opinião pessoal, e não houve intenção alguma de atingir o governo do Presidente Itamar Franco.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - De fato, a reunião realizada ontem teve um final bastante tenso. Em primeiro lugar, gostaria de me solidarizar com a Deputada Lúcia Pacífico, pela agressão que sofreu. Evidentemente, isso não pode ser regra, nem mesmo acontecer como exceção, em uma Casa Legislativa. As manifestações não podem ser feitas com esse tipo de excesso, e nesse aspecto precisam ser coibidas. Assim, gostaria de externar publicamente a minha solidariedade à Deputada Lúcia Pacífico, que foi minha colega como Vereadora e agora como Deputada e merece todo o nosso respeito. As pessoas das galerias não têm o direito de agir dessa maneira, atirando moedas ou direcionando qualquer tipo de agressão a nenhum dos Deputados, de forma que quero deixar muito clara a minha solidariedade à Deputada.

Mas as nossas reuniões são públicas, e, se precisamos coibir esse tipo de atitude, não significa que devamos fechar o acesso do público às galerias. Assim, peço a V. Exa. que revogue a decisão de não permitir a entrada dos populares. De minha parte, não participo de nenhuma reunião que seja fechada e a que o público não tenha acesso. Que medidas sejam tomadas para coibir manifestações que não sejam próprias do Poder Legislativo. Mas não há base regimental para que se proíba a entrada de populares nas galerias. Era a consideração que gostaria de fazer.

Em relação às polêmicas que se travaram ontem, cada um tem sua opinião política a respeito disso. Penso que o PSDB tem ofendido sempre o ex-Governador Itamar Franco, apesar de Itamar ter dado a vitória a Aécio Neves. Aliás, na minha opinião, o maior erro de Itamar Franco em sua vida política foi ter apoiado o Governador Aécio Neves. Foi seu maior erro. É claro que Itamar Franco errou várias vezes e acertou muitas, como ao não permitir a privatização de Furnas, da Cemig e da Copasa, mas seu maior erro foi ter apoiado o Governador Aécio Neves. Mesmo assim os Deputados do PSDB vivem fazendo críticas que atingem o ex-Governador Itamar Franco. É uma tremenda ingratidão do PSDB com o Governador, que, infelizmente, elegeu o Governador Aécio Neves. Não adianta, depois, pedir perdão e tecer explicações, tentando fazer carinhos no ex-Governador Itamar Franco, que não é bobo e sabe muito bem que o PSDB tem essa ingratidão para com ele e sempre o atinge nesta Casa. Nesse ponto, quero até ser solidário com o ex-Governador Itamar Franco, apesar das divergências políticas que possamos ter. Não há dúvida de que ele dispensava ao funcionalismo público um tratamento, se não exemplar, muito melhor que o dispensado pelo atual governo neoliberal, que apresenta uma tabela tão mixuruca, depois de ficar enrolando durante três anos o servidor público. Então, o PSDB tem sua concepção do governo Itamar Franco, que não só foi exposta ontem pelo Deputado Zé Maia, como explicitada reiteradas vezes por outros Deputados do partido. Assim, se vai constar na ata uma desculpa do PSDB, que conste também a nossa solidariedade ao ex-Governador Itamar Franco pelas agressões que vem sofrendo do PSDB nesta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, queremos, além de manifestar nossa solidariedade à Deputada Lúcia Pacífico, dizer que o Plenário é de fato lugar de debate. Por isso mesmo é preciso que os limites de cada um sejam respeitados, até mesmo nas opiniões. O Deputado que me antecedeu externou a sua opinião, da qual discordo inteiramente. Talvez o maior erro do ex-Presidente Itamar Franco tenha sido apoiar o governo Lula. Essa é a percepção que o Brasil tem, pela decepção que causou ao povo brasileiro.

Penso que os mineiros acham que Itamar Franco deveria continuar apoiando o Governador Aécio Neves, que conseguiu fazer em Minas Gerais o que os outros não fizeram. Ele conseguiu fazer para o servidor público o que não foi feito pelos outros. Com raríssimas exceções, os servidores públicos não foram bem tratados no governo anterior. Apenas os servidores da segurança pública, da Polícia Militar, tiveram atendimento; os outros não foram atendidos pelo governo anterior.

Temos de restaurar a verdade: o plano de cargos e a tabela foram votados por este governo; o 13º salário passou a ser pago em dia neste governo; as verbas retidas foram pagas por este governo; os reajustes para a área de segurança pública foram dados por este governo. Respeitamos as opiniões favoráveis e contra, mas é preciso restaurar a verdade. Houve erros sim, possivelmente, mas em apoiar este governo federal, que tem sido um estrago neste País. O reajuste para o servidor público federal foi de 0,1%. O crescimento da nossa economia está muito aquém do crescimento de todos os países latino-americanos. O mundo tem um "boom" de crescimento, e o Brasil crescerá em torno de 3,5% ou 3,6%, o que é irrisório. Se houve erro em apoiar alguém, foi em apoiar o governo federal.

Em Minas Gerais as coisas estão indo muito bem. Tenho certeza de que o Governador Itamar Franco está muito contente por ter apoiado o Governador Aécio Neves, e continuará apoiando-o, porque tem sensibilidade e percebe o que é bom para o Estado de Minas Gerais e para o

povo mineiro. E apoiará, como mineiro que é.

Nesse sentido quero dizer que discordamos absolutamente. Tenho minhas dúvidas quanto ao Governador Itamar Franco continuar apoiando o governo federal, o Presidente Lula, até porque ele já se desligou do cargo de Embaixador. Tenho certeza de que pensará em Minas Gerais e buscará alternativas para o governo federal.

No Brasil, a esperança foi a primeira a morrer. Queremos um Brasil se desenvolvendo e crescendo, que seja governado por alguém que tenha visão gerencial e administrativa, alguém que tenha experiência de modernidade. Minas tem quadros para oferecer. Temos nomes extraordinários, como o do ex-Presidente Itamar Franco, que pode ser um bom nome para o governo federal, e o do Vice-Presidente José Alencar. Sem dúvida nenhuma, o Governador Aécio Neves credencia-se por tudo que tem feito no Estado de Minas Gerais, pelo grande exemplo que tem dado à população, reduzindo o imposto de 150 produtos para levar Minas Gerais a um crescimento maior, à geração de empregos e ao desenvolvimento econômico e social. Não sei se será agora, mas, num momento ou em outro, o Brasil desejará que ele esteja no governo federal, mostrando como se faz. Em Minas Gerais, ele tem feito a diferença.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, o Bloco PT-PCdoB vem acompanhando a discussão da tabela do projeto para a educação nos últimos 100 dias, "pari passu", em todas as comissões, numa relação tranqüila com os sindicatos das categorias da educação e da saúde. Tem sido um período de discussão de idéias, objetivando a melhoria desse projeto que o Governador encaminhou a esta Casa. Apresentamos emendas para trazer justiça para os trabalhadores do ensino, que são milhares e dão assistência a outros milhares de alunos do ensino fundamental e médio, como também aos abnegados servidores da saúde, que atendem os pacientes, fazem exames laboratoriais, enfim, dão atenção à saúde e à vida.

O Bloco PT-PCdoB, durante esse período, manifestou seu compromisso para com o servidor público, a fim de resgatá-lo da condição em que se encontra após 12 anos de corrosão salarial, após 12 anos em que ficou abandonado pelos governos, que não valorizaram sua carreira. O Bloco PT-PCdoB, nesse período, por meio de discussões e emendas, procurou melhorar o projeto, que, no nosso entendimento, está muito aquém daquilo que merecem os servidores e daquilo que pode fazer o Estado para melhorá-lo mais ainda. Se o PIB brasileiro cresceu, o mesmo ocorreu em Minas Gerais. É hora de repartir parte desse PIB com os servidores.

Sr. Presidente, o papel do Bloco PT-PCdoB é fazer o que fez, ou seja, promoveu debates, apresentou questões e divergências sobre essa tabela. Não podemos aceitar as acusações feitas ontem neste Plenário. Foram acusações de cunho pessoal ou dirigidas ao Bloco PT-PCdoB. Disseram que estaria havendo corrupção, que estaríamos fazendo acordos por trás e que votaríamos de outra forma. Não podemos admitir esse procedimento, Sr. Presidente, essa forma de expor os fatos, de xingar as pessoas ou de apontar o dedo, chamando-as de corruptas. Esta Casa não pode concordar com essa forma de comportamento.

Sr. Presidente, para a melhor condução dos nossos trabalhos precisamos do Código de Ética, que já foi apresentado à Mesa. Devemos tê-lo como referência de comportamento. Quando uma pessoa ataca outra, está fugindo do escopo. Podemos ter divergências - e as temos -, mas que sejam discutidas no âmbito das idéias, das concepções, e não dos ataques pessoais que atingem a imagem da própria Casa. As pessoas que nos assistem perguntam: será que são esses os Deputados que estão lá? É assim que trabalham em prol do povo de Minas Gerais?

Sr. Presidente, o Código de Ética é fundamental. Em nome do Bloco PT-PCdoB solicito a V. Exa. que o Código de Ética, o projeto que está em poder da Mesa, tramite e seja discutido para termos um instrumento de punição para aqueles que, por falta de decoro parlamentar, fogem às regras mínimas do relacionamento interpessoal e do relacionamento político, fundamental para o estabelecimento de um parâmetro de comportamento. Serão salvos os que se comportam com ética em seu trabalho, e punidos os que fogem da ética desejando atingir e manchar as pessoas, pois mancham muito mais esta instituição, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte e não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Questões de Ordem

A Deputada Lúcia Pacífico - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, venho aqui, bastante emocionada, agradecer o carinho, a solidariedade, a amizade e o apoio que todos manifestaram à minha pessoa durante o incidente ocorrido ontem. Foi lamentável. Deus estava e está comigo, porque a minha vista poderia ter sido atingida, em função da proximidade do olho. O pior foi o meu problema de pressão alta, alvo de cuidados do plantão médico. Fui atingida, mas poderia ter sido qualquer um de nós. Lamento que a democracia cause essa falta de respeito aos direitos dos outros, como ficou demonstrado pelo comportamento das galerias, durante a reunião de ontem.

Estávamos respeitando o direito deles de se pronunciarem, mesmo fazendo a maior balbúrdia nas galerias. Mas não é dessa forma que vamos conseguir alguma coisa, quer seja junto ao governo municipal, que seja junto ao estadual, quer ao federal.

Acontecimentos como o de ontem não podem repetir-se, Sr. Presidente. Os cartazes acusavam-nos de maneira escandalosa, quando não temos culpa alguma. Diziam coisas horríveis a nosso respeito. Essa democracia tão livre não pode continuar.

Mais uma vez, quero agradecer de coração. Nunca pensei que fosse tão querida pelos meus colegas. Graças a Deus, estou aqui. Um bom soldado não foge da guerra. Tive de fazer uma pequena cirurgia, mas a pressão está controlada e estou firme e forte, com todos vocês. Obrigada.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Presidente. Ouvi atentamente as considerações dos Deputados Rogério Correia e Edson Rezende. Ontem, diante da bagunça nas galerias e do insulto de um Deputado da tribuna, havia tomado uma decisão. Hoje, em razão das considerações do Deputado Rogério Correia, decidi retirar o requerimento que apresentaria, por causa da falta de decoro de um parlamentar, que insultava a galeria. O fundamento seria o art. 62 do Regimento Interno e o art. 9º do Código de Ética, porque ontem faltou decoro aqui, sim.

Não vou admitir, Sr. Presidente, e acredito que V. Exa. também não mais admitirá uma coisa dessas. Os servidores podem vir para o debate

democrático, têm o direito de fazer manifestações, mas não vou aceitar mais o que ocorreu aqui ontem, quando livremente colocaram cartazes e faixas chamando os Deputados de ladrões e de corruptos. Não sou ladrão, não sou corrupto e não vou admitir isso. Eles realmente extrapolaram, tudo tem limite.

Outro fato a mencionar é que tenho dificuldade para colocar um assessor meu próximo à entrada do Plenário; porém, ontem vi todo um sindicato aqui ao lado, até concedendo entrevistas, pronto para entrar no Plenário, enquanto o Deputado não tem o direito de receber seus assessores. Mas os sindicalistas, pessoas que nunca vi, estavam todos aqui.

Quanto a essa ameaça que estão fazendo aos Deputados Estaduais, se alguém tem alguma denúncia, que a faça, que a comprove. Mas não vou aceitar algo como o que ocorreu aqui ontem. Chamaram as Deputadas e os Deputados da Casa - é lógico que não nominaram ninguém - de ladrões e corruptos. Não vou mais admitir isso.

O Deputado Edson Rezende disse muito bem que temos de respeitar o Código de Ética, e, baseado em seu art. 9º e no art. 62 do Regimento Interno, daria entrada a esse requerimento. Ontem, logo após a reunião, o Deputado procurou-nos pedindo desculpas, mas essa não é a primeira nem a segunda vez que ele faz isso. Peço a esse Deputado, que parece estar um pouco entusiasmado com o Parlamento, que respeite seus colegas, que respeite esta Casa, senão teremos de tomar medidas contra a pessoa e contra os atos desse parlamentar, que está faltando com o decoro nesta Casa.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, todos sabemos que ontem a reunião foi muito tumultuada. Eu estava na tribuna encaminhando uma emenda do Bloco PT-PCdoB, com a nova tabela salarial, que fazia uma correção de 22%. Estava indignado, revoltado com as tabelas do governo, já que o Estado de Minas Gerais tem um dos piores pisos entre as demais unidades da Federação. Levantei a questão da autonomia do Poder Legislativo, não só da Assembléia Legislativa, mas de todos os Poderes do País, em níveis municipal, estadual e federal.

Quando desci da tribuna e conversei com o Deputado Ermano Batista, a quem muito estimo e respeito por toda a sua experiência, percebi que me excedi. Realmente não tenho o direito nem o dever de fiscalizar os votos, as palavras nem as opiniões dos Deputados desta Casa. Peço desculpas publicamente a todos os Deputados que se sentiram ofendidos. Tenho minha postura, minha opinião, discordo das tabelas e do posicionamento do Governador, mas não tenho o direito de fiscalizar a opinião e o voto dos Deputados.

Lamento o fato de alguém ter jogado um objeto para agredir um Deputado que estava mandando beijo para a platéia e dando tchau, pois, infelizmente, atingiu a Deputada Lúcia Pacífico, que respeitamos e por quem temos carinho e estima. Como ela mesma disse, isso poderia acontecer com qualquer Deputado. Não se justifica o ato dessa pessoa que atirou o objeto. Isso não reflete o sentimento nem a forma democrática e o direito legítimo dos servidores de reivindicarem o reajuste dos seus salários, que não têm aumento há 11 anos.

No mais, reafirmo o compromisso do Bloco PT-PCdoB de lutar por condições dignas para todos os servidores do Estado de Minas Gerais.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, peço a suspensão da reunião por 10 minutos para entendimentos quanto à votação na parte da manhã.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado André Quintão, vai suspender a reunião por 10 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência solicita ao Chefe da Segurança que abra as galerias para que o público assista à reunião.

#### Discussão e Votação de Proposições

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.462/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das carreiras do Grupo de Atividades de Saúde, de que trata a Lei nº 15.462, de 13/1/2005, os seus reajustamentos e o posicionamento de servidores nas referidas carreiras. Vem à Mesa requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, solicitando o adiamento da votação do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.460/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das carreiras dos profissionais de educação básica que integram o Grupo de Atividades de Educação Básica, de que trata a Lei nº 15.293, de 5/8/2004, os seus reajustamentos e o posicionamento de servidores nas referidas carreiras. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse projeto está sendo votado em uma situação excepcional. A última vez que esta Assembléia se reuniu, ainda na Rua Tamoios, sem público para votar, foi quando da cassação dos Deputados Sinval Bambirra, Clodesmidt Riani e José Gomes Pimenta, o "Dazinho". Naquela época explicava-se, porque era abril de 1964, estávamos em plena ditadura militar. Acho que não há excepcionalidade nenhuma prevista no Regimento Interno para que a votação ocorra sem que o povo assista a ela.

Esta é a Casa do povo, portanto deve estar aberta à participação popular. Caso necessário, que estabeleçam mecanismos que controlem a entrada do público, que estabeleçam mecanismos para que os Deputados e os servidores tenham segurança. Esta reunião pode ser anulada por qualquer Deputado - e é um risco que correm V. Exa. e a Mesa da Assembléia -, pois não há respaldo legal para medida tomada. A ditadura de 1964 não é uma boa comparação neste momento. Também não é uma boa comparação o dia em que esta Casa se calou diante de um Capitão do Exército, que trouxe o recado de um General, determinando como os Deputados deveriam votar à época. Apelo para que a votação desse projeto ocorra dentro da normalidade democrática, regimental e legal.

Presenciamos, no Congresso Nacional, a cassação do Presidente da Câmara Federal. Apesar de todo o embate, o povo lá ficou até o final, mesmo havendo conflito com os seguranças dessa Casa. E vejam que a entrada foi seletiva, com senhas distribuídas, como é de praxe nessa Casa Legislativa. Mesmo assim, lá ficaram até o final da votação.

Meu voto de abstenção neste momento é em vista da anormalidade. Compreendo o episódio de ontem, oportunidade em que ainda ocorreu outra excepcionalidade, e fui sincero ao falar com V. Exa. que nunca, em momento algum, se impediu que se fizesse a verificação de quórum.

E, devido àquele tumulto, isso foi feito.

Digo aos Deputados, principalmente aos da Oposição, que as coisas mudam na Assembléia Legislativa. Quem garante que, em 2007, não será um Deputado de outra corrente partidária que presidirá este Poder Legislativo? Quem garante que não teremos outra hegemonia no poder institucional no Estado, em 2007, como já tivemos antes, em 1999, ocasião em que aqui um Deputado rasgou o Regimento Interno, jogando suas folhas para cima, dizendo que o então Presidente, Anderson Aduato, havia agido de forma irregular e desobedecido ao Regimento Interno. Isso poderá ocorrer novamente. Por princípio visceralmente democrático, sou contra qualquer casuísmo ou excepcionalidade.

Verificarei, com os advogados da assessoria do meu gabinete, se não seria o caso de dar entrada a uma ação de ilegalidade contra uma reunião feita de forma fechada.

Nada obstarei na presente votação, mas vou-me abster de votar, porque não o darei sem a presença da população. A Mesa da Assembléia tomou uma decisão ilegal e anti-regimental. Espero que ninguém reclame de medidas como esta, mais à frente, em 2007, porque estamos abrindo um perigoso precedente que atinge a democracia.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Deputado Durval Ângelo que, com muita pressa em adentrar o Plenário, não ouviu a Presidência anunciar que autorizou a abertura das galerias, dando acesso ao público para que participe da reunião. Mas a Presidência entende que o Deputado Durval Ângelo se encontra muito atribulado com suas funções na Comissão de Direitos Humanos, com trabalhos em seu gabinete, chegando, às vezes, muito apressado ao Plenário, não tendo conhecimento do que está ocorrendo na hora da votação.

A Presidência pede aos demais pares desta Casa que permitam a seqüência do processo de votação, após o que, se possível, dará a palavra, para declaração de voto, a cada um de V. Exas.

#### Questões de Ordem

O Deputado Ermano Batista - Em nome da ordem é que pretendo usar a palavra neste instante. Não posso admitir que o Deputado Durval Ângelo não tivesse conhecimento de que V. Exa. já havia decidido abrir as galerias. O Deputado é cioso de sua responsabilidade, consciente de seu papel. Entristece-me poder imaginar que seu discurso não passou de um procedimento demagógico em relação a um fato que já ocorreu. É um discurso totalmente fora de sentido. Segundo o Eclesiastes, seu discurso "não passou de música num velório". Gostaria, Sr. Presidente, que o Deputado dissesse se realmente não sabia ou se era sua intenção aparecer neste momento com um ato já decidido por V. Exa, ou seja, tomando como sua a decisão de abrir as galerias.

O Deputado Durval Ângelo - Eu me desculpo com o Presidente, mas ontem saí de seu gabinete sabendo de sua decisão de fechar o Plenário. Ao chegar, essa era a ordem na Segurança. A reunião foi aberta sem público. A decisão de abrir ocorreu numa conversa com o Líder do PT, Deputado André Quintão, pouco antes da reabertura da reunião. De qualquer maneira, a reunião foi aberta sem público. O Deputado Ermano Batista, como bom regimentalista que é, poderia ter feito um comentário, já que estava aqui no momento da abertura. Ele poderia ter comentado que aquele ato não tinha respaldo no Regimento Interno. Esse procedimento não se enquadra na reunião de hoje. Não estávamos aqui numa reunião secreta, prevista no Regimento Interno desta Casa. Ele deveria ter feito essa observação. Mas, como diz também o Eclesiastes, "o coração do homem é uma terra difícil de outros entrarem". Só lhe respondo pelo respeito, pela amizade, pela consideração que lhe tenho, que não havia nenhuma intenção deste Deputado, ao formular a questão. Ontem, à noite, quando estava no gabinete da Presidência, manifestei minha posição. Fui lá para manifestar minha posição contrária, ou seja, contra a realização da reunião sem o público. Trago o testemunho do Vice-Presidente e dos três Deputados que estão ocupando a mesa agora de que havia manifestado minha posição contrária. Estou sendo coerente com o que disse ontem. Reafirmo, com toda a certeza, que a forma como a reunião foi aberta e reaberta deveria ser a mesma. Mas acho que a decisão do Presidente é boa. Mantenho minha crítica em relação ao pedido de verificação de votação ontem.

O Deputado Ermano Batista - Quero dizer ao Deputado Durval Ângelo que, desde o primeiro momento - o Presidente é testemunha, o Líder do Governo é testemunha e os Deputados da Oposição sabiam da minha opinião -, fui contrário ao fechamento das galerias. Penso que a Casa é do povo, embora, de vez em quando, ele não saiba comportar-se. Acredito que os funcionários ontem se comportaram bem. Os incidentes ocorreram devido a infiltrações. O padrão do nosso funcionalismo é elevado. Longe de debitar a eles os incidentes de ontem. Fui contra, continuo contra. Acho que devem abrir as portas das galerias para o público, e que nós respeitemos e também reclamemos por respeito. Isso é devido.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 4. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.460/2005 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 4. A Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.463/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre a instituição da Vantagem Temporária - VTI. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.463/2005 na forma do vencido em 1º turno. A Comissão de Redação.

#### Declarações de Voto

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em nome do Bloco PT-PCdoB, queremos ainda fazer algumas considerações sobre todo o processo de discussão e a finalização, agora, da votação das tabelas salariais, especificamente quanto à da educação.

Primeiramente registro, Sr. Presidente, o empenho de toda a categoria dos educadores, dos professores, do movimento dos professores, do Sind-UTE e dos servidores de Minas Gerais, mais de 300 mil, para que houvesse um aperfeiçoamento e melhoria nas tabelas salariais. Registro a conquista que foi o plano de carreira, uma luta e reivindicação históricas dos servidores de todos os Municípios, de toda Minas Gerais e também do Brasil. As tabelas salariais não acompanharam, no nosso entendimento, essa conquista, e perceberemos isso quando os contracheques chegarem. A categoria perceberá, de fato, que há uma contradição entre o grande ganho do plano de carreira e as tabelas salariais. Por isso, o Bloco PT-PCdoB, no ano passado, votou a favor da carreira e não das tabelas. A insatisfação da categoria, em Minas Gerais, é muito grande, apesar de todos os esforços feitos pelo movimento de professores, por muitos Deputados desta Casa Legislativa e pelo Bloco PT-PCdoB. Apresentamos um conjunto de emendas, e grande parte delas não foi considerada pelo governo e por esta Casa Legislativa.

Considero que, quando chegarem o posicionamento da carreira e as tabelas salariais, os servidores necessitarão de um canal aberto com o Governo de Minas para que novas negociações ocorram. Mesmo com os pequenos avanços em relação à progressão automática - e, para nós, isso deveria ter sido aprovado em lei, não sendo deixado para uma posterior discussão e para a comissão decidir -, é fundamental que esse

diálogo seja aberto entre o Governo de Minas, a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Educação e o movimento de professores. Sabemos que a reação da categoria será grande, principalmente a dos servidores que têm de 15 a 20 anos de carreira no Estado de Minas Gerais.

Também registramos que votamos contrariamente à VTI, sim. Mesmo que a Seplag, o governo e bancada do governo tenham dito que parte dela será incorporada, sabemos que não.

Pelo contrário, a VTI é uma feição moderna da PRC, mas deveria incorporar abono e PRC no vencimento básico, garantindo, assim, aumento real de salário e posicionamento melhor para aquela categoria.

Na verdade, a VTI dá com uma mão e tira com a outra. Por isso o Bloco PT-PCdoB deixou claro que a VTI foi um artifício para que não houvesse aumento real de salário para os educadores de Minas Gerais. Educação, no nosso entendimento, é uma das políticas mais importantes para o desenvolvimento do Estado e do País.

Por fim, quero deixar registrado o posicionamento do nosso Bloco sobre o incidente que aqui ocorreu ontem: é uma exceção. Tenho certeza - e concordo com o Deputado Ermano Batista - de que a categoria dos professores e dos educadores também não chegou a um acordo sobre o ocorrido. De fato, foi uma manifestação que se diferencia de todo o processo construído pela categoria, pelo governo, pelo Bloco PT-PCdoB, que é de diálogo, democrático, de negociação. Esse processo teve muitas dificuldades, mas contou também com a grande participação dos professores, do Bloco e dos Deputados da base de governo, que também se empenharam para que houvesse algum avanço. Pedimos que exceção não seja tratada como regra geral. Foi uma exceção, e queremos considerar que os educadores que transformam Minas Gerais num grande Estado educador querem apenas qualidade de ensino, querem respeito com a categoria e aperfeiçoamento, para oferecer aos cidadãos de Minas Gerais o melhor em qualidade de ensino e educação.

Enfim, queremos registrar o nosso voto a favor do plano de carreira, contra as tabelas e contra a VTI, artifício que retira o aumento salarial real dos servidores da educação em Minas Gerais. Muito obrigada.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, o Bloco PT-PCdoB votou contra a instituição da Vantagem Temporária Incorporável - VTI. Compreendemos que, da maneira como foi feita, houve apenas mudança de nomenclatura, já que antes era denominada PRC.

A nossa proposta e a dos servidores é a seguinte: por que não elevar o valor máximo da PRC a R\$360,00 mais o abono? O próprio Governador acabou com o abono. Os servidores que tinham dois cargos recebiam R\$45,00 de abono, mas o Governador cortou isso para quem tinha dois cargos e deixou apenas para um. Apesar disso, o servidor continuou pagando Ipsemg por dois cargos, embora recebesse abono por apenas um.

O Governador disse que irá incorporar, transformando a PRC e o abono de R\$45,00 em VTI, o que não dá aumento real algum para os servidores. Haverá aumento de 5% no ano que vem, mas ainda será descontado na VTI. Portanto, não haverá aumento.

Ontem, quando falei sobre as tabelas, trouxe um demonstrativo que prova que o Estado de Minas tem o menor piso salarial dos Estados da Federação. Darei um exemplo: no Piauí, o nível médio é de R\$400,00, ou seja, o dobro do que é hoje em Minas. O nível superior é de R\$800,00, quatro vezes mais. No Acre, o inicial é de R\$450,00, o dobro do de Minas, apesar de ser um Estado muito pequeno. Aqui em Belo Horizonte, o piso para quem tem ensino superior é de R\$1.100,00, contra o do Estado, que é de R\$212,00.

Relativamente ao ensino médio, Belo Horizonte paga R\$770,00; o piso salarial do Pará é de R\$510,33; o piso salarial do Rio de Janeiro é de R\$431,00, ressalvando que os servidores de lá já estão há 10 anos sem aumento. Ou seja, os servidores do Rio de Janeiro estão sem aumento há 10 anos, e mesmo assim têm piso salarial praticamente duas vezes maior que o de Minas Gerais. Em São Paulo - foi publicado ontem na "Folha" -, o Governador deu um aumento linear de 16% para todos os servidores, sendo hoje o piso salarial de São Paulo de R\$510,00.

Então, é justa a reivindicação dos servidores. Apresentamos a nova tabela, reajustando em 22%, que, infelizmente, não foi aprovada. O piso passaria para R\$370,00, de acordo com as possibilidades do Estado de Minas Gerais. Mesmo assim, continuaria sendo um dos menores do País. Mas não foi aprovado.

Em relação à VTI, nossa proposta era a incorporação total da PRC, no valor de R\$360,00, mais o abono de R\$45,00, mais o salário-base. Seria esse o piso salarial dos servidores, mas não houve possibilidade.

Ontem, apresentei o contracheque de um dos servidores do Estado; estão aqui os contracheques, um do ano de 2000 e um de 2005, da servidora Nádia Angélica da Costa Borges. Expus que, depois de cinco anos trabalhados, proporcionalmente o salário da servidora sofreu redução. O próprio Deputado não acreditou, veio conferir o contracheque e comprovou ser verdade. Está aqui a triste realidade dos servidores, que estão passando por muitas dificuldades. Muitos servidores do Estado estão doentes, e, às vezes, não têm condição de receber atendimento.

#### Questões de Ordem

O Deputado Ermano Batista - Deputado, jamais duvidaria de um documento trazido por V. Exa. Não duvidei da veracidade, da autenticidade desse documento. Essa comparação é imprópria, porque foi feita em um tempo em que não houve aumento de salário. A comparação deve ser feita - e convoco a todos para atentamente verificarem - entre o contracheque deste mês e o contracheque que virá depois da votação da tabela. Esteja certo V. Exa. de que o aumento virá; com certeza não virá na proporção que o servidor merece e precisa, mas é um grande avanço. Com certeza, é muito mais que 0,1%, que, desonradamente, o Presidente da República concedeu ao servidor público federal. V. Exa. acaba de elogiar São Paulo por aumentar 15%, linearmente. É um aumento grande, mas, em meu entendimento, desumano.

A tabela apresentada pelo governo de Minas Gerais propicia aumento de mais de 15% para quem ganha pouco, porque o objetivo do governo Aécio Neves é acabar com esse hiato perverso existente entre o baixo salário e o mais alto salário. Há uma distância muito grande. E qualquer aumento linear que se conceda tem o condão de fazer aumentar essa distância. Com essa tabela, o Governador Aécio Neves propicia mais aumento para quem ganha pouco e menos aumento para quem ganha mais. O objetivo é acabar com a perversidade salarial existente neste Estado. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Percebemos que há total desmotivação por parte dos servidores do Estado, que, com razão, reivindicam melhorias. Nós, do Bloco PT-PCdoB, fizemos nossa parte. Penso que foi graças a nosso posicionamento firme que conseguimos que o plano de cargos e carreiras fosse aprovado nesta Casa, que conseguimos que o Governador enviasse as tabelas. Só que se trata de uma mudança muito tímida perto do que os servidores merecem e necessitam. Hoje os servidores não têm condição de sobrevivência. A URV dos servidores do Estado é a "URV não vê". Os servidores da Casa já começaram a receber. Solicitamos ao Presidente, Mauri Torres, e ao Vice-Presidente, Rêmo Aloise, assim como a toda a Mesa, o reajuste dos servidores desta Casa, cujos salários também estão defasados há muitos anos.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Deputado Weliton Prado, por gentileza, gostaria que V. Exa. não entrasse nesse assunto, porque amanhã V. Exa. irá andar pelos corredores para dizer que foi V.Exa. quem conseguiu o aumento. A Mesa já está tomando as providências. Você se atenha às questões que está discutindo e não venha fazer média sobre o aumento dos servidores desta Casa, porque, como Vice-Presidente, não o admito.

O Deputado Weliton Prado - Com todo o respeito, Sr. Presidente, acho que, como Deputado, tenho direito à voz e à palavra.

O Sr. Presidente - V.Exa. tem direito à voz e à palavra, mas não tem o direito de dizer que é proposta de V. Exa. o aumento do servidor desta Casa, porque isso é matéria administrativa da Mesa da Assembléia. Será feito, sim, e o projeto de lei já está para ser publicado, mas não é matéria em que V.Exa. possa, demagogicamente, dizer que trabalhou. Não admito isso, porque essa matéria é da Mesa da Assembléia, com o apoio de V. Exa. e dos demais Deputados. Será um aumento muito grande, e aí, sim, V. Exa. poderá fazer a comparação que quer: os professores tiveram um aumento pequeno, e os funcionários da Casa um aumento muito grande. Espero que não seja assim.

Então, estou demonstrando todo o respeito por V. Exa. - aliás, V.Exa. sabe que tenho profundo respeito por sua maneira de atuar -, mas não vamos fazer demagogia aqui dentro nem vamos anunciar aquilo que ainda não foi publicado. A Mesa já está preparando o projeto, e V.Exas. o aprovarão. Há Deputados que querem aumentar o que está sendo proposto, e estamos discutindo. Mas, por favor, não anuncie o aumento dos servidores desta Casa antes que ele seja praticado, porque amanhã V.Exa. chegará aqui dizendo: "Vocês viram? Pressionamos a Mesa, e eu consegui aumentar!". Aí, fica aquela coisa demagógica. Não vamos entrar nisso, não, Deputado Weliton; vamos entrar na questão educacional, em que V.Exa. está caminhando muito bem. Deixe o salário dos funcionários da Assembléia, de recrutamento amplo, dos ativos e dos inativos, para ser discutido daquela tribuna. Serão 15%. Quem sabe V.Exa. não faz uma proposta para passar para 30%? Quem sabe? Ou quem sabe não faz uma proposta para igualar ao aumento dado aos professores? V. Exa. tem esse direito. Mas não vamos antecipar o que ainda não está publicado. Por gentileza, V. Exa. há de me entender, como eu entendo V. Exa.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, sei que os ânimos estão exaltados, mas estou muito tranquilo, pois em nenhum momento fiz nenhuma proposta com essa intenção e sei que a iniciativa é da Mesa. Apenas solicitei que a Mesa olhasse essa questão com muito carinho e o mais urgente possível. Então, não coloque em minha boca palavras que não pronunciei...

O Sr. Presidente - V. Exa. está, mais uma vez, distorcendo as questões. Apresente uma emenda de sua autoria quando o projeto for publicado e estiver em tramitação. Aí, sim, V. Exa. poderá discutir. V. Exa. tem a mania de falar em política salarial apenas quando convém a V. Exa. Quando lhe convém, V. Exa. vai para aquela tribuna, fala tudo o que quer e faz uma festa. Agora, quando não lhe convém... Ontem, V. Exa. criou uma baderna nesta Casa, de maneira tão insuflada, que uma Deputada chegou a ser agredida. Foi V. Exa. que praticou...

O Deputado Weliton Prado - Não, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Foi V. Exa. que praticou...

O Deputado Weliton Prado - Isso eu não posso aceitar...

O Sr. Presidente - Foi V. Exa. que praticou...

O Deputado Weliton Prado - V. Exa. se está excedendo...

O Sr. Presidente - V. Exa. foi para aquela tribuna e falou coisas que não deveria. Tanto é, que hoje tramita um processo por falta de decoro parlamentar contra V. Exa. Então, não entre na questão da tabela da Casa, porque esse é outro assunto.

O Deputado Weliton Prado - Como Presidente, V. Exa. tem de presidir, mas com respeito, como estou respeitando V. Exa. A situação de ontem já ficou clara, e foi identificada a pessoa que atirou a moeda. Repudiamos essa atitude, com a qual não concordamos de maneira alguma. A pessoa, identificada, disse que queria mandar a moeda no Deputado que estava mandando beijos e dando "tchauzinho" para o Plenário. De qualquer forma, discordamos dessa atitude. Então, não vamos inverter as coisas. Essa moeda infelizmente atingiu a Deputada Lúcia Pacífico, como poderia ter atingido qualquer outro Deputado da Casa, mas isso é algo que repudiamos de forma veemente.

A única coisa que solicitamos foi um posicionamento da Mesa, deixando claro nossa posição contrária à VTI. Aliás, apresentei números que provam que o Estado de Minas Gerais tem o menor piso salarial de todos os Estados da Federação. Mostrei que, em Belo Horizonte, é de R\$1.100,00; em São Paulo, R\$510,00; no Acre, duas vezes mais; no Rio de Janeiro, R\$430,00, com 10 anos sem reajuste. Aqui é muito pouco, e as mudanças que está havendo não atendem à necessidade dos servidores. Então, quero terminar, agradecendo a atenção e dizendo que respeito V. Exa., mas acho que, em determinados momentos, temos que manter a calma e a tranquilidade. Tenho humildade suficiente. Acho que ontem, no momento em que estava utilizando a tribuna para defender a autonomia do Poder desta Casa, realmente me excedi.

Acho que me excedi, pois acho que não tenho direito a definir o voto, a palavra ou o posicionamento de Deputado desta Casa, da mesma maneira que nenhum Deputado tem o direito de interferir no que falo em Plenário, dentro de minhas prerrogativas como Deputado.

O Sr. Presidente - Deputado Weliton Prado, há um respeito desta Presidência por todos os Deputados. É o mínimo que podemos ter nesta Casa. Estou calmo, não estou agitado, apenas quero deixar claro, e muito claro, que V. Exa. antecipou, como Deputado, um aumento salarial para os funcionários desta Casa. V. Exa. antecipou, Deputado Weliton Prado.

Peço aos Deputados Miguel Martini, Sebastião Costa, João Leite e Laudelino Augusto que aguardem, pois logo concederei a palavra.

V. Exa., Deputado Weliton Prado, hoje pela manhã, antecipou o que acontecerá na terça-feira e que ainda tramitará.

O Deputado Weliton Prado - Parabéns, Sr. Presidente, eu não sabia.

O Sr. Presidente - Sabia, sim. V. Exa. é muito esperto em relação à política salarial e tenho de considerar sua esperteza nesse assunto. Quando se fala em política salarial, sua esperteza é tão grande que V. Exa. será o Deputado mais votado nesta Casa por defender a política salarial. V. Exa. já me disse que terá 180 mil votos em Uberlândia. Tenho de acreditar que V. Exa. é competente, mas não mexa em questões internas desta Casa. V. Exa. sai pelos corredores e vão dizer: "Deputado Weliton Prado, lamentavelmente V. Exa. vai votar...". Proponha um aumento da tabela. V. Exa. terá oportunidade para isso. Se conseguir convencer o Plenário, quem sabe defenderá um aumento maior do que o que está sendo proposto?

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, mineiros, prezados colegas da educação, considerando que acabamos de votar as tabelas salariais da educação básica, faço minha declaração de voto, mas antes quero declarar apoio ao companheiro Deputado Weliton Prado. Precisamos conversar, na Casa, sobre algumas situações que têm ocorrido, principalmente em relação ao nosso companheiro, que tem contribuído muito com a discussão e tem ajudado. Cada um tem suas qualidades e defeitos, temos de considerar o bem que cada um traz. Política é exatamente uma soma de esforços para o bem comum, para o bem de todos. Acreditamos que nosso Líder da Minoria, Deputado Weliton Prado, tem contribuído do seu jeito, e que alguns não gostam. A democracia dá trabalho, mas vale a pena. Queremos apoiá-lo. Nossos questionamentos à Mesa serão feitos a seu tempo.

Quero falar sobre a votação que fizemos agora. Votamos o plano de carreira, e quero declarar meu voto. Lembramos a história de luta dos trabalhadores em educação há dois anos. Participei da grande greve em 1979 e de várias outras greves, movimentos e paralisações, da pressão democrática da categoria.

Naquela época da votação do plano de carreira, fizemos uma homenagem a companheiros que lutaram muito para conquistar o plano de carreira. Na época homenageamos todos, em nome da memória do Prof. Fabiano Viotti, do Sul de Minas, fundador do Sind-UTE.

Hoje, o plano de carreira, sem a tabela, não tinha muito sentido. Foi uma luta de quase dois anos, de pressão democrática, de discussões e audiências. Não adianta tentarmos provar novamente que a tabela não está boa. É claro que não está e que é resultado de um mau sistema. O neoliberalismo consegue jogar pequenos contra pequenos. O salário mínimo é muito pouco quando se recebe e é muito para muitos que pagam, como, por exemplo, na zona rural, e para os que pagam as empregadas domésticas. É um sistema tão maldoso que precisamos acabar com ele e fazer um sistema justo, que dê dignidade e reconheça o valor das pessoas.

No caso da educação, ainda é muito pouco. Quero prestar novamente uma homenagem a todos os trabalhadores da educação que vêm se organizando durante todos esses anos e fazendo uma pressão democrática. Em nome de dois professores que já faleceram, mas que simbolizam muito bem a luta dos servidores da educação, quero homenagear esses trabalhadores: Prof. Fabiano Viotti, do Sul de Minas; e Prof. Juscelino, de Três Corações.

Em nome deles, presto homenagem a todas e a todos que se organizaram, lutaram, estiveram presentes nesta Assembléia e exerceram seu direito de cidadania. Aliás, a cidadania precisa crescer neste país. Quanto tomaremos essa consciência? Não são os políticos de qualquer esfera ou os partidos políticos que precisam crescer, mas a cidadania. O poder tem de ser entendido e exercido como um serviço à cidadania. O povo tem o poder. O poder emana do povo, como está escrito, com muita clareza, na Constituição e na doutrina social cristã.

Estamos angustiados porque a tabela não está de acordo, não reconhece o valor de educadoras e educadores. Fizemos a nossa parte. Temos consciência disso. Apresentamos muitas emendas. Conseguimos alguma coisa. Prestamos essa homenagem e dizemos: educadoras e educadores, vamos continuar fazendo o trabalho mais importante que temos de fazer, ou seja, como determina a LDB: formar os educandos para o exercício da plena cidadania. Como dizia Paulo Freire, "se a educação sozinha não muda a sociedade, sem a educação tampouco a sociedade muda". A educação será de melhor qualidade se professoras e professores, os profissionais da educação, forem valorizados. Por isso digo: a luta continua, precisamos de organização. Foi uma conquista. A história nos ensina que direito se conquista com organização e luta. Parabéns a todos pelo direito conquistado, não o direito merecido, mas o conquistado. Obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, como vou declarar voto, esclarecerei meu posicionamento. Estou declarando que votei favoravelmente, porque tenho consciência de que o governo não fez mais porque não podia. Poucas pessoas lembraram que a LRF determina que o governante destine no máximo 54% de suas receitas para o pagamento de pessoal. Louvo o elogio feito pelo Deputado Weliton Prado ao Governador de São Paulo. Vale ressaltar que o Estado de São Paulo está num processo de crescimento e tem uma receita infinitamente maior que a de Minas Gerais. Conseqüentemente, o Governador está concedendo esse aumento dentro do limite possível.

Tenho certeza de que todo governante - fui Prefeito de uma pequena cidade de Minas Gerais, o que muito me honra -, quando pode, concede o máximo a seus servidores. Quero crer que o Presidente da República, em que pese seja meu adversário político, ao conceder menos de 2% aos servidores federais deve ter ficado insatisfeito, não deve ter feito isso com prazer. Deve ter feito o que era possível naquele momento. É preciso que isso seja esclarecido.

Direi mais, Sr. Presidente, para que fique registrado: no momento em que se deu a votação, as portas da Assembléia estavam escancaradas. Se é que ocorreu, as portas estavam fechadas no momento em que não se deliberou nada. No momento de deliberação, as portas estavam literalmente abertas.

Apenas para esclarecer nossa posição, Sr. Presidente, plagiando o Deputado Ermano Batista, assim que os contracheques chegarem, possivelmente os servidores terão a nítida impressão de quem esteve ao lado deles e de quem esteve apenas fazendo proselitismo, para não dizer demagogia. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, ao declarar voto, farei alguns resgates. Demagogia não ajuda no processo de discussão nem nos avanços que poderão ser conquistados.

Todo ato demagógico deve ser repudiado, porque é uma farsa, um engodo. Todo discurso demagógico precisa ser rejeitado, pois não contribui para o debate, não permite avanços e não melhora as condições postas em discussão.

Em segundo lugar, o Líder da Oposição nesta Casa usou uma frase, que, de algum modo, era uma confissão. Lembrando do tempo em que ele se opunha ao governo federal, disse que a oposição fala qualquer coisa. A oposição é importantíssima num processo democrático. Tenho profundo respeito pela oposição, mas aquela que constrói junto, que aponta caminhos, que mostra como fazer. Oposição que promete o céu sabendo que não pode dar nem o purgatório é demagogia.

O que está acontecendo em Minas Gerais? Uma grande demanda dos servidores do Estado sempre foi um plano de cargos. Nenhum governante teve coragem de fazer isso. O Governador Aécio Neves fez, corajosamente, e foi tão bom que a própria Oposição aprovou. O Governador Aécio Neves - e isso não é dito quando o discurso é demagógico - está dentro das suas limitações constitucionais. A Lei de Responsabilidade Fiscal limita o percentual do gasto com pessoal. E, tendo em vista esse percentual da LRF, o Governador chegou ao topo, ao máximo que podia.

É claro que não foi o reajuste de que os servidores precisavam e ao qual faziam jus. O Governador Aécio Neves também acha que não é o reajuste que o servidor merecia e ao qual tinha direito, mas era o único possível pela realidade legal do nosso país, de acordo com a responsabilidade fiscal e com as receitas do Estado. Ele respeitou as limitações.

É óbvio que, quando se fala de reajuste salarial, não há limite. Todos queremos sempre mais, mas aqueles que têm a responsabilidade de conceder reajuste para os servidores têm também a responsabilidade de cuidar da saúde, do desenvolvimento, da educação, da segurança pública e de gerar desenvolvimento e crescimento para a geração de emprego e para uma melhor qualidade de vida para os 18 milhões de

mineiros.

Essa foi a lógica obedecida. O plano de cargos e a tabela salarial foram discutidos amplamente com os representantes dos servidores. E o Governador está seguindo um cronograma estabelecido, para resgatar os direitos e a dignidade dos servidores públicos.

Dizer que pagamos mais ou menos que esse ou que aquele Estado é demagogia, é sofisma. Se o Governador Aécio Neves tivesse assumido o governo de São Paulo, certamente o reajuste seria diferente. Se tivesse assumido o governo do Rio de Janeiro, seria diferente. Se tivesse assumido o governo de Minas Gerais com boas condições econômicas e financeiras, seria diferente. Mas Aécio Neves assumiu o governo de Minas e já começou o jogo perdendo R\$2.400.000.000,00 de déficit orçamentário. Teve de fazer a reforma administrativa. Teve de resgatar a credibilidade do Estado nos cenários nacional e internacional. Teve de resgatar direitos dos servidores que ainda não tinham sido reconhecidos, como o décimo-terceiro pago no tempo certo, o salário pago no dia certo, a liberação de verbas retidas.

Teve de fazer tudo isso e ainda votar uma tabela, um plano de cargos para os servidores e um tanto de penduricalhos que havia na folha dos servidores do Estado. É claro que o bom-senso mostra que não é possível fazer tudo de uma só vez, a menos que tivéssemos a receita do Estado de São Paulo ou que tivéssemos assumido Minas Gerais com superávit orçamentário. Mas não foi essa a realidade que assumimos no Estado. Sabemos que não terminaram aqui os avanços em relação aos servidores, porque logo virá a lei remuneratória, e, de acordo com o crescimento das receitas líquidas do Estado, os servidores terão, sem dúvida alguma, os seus contracheques e as suas receitas melhorados.

Como foi muito bem lembrado pelos Deputados da base, que me antecederam, o servidor que nos assiste pela TV Assembléia não se deve deixar levar por discursos demagógicos, mas espere chegar o seu contracheque, avalie quanto está recebendo agora e calcule o seu percentual. Não foi um reajuste linear, pois tamanha era a disparidade no governo anterior que demos uma lei delegada para corrigir as distorções, e elas foram ampliadas. Alguém tinha de fazer essas correções, e o Governador Aécio Neves, corajosamente, fez isso. É o que queremos deixar registrado. Os discursos demagógicos apontam para algo irreal, mas precisamos fazer realismo político. Não foi o que o Governador queria nem o que queríamos, mas foi o máximo que podíamos fazer. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e todos que nos acompanham nos trabalhos desta Casa, passamos pelo momento de maior exaltação, que, até certo ponto, é absolutamente natural e próprio do processo democrático, a partir de determinado limite. São posições que precisam ser revistas e amadurecidas, até para que o processo democrático prevaleça, porque ele é fundamental numa sociedade que busca as transformações pelo melhor caminho. Por mais penoso que seja, a democracia é o melhor caminho para fazermos transformações e melhorar a nossa sociedade, a nossa forma de vivermos juntos. O Parlamento mineiro tem a tarefa de estar atento aos interesses de todos os mineiros, especialmente aos dos funcionários públicos. Além de serem cidadãos mineiros que se dedicam, que constroem uma carreira prestando serviço público, são o elo - muito mais que qualquer governante, Deputado, Prefeito - entre o que o Estado pode fazer, em termos de prestação de serviço, e o cidadão de um modo geral, aquele que deve ser o beneficiário desse serviço na educação, na saúde. Não haverá transformações - pelo menos as que queremos - na educação, na saúde, se não tivermos um profissional motivado, valorizado no seu trabalho. Valorizar esses profissionais é, com certeza, uma grande tarefa para o Legislativo mineiro, para o Governador. E, ao mesmo tempo, uma tarefa da qual não podemos abdicar é a de fazê-lo com responsabilidade, com senso crítico, compreendendo que os trabalhadores precisam da nossa atenção, da nossa valorização, mas que isso não é por acaso. Não foi mera atitude contra os trabalhadores, quando se votou uma emenda à Constituição neste País estabelecendo-se que o Estado não pode gastar mais que 60% de tudo o que arrecada para pagar salário. Ele também tem de investir nas questões-meio.

Não adianta ter professor e não ter prédios escolares em condições adequadas de funcionamento. A maioria desses prédios está em situação lastimável. Não adianta ter o profissional de saúde e não ter a unidade, a estrutura. O dinheiro público tem de atender a duas demandas: meios para viabilizar a infra-estrutura e recursos humanos. Portanto, precisamos de equilíbrio.

Já que a defasagem salarial existe há tantos anos, é claro que gostaríamos de dizer que a corrigiríamos de uma vez, dobrando o salário de todos, mas infelizmente isso é impossível. Daí, compreendo a exposição do Deputado Miguel Martini, chamando a atenção para aqueles que, durante todo esse processo, usaram de demagogia, querendo propor o impossível, às vezes apenas para jogar para a platéia.

Não tenho dúvida de que a maioria dos Deputados agiu com responsabilidade. Estou com a consciência tranqüila de que agi assim, como Deputado, no exercício do mandato - como os demais colegas -, e como Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira. Portanto, minha consciência está tranqüila. Além de apresentar emendas que foram acolhidas e aprovadas, agilizamos e lutamos para que tramitassem e fossem votadas. Havia alguns que queriam travar a tramitação e outros que queriam que não se votasse nada. Com isso, o servidor não veria o aumento no seu contracheque, mas ainda verá. Claro que ainda temos de votar o projeto em 2º turno.

Nobre Deputada Maria Olívia, que preside com competência esta reunião, quero, ao encerrar minhas palavras, dizer que cumprimos o nosso papel. Com certeza a luta continuará, mas agora há uma vitória consolidada. A partir do momento em que votarmos o projeto em 2º turno, que o aumento chegar à folha de pagamento dos servidores e a tabela existir para que haja carreira, outras lutas virão, ano a ano, para que possamos corrigir e superar essa defasagem injusta de tanto tempo.

Portanto sinto-me feliz, pois pelo menos a tabela da educação está aprovada. Agora vamos lutar para aprovarmos rapidamente a da saúde. E ainda que venham as tabelas das demais categorias para serem aprovadas ainda neste ano.

Como Deputado, lutarei para aprová-las. Não travarei aumento para os servidores. Lutamos para aprovar a tabela, e ela foi aprovada. Continuaremos ao lado dos servidores e do povo mineiro. Obrigado.

A Sra. Presidente (Deputada Maria Olívia) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Deputada Maria Olívia, telespectadores da TV legislativa; a TV Assembléia completa 10 anos no ar, levando a toda a Minas Gerais justamente o que acompanharam hoje e ontem. Esta Casa é transparente e está aberta, principalmente depois que criamos a TV do Legislativo. Poderemos comemorar os 10 anos dessa televisão numa reunião especial que propomos a esta Casa.

Sra. Deputada, votei favoravelmente ao projeto. Entendo que essa tabela é reivindicação antiga dos servidores. Fico boquiaberto ao ver colegas, como o Deputado Weliton Prado, dizerem que "a tabela veio, porque nós, do PCdoB e do PT pedimos". Esperem aí, daqui a pouco veremos que nesta Casa não há parlamentar, a não ser aquele que fala dessa maneira: "Porque eu consegui, fiz com que o governo..." Será que o governo Aécio Neves só atende a Oposição?

Quando ocorreu o problema da taxa de incêndio, o Alencarzinho foi falar, em nome do PDT, com o Governador, explicando a ele o que estava acontecendo em todo o Estado; e o Deputado Weliton Prado diz que conseguiu acabar com a Taxa de Incêndio residencial. Ele fala também do caso da polícia.

Quero fazer uma retrospectiva. Ele subiu no trio elétrico e falou mal da própria Casa. Não podemos aceitar essas coisas. Os funcionários desta

Assembléia Legislativa não podem aceitar a forma como ele fala do reajuste, de que está reivindicando aumento. Ora, já foi dito pelo Deputado Rêmoló Aloise que está tudo certo. Todos os parlamentares desta Casa, incluindo ele, já sabem o que acontecerá.

O Presidente Mauri Torres está envidando esforços, faz economia de um lado para conceder aumento para os funcionários daqui, e ele chega agora tentando fazer... E aí vou falar para o funcionalismo: agora isso aqui vai para o funcionalismo, para os funcionários desta Casa. Se por um acaso o aumento atrasar, pode saber que a culpa é do Deputado Weliton Prado, que faz considerações em hora indevida e gracinhas para os funcionários do Legislativo Estadual. Vai tentar fazer gracinha, achando que terá voto, só porque está pedindo... Isso aí, o Presidente, gente, quantas e quantas vezes o Sindicato e os representantes do funcionalismo estiveram com o Presidente Mauri Torres, que já tem conhecimento dessa necessidade. Quantas e quantas vezes os representantes desta Casa e do funcionalismo reuniram-se com os Deputados Rêmoló Aloise e Mauri Torres e com a Mesa da Casa. Chega o Deputado e, se amanhã o aumento sair, ele baterá no peito, dizendo que foi ele que fez. Como foi ele quem acabou com a Taxa de Incêndio, resolveu o problema da Polícia Civil e realizou tantas outras coisas. Ele está amadurecendo. No início diziam que ele era novo aqui, que iria se enquadrar, saber o que estava fazendo. Mas só que já tem três anos de mandato.

Solicitei a ele que esperasse um pouco, que não sáísse do Plenário, que iria comentar sobre isso na presença dele; foi embora. O que acontece: ele já tem três anos de mandato, estamos no último e lembramos que daqui a um ano haverá eleições. Se não aprendeu até hoje, não aprenderá mais. Está voltando o Deputado Weliton Prado.

São coisas como essas que não podemos mais aceitar. O funcionalismo não pode sair prejudicado, e não podemos mais ficar jogando para a platéia. Não adianta, Deputado Weliton Prado, ficar mostrando que só V. Exa. é bonzinho e que temos aqui 76 Deputados que não valem nada. O bom aqui é Weliton Prado, e o resto não vale nada. Não é por aí.

Completando, Deputada Maria Olívia, se nos esforçamos para melhorar a condição de vida de cada um dos mineiros, fazemos isso em conjunto. Quando tentamos e conseguimos melhorias para a população, conseguimos, a Casa em geral, todos os Deputados desta Casa; não adianta falar que eu sou o bom. Bom é a população que está sofrendo. Hoje estamos tentando amenizar esse sofrimento a cada dia.

Entenda isso, Deputado, que você verá que a sua convivência com a própria Casa e com a própria população melhorará a cada dia. Muito obrigado, Deputada.

#### Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sra. Presidente, Maria Olívia, também queria me manifestar, embora não possa fazer declaração de voto porque não cheguei a tempo de participar da votação. Mas quero dizer que participamos desse processo desde o seu nascedouro, seu início, com o estatuto do servidor, o plano de carreira, culminando aqui com a tabela salarial dos servidores. Refiro-me especificamente aos servidores da educação.

Estamos neste Brasil em processo de construção da democracia, já que a sua idade é de 20 anos, de 1985 para cá. Estamos aprendendo. Se as manifestações são exageradas ou não, acho que fazem parte desse processo de aprendizado. As exposições de cada parlamentar também fazem parte desse processo de aprendizado nosso, como brasileiros, no processo democrático. A única coisa que não toleramos são as hipocrisias e as demagogias. Isso deve ser banido, independentemente de o regime ser ditatorial, democrático ou não. Quando presenciamos esse tipo de comportamento, temos de repudiá-lo. Essa é uma condição pessoal, cada um tem de se pautar pela seriedade, por um caráter diferenciado para o melhor.

Lembro também uma situação preocupante: fala-se apenas da responsabilidade do governo do Estado, mas as universidades federais - não sei se isso foi lembrado - estão em greve, praticamente todas elas, produzindo grande prejuízo para o Brasil. A reivindicação deles é eminentemente salarial.

Temos a lamentar o fato, não querendo tirar responsabilidades do governo do Estado para jogá-las no governo federal. Não é esse o foco, mas, sim, o prejuízo que se dá ao País devido à paralisação das universidades, fazendo com que os alunos fiquem sem aulas, e os trabalhos de pesquisa, interrompidos.

Nesses 505 anos de Brasil, a educação nunca foi prioridade para governo nenhum, o que faz com que fiquemos para trás nessa dura disputa que se trava num mundo globalizado. Sem educação, não haverá desenvolvimento. Segundo as avaliações da América Latina, estamos no final da lista em termos de qualidade de ensino. Isso é fato. Isso não se dá apenas pelos baixos salários, embora sejam um componente muito importante nesse processo. Infelizmente, esta é a realidade brasileira, e que define o nosso futuro. Apelamos para que, cada vez mais, todos os governos, sejam estaduais ou municipais, enxerguem a educação como fator de mudança cultural.

Salários todos querem, e cada vez mais. Mas salário se faz com economia e economia se faz com o preparo de mão-de-obra e desenvolvimento tecnológico. Não há outra forma. A pré-escola, as escolas de nível fundamental, médio e universitário são o preparo da mão-de-obra, que farão com que nossas empresas e instituições produzam com mais qualidade, menor custo, mais competitividade para ganhar o mercado internacional. Quando vejo a briga pela escola e a situação da escola pública mineira e brasileira, isso muito me preocupa. O Estado de Minas Gerais tem de avançar muito nesse aspecto, mas também no tocante às universidades, e refiro-me à Uemg e à Unimontes que necessitam de melhor assistência; à nossa Fapemig, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, à nossa Epamig, Empresa de Pesquisa Agropecuária; ao nosso Cetec, Centro Tecnológico de Minas Gerais, sem os quais não teremos desenvolvimento.

O Governador Aécio Neves, com sua equipe, busca o fortalecimento da economia mineira. A economia de Minas cresce mais em termos médios, proporcionalmente ao Brasil, no Governo Aécio. Portanto, ele busca o fortalecimento da economia, e, com o seu fortalecimento, fica a expectativa de melhores salários - não apenas para os servidores da educação -, para todos os servidores do Estado.

Registro a frustração que me causaram os dados apresentados pela Fundação João Pinheiro, mostrando que o Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba e o Noroeste do Estado, região com grande potencial de desenvolvimento, participam com apenas 13% do PIB do Estado de Minas Gerais. Fazer com que essas regiões produzam mais significa mais arrecadação para o Estado e maior possibilidade de pagar melhores salários aos servidores.

Nosso caminho não é apenas a briga por salários. A briga de todos os mineiros deve ser para que a economia de Minas cresça, porque é isso que ensejará a possibilidade de melhores salários para todos, principalmente para o pessoal da educação. Obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Sra. Presidente, gostaria de dizer que respeito o posicionamento do Deputado Alencar da Silveira Jr., mas deixo claro que em momento algum fiz alguma proposta, assim como não apresentei nenhum requerimento, não fui chamado para nenhuma reunião a fim de discutir a questão dos servidores desta Casa. Aproveitei o momento da discussão da tabela dos servidores do Estado para fazer uma cobrança em nome dos servidores desta Casa porque é legítima a sua reivindicação.

Fiz uma cobrança em nome dos servidores desta Casa, justa e legítima. Os servidores públicos são os mesmos, tendo como atribuição servir o

público, sejam os servidores da Secretaria de Planejamento, sejam os do Tribunal de Justiça. O que fiz foi aproveitar o momento de discussão das tabelas salariais dos servidores da educação para solicitar à Mesa que acompanhasse, com muito carinho, a questão dos servidores da Casa, que são muito competentes, qualificados e que merecem esse reajuste. Em momento nenhum apresentei algum requerimento ou fui convidado para alguma reunião. Solicito que a Mesa encaminhe essa questão o mais rápido possível. O Deputado Rêmoló Aloise disse-me que, a partir de terça-feira, fará esse encaminhamento. Desejo que, mais à frente, a Mesa abra um canal de negociação com os servidores e possam ser recompostas as perdas dos últimos anos.

O Deputado Antônio Genaro - Estava ouvindo as palavras do Deputado Weliton Prado. Penso que ele ainda tem muito a aprender na vida. Quero que os funcionários desta Casa ganhem muito bem. Mesmo com o Plenário vazio, temos os telespectadores, por isso quero lembrar da reunião de ontem, quando jogaram um objeto cortante na Deputada Lúcia Pacífico. Por meio centímetro, ele teria furado seus olhos. Vejo que os loucos de sempre estão por aí. As classes que estão pleiteando aumento ou uma situação social melhor do governo devem se movimentar e enviar a essas galerias pessoas sãs. As doidas não controem nada. Fica parecendo que as classes que estão sendo representadas são formadas por um bando de pessoas doidas. Não esperamos nada do PT, que já é doido há 25 anos e vai continuar doido daqui para a frente. Ele não tem cura. Ele morde e faz de conta que não foi ele. Nesta semana, estava assistindo a uma gravação feita, há algum tempo atrás, e vi o Deputado Durval Ângelo defendendo o PT diante de um pronunciamento do Deputado Irani Barbosa, do qual não é muito amigo. Ele falava que o PT era um partido ético. Mahatma Ghandi mudou a história de um país sem armas, sem precisar fazer badernas. Acho que nosso país poderia se modificar se não houvesse essas badernas. Badernas não modificam. Quem modifica são homens que têm uma certa educação. Aí vem a pergunta: como podem ter educação? Os países que estão em situação melhor, que se libertaram, não o fizeram por meio de banditismo, de ladroagem e de loucos representando suas classes.

Quero deixar essa minha palavra de protesto. Vejo o Deputado Weliton Prado, filósofo, estudou filosofia. Quando ele usa o microfone aí ou aqui, parece meio doido, meio descontrolado mental. Há algum problema com ele. Quando começa a falar... Ele precisa fazer aula de oratória, para saber dar uma respirada entre uma frase e outra, pois nem consegue isso. Qualquer dia, ele cai duro por falta de ar.

Quero, então, dizer à Deputada, que ontem foi vítima de um incidente aqui, que lamentamos o fato. Lamentamos também que, na Assembléia, os doidos sempre estarão por aí. Como disse Jesus: os pobres, sempre os terei convosco. Muito obrigado.

#### Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

#### ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 6/10/2005

#### Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.461/2005; questões de ordem; votação das Emendas nºs 3 a 5, 7 e 18 a 22 e das Subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 1, 2 e 6; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 1, 2 e 6; votação das Emendas nºs 8 a 13 e 15 a 17, salvo destaque; rejeição; votação da Emenda nº 14; discurso do Deputado André Quintão; rejeição - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Miguel Martini, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 2.460 e 2.463/2005, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã, e o Projeto de Lei nº 2.462/2005, apreciado na reunião ordinária realizada hoje, à tarde.

#### Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.461/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das Carreiras do Grupo de Atividades de Educação Superior, de que trata a Lei nº 15.463, de 13/1/2005, os seus reajustamentos e o posicionamento de servidores nas referidas Carreiras. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça, com a Emenda nºs 1 a 7 apresentadas pela Comissão de Administração Pública e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela aprovação das Emendas nºs 8 a 17 e 18 a 22, que apresenta, e pela aprovação da Subemenda nº 1, que apresenta à Emenda nº 6.

#### Questões de Ordem

O Deputado Domingos Sávio - Muito obrigado, Presidente. Apenas quero concluir meu raciocínio, feitos esses procedimentos regimentais de término de uma reunião e início de outra.

Gostaria de finalizar dizendo que tivemos uma luta, a luta da democracia, que se consagrou com a votação, em 1º turno, das tabelas da educação e da saúde. Agora, vem a tabela do ensino superior. Tive a felicidade e a honra de relatar a tabela da saúde e também a do ensino superior. Conseguimos ampliar os benefícios aos servidores.

No caso da Uemg, registro a nossa satisfação não apenas de votar uma tabela. Ainda que não contemple tudo o que gostaríamos, recebemos, no decorrer desse processo, o compromisso do Secretário Bilac Pinto. Aliás, isso aconteceu na presença do magnífico Reitor José Antônio, de outras lideranças, de outros colegas Deputados e daquelas que participaram comigo da Comissão Especial Pró-Uemg. Houve o compromisso de que, já no orçamento a ser votado neste ano, teremos, além da verba de manutenção da Uemg, ou seja, além do que seja o orçamento de custeio, recursos para a construção do "campus" de Belo Horizonte e R\$6.000.000,00 para ajudar a financiar o pagamento da mensalidade dos alunos das unidades do interior, da minha querida Divinópolis, de Passos e de várias outras cidades mineiras, onde existem "campi" avançados.

Infelizmente, embora a Constituição mineira os tenha criado com o propósito de universalizar o ensino público, na prática, isso não aconteceu. Mas vamos continuar lutando até que tenhamos uma Uemg de qualidade, pública e gratuita para todos. E agora, com a votação dessa tabela e com o orçamento do Estado, será dado um passo importante para garantir recursos, para que, no ano que vem, tenhamos algum dinheiro para financiar o aluno mais carente no interior de Minas Gerais.

O Deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, gostaríamos de parabenizar as partes envolvidas na luta a favor da construção da Unimontes, que conseguiram encontrar o caminho para encerrar a greve que já se arrastava há mais de um mês. Queremos ainda elogiar a paciência, a tranquilidade e a maneira de bem conduzir do nosso Reitor Paulo César de Almeida, da representação estudantil, por meio do Presidente Igor, do DCE, e dos professores que sempre lutam na busca de melhorias. Agradeço muito a visita que me fizeram à minha casa, a fim de nos inteirarmos e trabalharmos para essa construção.

Não é o projeto ideal, mas é o projeto possível. Tenho ciência da tristeza do Presidente Lula quando o Senado aprovou um salário mínimo de R\$384,00. E o Presidente, com a responsabilidade de dirigir o País, não pôde manter aquele salário, que foi mudado pela Câmara.

Vejo que Minas Gerais avança, e avança bastante, em várias áreas. Nós, que prevíamos um déficit de R\$2.400.000.000,00 no início do governo Aécio Neves, vimos que hoje o Estado entra em déficit zero. Déficit não quer dizer ausência de dívida, pois a dívida consolidada do governo de Minas e do governo Eduardo Azeredo com o governo federal e que consome 13% de todos os impostos arrecadados pelo governo, é crescente. Após pagarmos mais de R\$150.000.000,00 por mês, ainda estamos devendo R\$10.000.000.000,00 a mais que o dinheiro tomado.

Esse modelo ainda não pôde ser invertido, mas temos a certeza de que o governo Aécio Neves tem buscado o que é possível, com responsabilidade. E, nesta semana, a Assembléia Legislativa com o governo conseguiram dar mais um passo na melhoria da qualidade de vida do nosso Estado. Os planos de carreira já foram votados, e as tabelas salariais estão sendo votadas. Tenho a certeza de que, com a renegociação do pacto federativo, a parte do leão não ficará apenas com o governo federal, como forma de restabelecermos as finanças dos Estados e as finanças dos Municípios.

Peço encarecidamente a todos os blocos que pressionemos o Congresso Nacional para que vote a reforma tributária em partes. Uma reforma que dê 1% de aumento para o FPM a fim de que os Prefeitos de todo o País façam face às despesas mínimas de nossa população.

É uma alegria participar deste momento de Minas Gerais, em que um Governador jovem e responsável garante avanços para o funcionalismo público que não se encerram nessa votação. Com certeza, continuaremos a construir esse avanço por meio de entendimentos constantes. Se o pacto federativo mudar, uma vez que hoje 70% da arrecadação dos impostos dos mineiros ficam no governo federal, tenho certeza que os funcionários públicos de Minas Gerais terão muitas alegrias.

A Deputada Ana Maria Resende - Sr. Presidente, com certeza a Unimontes é o orgulho de todo o Norte mineiro. Mais que isso, é a certeza de que o Norte de Minas atingirá, brevemente, a situação de desenvolvimento e progresso que precisamos.

De ontem para hoje, votamos tabelas salariais da educação básica, da saúde, da Unimontes e da Uemg. Não foi o ideal, o que sonhamos, o que os funcionários desejavam, mas foi o possível. Desde cedo, aprendi que não podemos colocar nosso chapéu onde nossa mão não alcança. Tenho a certeza de que o Governador também não fará isso. Deste microfone, digo aos funcionários estaduais que a mobilização é fundamental. Funcionários da saúde, da educação básica, da Unimontes e da Uemg, continuem mobilizados também para, daqui a pouco, fazermos reverter o pacto federativo! Sem isso, não adianta dizermos que o Presidente veio aqui e deu isto ou aquilo, porque o Presidente não dá presente para ninguém. Ele nos devolveu parte do que nos deve. Para que a União nos devolva tudo que temos direito, todas as categorias devem estar mobilizadas a partir de hoje, para que o Governador Aécio Neves possa - quem sabe o ano que vem ou em 2007? - dar o aumento que os funcionários públicos estaduais merecem e precisam.

É necessário exigirmos que a União não nos dê presentes nem esmolas. Que não venha a Belo Horizonte para dar presentinhos! O Norte de Minas não recebeu absolutamente nada. É preciso dar o que os mineiros precisam. No dia em que isso ocorrer, Minas Gerais terá o melhor salário de todos os Estados. É isso que desejamos, é isso que o Governador quer para os funcionários. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia - Encaminho favoravelmente à aprovação, evidentemente com os destaques das emendas que nosso Líder,

Deputado André Quintão, já apresentou. Esclarecerei algumas questões. Primeiro, parabeno os trabalhadores da educação, da Unimontes, que fizeram uma greve heróica.

Uma greve que tem, entre tantas outras utilidades, a de deixar clara a política que o Estado tem adotado em relação à Uemg e à Unimontes e o descaso do governo do Estado com o setor educacional também em nível do 3º grau.

Vimos denunciando há muito o pouco caso que o governo tem com a Uemg e a Unimontes. Em um boletim do PT e do PCdoB, denunciámos que, em 2004, o governo teve um gasto de R\$35.000.000,00 com propaganda e que empregou apenas R\$11.300.000,00 na Uemg. Vejam que, em 2004, o gasto com a Uemg foi menor que o gasto com propaganda, e as coisas continuam dessa forma. Isso é muito diferente do que ocorre em outros Estados - por isso a desculpa do pacto federativo não convence -, que têm tido outro comportamento em relação a suas universidades estaduais. A USP, por exemplo, é uma universidade poderosa, porque o governo do Estado de São Paulo, tradicionalmente, investe na educação do 3º grau, pela USP. Da mesma forma a Uerj, no Rio de Janeiro, recebe dos governos estaduais um montante de recursos que é tradição de investimento. O mesmo ocorre na Universidade Estadual da Bahia. Só aqui isso não ocorre, pois o governo optou por tentar deixar a Uemg e a Unimontes falirem. Estive na Unimontes conversando com o comando de greve... Aproveito para mandar um abraço para os companheiros do comando de greve, em Montes Claros, nosso querido Norte mineiro. Aliás, considero-me também um Deputado do Norte de Minas, onde tive uma boa votação, o qual visito sempre. Mas estive na Unimontes conversando com o comando de greve, para tentar entender a razão desse descaso com uma universidade tão importante, que tem um lastro tão grande como a Unimontes; que tem uma importância tão grande para o norte-mineiro, para o sertanejo. Por que o governo do Estado trata tão mal essa instituição? Fui informado de que, na verdade, a Unimontes existe muito mais por conta da fundação e é à custa dela que se expande. É como se fosse um caixa dois: a Fundação é que sustenta a Unimontes, e não dinheiro advindo do governo do Estado. É uma fundação que acaba possibilitando o crescimento da Unimontes, fazendo com que ela se expanda, como sabe muito bem o Deputado Gil. É a Fundação que faz isso, não o governo do Estado. Se dependesse do governo do Estado, não haveria extensão da Unimontes em quase nenhuma parte do Norte de Minas; é quase tudo feito por meio da Fundação, porque o recurso que o governo do Estado investe na Unimontes é muito parco, muito pequeno. De fato, é basicamente custeio; não há nada para a extensão.

Isso tem levado a uma falência do sistema de universidade estadual, o que é muito diferente da política que o governo federal vem adotando com a educação no Brasil. Não que seja ideal. Não é; mas o governo federal propôs duas medidas fundamentais para a educação brasileira, cuja aprovação precisamos cobrar do Congresso Nacional. Infelizmente, os partidos de oposição ao Presidente Lula fazem oposição ao Brasil, impedindo a votação do Fundeb, que é o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico, fundamental para a expansão da educação infantil e de ensino médio. A outra medida é o ProUni, pró-universidade, projeto que tem possibilitado aos mais pobres, aos que vêm de escolas públicas, aos negros, aos deficientes e aos índios o acesso tanto à universidade pública, que tem aumentado o número de vagas, quanto às universidades particulares, com as quais o governo faz um acordo de isenção de impostos em troca de vagas para os setores mais pobres da população brasileira.

Essa política deveria ser seguida também nos Estados. Mas o Governador deste Estado prefere adotar outra política, que é a de tentar sucatear a educação do 3º grau e ficar choramingando, como faz desde o início, dizendo que o governo federal não investe o que deveria no Estado. Mas hoje mesmo, no Palácio do Governo, ao contrário do que disseram alguns Deputados neste Plenário, o Governador Aécio Neves fez só elogios ao Presidente Lula e teve de reconhecer que o socorro federal é fundamental para o nosso Estado, dizendo, em referência ao Lula, que é amigo dos mineiros. Nisso, concordo com o Governador. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Apresentei a Emenda nº 13, que foi solicitada pelos professores. Essa emenda tem por objetivo corrigir algumas distorções no texto da Lei nº 15.463, de 2005, que trata dos níveis de ingresso ao cargo de carreira de Professor de Educação Superior e de Analista Universitário de Saúde. A própria associação dos docentes da Unimontes reconhece tais distorções e solicita que sejam corrigidas. O inciso I, alínea "b", do art. 12 da Lei nº 15.463 diz que o ingresso na carreira será no nível III, porém deveria ser no nível IV, sendo o nível III apenas de promoção. Conversando com o Líder do PT, Deputado André Quintão, ele ficou de destacar quatro emendas, a 14, dele mesmo, e a 13. Gostaria de ver essa emenda acatada pelos pares, que, com toda a certeza, trará imensos benefícios para os Professores de Educação Superior e para o Analista Universitário de Saúde. Essa é a colaboração que dou ao Projeto nº 15.461.

Ouvindo a fala do Deputado Rogério Correia, vimos que ele teceu muitos elogios ao governo de São Paulo. Também hoje, à tarde, o Deputado Weliton Prado fez elogios ao Governador de São Paulo. Parece-me que o Deputado Rogério Correia quer que o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, dispute a Presidência.

O Sr. Presidente - Em votação, as Emendas nºs 3 a 5, 7, 18 a 22 e as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 1, 2 e 6. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 1, 2 e 6, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 6. Em votação, as Emendas nºs 8 a 13, 15 a 17, salvo destaque. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Votação da Emenda nº 14. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, ouvi atentamente todos os Deputados e me parece que a tabela da educação superior é a tabela dos sonhos. Quero deixar claro que o Bloco PT-PCdoB mantém várias emendas. Infelizmente algumas acabaram de ser rejeitadas. Eram importantes para o aperfeiçoamento do projeto, resultado de intensa negociação e sugestão de entidades representativas da Uemg. A Uemg, que tem um grande valor para nós, infelizmente não tem o apoio devido do governo do Estado, que não cumpre a lei, não libera o recurso necessário para seu bom funcionamento. Ela poderia ser um instrumento de acesso do estudante à universidade pública.

Da mesma maneira, a Unimontes. Várias emendas foram sugeridas. É um avanço ter tabela salarial, é um avanço a Assembléia fazer a sua parte para não comprometer o pagamento e atender a um pedido, principalmente, dos servidores trabalhadores da Unimontes. Não estamos fazendo obstrução, mas peço o apoio dos Deputados e das Deputadas à Emenda nº 14. Na votação que antecedeu à anterior, aprovamos a Emenda nº 7, que cria sete níveis para o ingresso. Queremos que o ingresso ocorra no Nível I, no Nível IV e no Nível VI, beneficiando, no posicionamento, professores com mestrado e doutorado e estimulando aqueles que não os têm a fazê-los. Essa emenda é muito importante: "ingresso em cargo de carreira nível superior com pós-graduação "lato sensu", Nível I; nível superior acumulado com pós-graduação "stricto sensu", nível 4; e nível superior acumulado com doutorado, Nível VI". Essa emenda tem o mesmo teor da Emenda nº 13, de autoria do Deputado Célio Moreira, que, evidentemente, votará conosco nela, porque tem uma emenda da mesma maneira. Peço a todos aqueles que manifestaram desejo de fortalecer a Uemg e a Unimontes que avancemos um pouco mais. Esta Assembléia é autônoma e ciosa dos seus deveres. Aprovemos a Emenda nº 14. Assim, garantiremos uma melhor remuneração para os professores dignos das universidades mineiras, a Uemg e a Unimontes. Pela votação "sim" na Emenda nº 14, do Bloco PT-PCdoB.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 14. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.461/2005 na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 3 a 5, 7 e 18 a 22 e com as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 1, 2 e 6. À Comissão de Administração Pública.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 7, às 9, às 14 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Presidência do Deputado Mauri Torres e da Deputada Jô Moraes

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.461/2005; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2ª turno, do Projeto de Lei nº 2.462/2005; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.606/2005; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.141/2005; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.005/2003; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1; declarações de voto - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.461 e 2.462/2005; aprovação; prejudicialidade do requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho; declarações de voto - Questões de ordem - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Antônio Andrade - Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Quintão - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.461/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das carreiras do Grupo de Atividades da Educação Superior, de que trata a Lei nº 15.463, de 13/1/2005, os seus reajustamentos e o posicionamento de servidores nas referidas carreiras. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.461/2005 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.462/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das carreiras do Grupo de Atividades da Saúde, de que trata a Lei nº 15.462, de 13/1/2005, os seus reajustamentos e o posicionamento de servidores nas referidas carreiras. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1, 2 e 3. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.462/2005 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.606/2005, da Mesa da Assembléia, que cria, na estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Serviço de Orientação e Defesa do Consumidor - Procon Assembléia - e dá nova redação ao inciso IV do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21/5/2005, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 2.606/2005 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.141/2005, do Deputado Fahim Sawan, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Companhia Habitacional do Vale do Rio Grande - Cohagra. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.141/2005 na forma do Substitutivo nº 1, com a

Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.005/2003, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre o Quadro de Cargos dos Serviços Auxiliares da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.005/2003 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

#### Declarações de Voto

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje, com essas votações, encerramos o processo de discussão e votação das tabelas salariais oriundas dos planos de carreira das áreas de educação básica, educação superior e saúde. Em nome do Bloco PT-PCdoB, quero registrar, em primeiro lugar, a participação dos servidores e de suas entidades sindicais em todo esse processo.

O projeto da tabela chegou a esta Casa em 30 de junho, e, durante os meses seguintes - julho, agosto e setembro -, o Bloco PT-PCdoB realizou várias reuniões e encontros com o Secretário, fez várias avaliações e negociações, apresentou requerimentos em todas as comissões de mérito, participou de audiências públicas e apresentou inúmeras emendas, embora muitas delas, que significavam um avanço nessas tabelas, infelizmente não tenham sido acolhidas por esta Casa. De qualquer forma, fizemos a nossa parte. Nós que, desde o início da legislatura, lutamos pelos planos de carreira e, agora, pelas tabelas salariais, sabemos que é muito importante que os servidores públicos estaduais tenham suas tabelas salariais.

Quero ressaltar a importância da reunião realizada na segunda-feira com o Secretário Anastasia. A área da saúde não foi contemplada como merecia - os servidores que ganham menos foram prejudicados e há distorções gritantes em sua tabela salarial, que infelizmente não pudemos corrigir, porque nosso substitutivo não foi aprovado nesta Casa. Não é justo que servidores que ganham tão pouco e que trabalham nos hospitais, com seres humanos no limiar entre a vida e a morte, não tenham sido devidamente valorizados nessas tabelas salariais. Ontem fizemos um acordo de procedimento, para encerrarmos hoje essas votações, de modo que os pequenos benefícios que existem nas tabelas salariais possam ser pagos de imediato. Do contrário, o Governador ainda iria jogar nas costas da Assembléia a responsabilidade por esse atraso. Ora, o governo, que teve dois anos e seis meses para mandar essa tabela, só o fez em 30 de junho, e já estava falando que não ia pagar por culpa da Assembléia - não o Governador, diretamente, mas seus auxiliares e a "rádio-peão". Há muitas pessoas creditando o atraso à Assembléia. Viram a propaganda na TV e, quando viram que não saiu nada no contracheque, começaram a falar que é por causa da Assembléia, quando esta Casa estava exatamente realizando audiências públicas, apresentando emendas, enfim, melhorando os projetos das tabelas salariais.

A propósito, aproveitando a presença do Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, o Bloco PT-PCdoB exige rapidez no envio das tabelas salariais das demais categorias. Precisamos que o governo encaminhe rapidamente, ainda este ano, as demais tabelas salariais, até porque, se não o fizer, ao final do ano vai dizer que não pagou o décimo-terceiro ou os salários porque a Assembléia não votou, da mesma forma como vinha usando agora a desculpa de que a Assembléia não tinha votado as tabelas das áreas de educação e saúde.

Votamos. Dirijo-me aos telespectadores: a Assembléia fez sua parte. Foram dois meses de intensas negociações, audiências públicas, apresentação de emendas e votações. O governo precisa encaminhar as tabelas salariais das outras categorias, para que, neste ano, todos recebam o décimo-terceiro com um pequeno benefício. Infelizmente, essas tabelas não vieram com a devida valorização que o servidor público merece.

Em nome do Bloco PT-PCdoB, agradeço às Deputadas e aos Deputados desse Bloco que vieram, ficaram em Plenário, estão aqui hoje, participaram e solicitaram audiências públicas, negociaram, apresentaram emendas e cumpriram rigorosamente sua missão, ou seja, votaram as tabelas conforme acordo feito com o Líder do Governo, para que não houvesse atraso. A Assembléia fez sua parte, governo e Oposição. Evidentemente, votamos em emendas que poderiam melhorar os salários e as conquistas. Democráticamente, a Assembléia votou as tabelas. O processo foi encerrado hoje com a votação em 2º turno.

Queremos que o governo pague aos servidores, pague o retroativo aos servidores da educação, pague aos servidores da área da saúde. Na segunda-feira, durante reunião com o Secretário Anastasia - posso afirmar isso -, a base do governo estava preocupada com os servidores da saúde, que ganham menos. É importante que o governo conceda, para além da tabela salarial, alguma gratificação para estimular e valorizar os servidores, principalmente os da carreira hospitalar.

Deixamos aqui o nosso apelo: é preciso melhorar a área da saúde, sobretudo para o pessoal da carreira hospitalar; enviar as demais tabelas salariais; pagar imediatamente o retroativo aos servidores da área da educação. A Assembléia fez sua parte. Solicitamos que o governo, rapidamente, encaminhe a esta Casa as demais tabelas salariais. Estamos prontos, como fizemos agora, para votarmos essas tabelas, fazendo com que, no final deste ano, todas as categorias tenham a sua tabela.

Farei um registro importante: o Presidente da Assembléia, Deputado Mauri Torres, e o Líder, Deputado Alberto Pinto Coelho, em que pese a inflexibilidade do governo para acolher boa parte das nossas emendas, foram fundamentais no processo da negociação e da realização de audiências, para que, no mínimo, no rito de procedimentos, de não-obstrução, de votação da tabelas, esta Casa pudesse chegar hoje, dia 7 de outubro, com todos os planos e tabelas votados e aprovados. Fica aqui esse registro. Esperamos que, rapidamente, quem sabe na próxima semana, as demais tabelas salariais cheguem a esta Casa.

Ontem, ouvimos muitos Deputados falarem sobre pacto federativo. O Presidente Lula liberou R\$30.000.000,00 para Venda Nova, R\$12.000.000,00 para o Cardiominas e R\$1.500.000,00 para Contagem. São muitos recursos. Hoje, atendendo aos Governadores, concedeu a própria desoneração, o ressarcimento para os Estados. Como disse ontem o Governador Aécio Neves, o Presidente Lula é amigo dos mineiros, nunca nomeou tanto Ministro, nunca repassou tanta verba como fez e está fazendo para Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, manifesto a nossa satisfação como integrante da base do governo. Sabemos que os Líderes farão seus pronunciamentos, mas também queremos expor nossa opinião. O nosso Líder, Deputado Alberto Pinto Coelho, deverá falar em nome da base do governo, e tem autorização para isso. Irá traduzir o sentimento da base do governo. Os líderes dos demais partidos agirão da mesma forma. Não precisamos que ninguém traduza o sentimento da base do governo, que é de satisfação com o atual governo, que está trazendo para Minas Gerais o equilíbrio fiscal e pagando seus compromissos. Não existe mais em nosso Estado a forma de pagar os servidores em etapas. Todos recebem na mesma data. O décimo-terceiro está em dia. As tabelas foram enviadas para esta Casa. Queria repetir que a questão do pacto federativo está incomodando, porque há injustiça neste país. Os Deputados estão tentando esclarecer que não há problema com o pacto federativo e que o governo federal está liberando recursos; enfim, está incomodando.

Estou fazendo um levantamento de tudo o que foi discutido na Assembléia Legislativa sobre pacto federativo. Acordei cedo hoje para pesquisar,

isso faz parte do meu trabalho de historiador. Descobri que, só até setembro, Minas Gerais exportou o equivalente a R\$10.000.000.000,00. Assinar um convênio não quer dizer que o recurso chegará. Queremos ver o dinheiro em caixa, porque já ouvimos muitas promessas. Como eu dizia, Minas Gerais já exportou, até setembro, R\$10.000.000.000,00. Quanto o Estado recebeu de exportação? Zero. Minas poderia ter recebido aproximadamente R\$2.000.000.000,00 com o ICMS. Vejam o desequilíbrio. Estamos falando do que foi arrecadado de impostos em Minas Gerais até agosto: R\$32.000.000.000,00. E, com exportação, foram R\$10.000.000.000,00.

Estou fazendo agora uma pesquisa sobre as contribuições arrecadadas em Minas Gerais: CPMF, Cofins, Cide. Trarei os números, que estão incomodando por causa do desequilíbrio e da injustiça. E alguns Deputados ainda ocupam a tribuna para dizer que Minas Gerais tem de arcar com a manutenção de rodovias federais. Espero que esta Casa resista, em defesa de Minas Gerais. Não dá para ocupar a tribuna para ir contra o Estado, contra a contribuição que Minas dá ao País. O pacto federativo tem de ser equilibrado, é uma aliança. Só de exportação, portanto, Minas Gerais deixou de receber, até setembro, R\$2.000.000.000,00 em impostos, por conta da desoneração. Continuaremos pesquisando e traremos mais informações.

Este governo tratou das carreiras. O servidor do Estado agora tem uma base para debater com o governo. A partir dessa base, discutirá com o governo, que, em momento nenhum deixou de vir à Assembléia Legislativa discutir nas comissões e de mostrar as dificuldades oriundas desse desequilíbrio no pacto federativo. Minas deixa de receber recursos para políticas importantes, como da segurança pública e da saúde. Em breve demonstraremos isso com números. Os Secretários estiveram aqui, as audiências públicas aconteceram. E quero parabenizar os Deputados da base do governo pela participação nas audiências das comissões.

Para finalizar, Sr. Presidente, dado o número de "e-mails" que recebi, solicitando a votação imediata dos planos, quero sugerir que a nossa competente TV Assembléia, quando da aparição dos nomes dos Deputados, informe também o nosso "e-mail". Fiquei impressionado com o número de mensagens que recebi. É importante divulgar essa informação, para que a população possa manifestar-se, como fez. Depois trarei essas comunicações em relação às tabelas, para compartilhar com o Plenário. Sei que os Deputados da base do governo também se manifestarão, mas queria registrar a nossa satisfação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Zé Maia - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, queremos registrar a importância desta semana na Assembléia Legislativa, em que foram aprovadas as tabelas salariais das categorias da educação básica, do ensino superior e da saúde. Esta Casa e o Governador Aécio Neves fizeram esforço absoluto para iniciar os avanços com relação à valorização do servidor público do Estado de Minas Gerais, os quais ficaram quase uma década com seus vencimentos congelados. Apesar das dificuldades, das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal e do comprometimento com a folha de pagamento do Estado, que estava no limite, o governo conseguiu avançar e chegar naquilo que era possível, e a Assembléia Legislativa deu a sua importante contribuição.

Ontem, nosso Líder nos trouxe a notícia de que o governo do Estado encaminhará a esta Casa a política remuneratória. Quando houver crescimento da arrecadação de ICMS, haverá um ajuste automático para os funcionários públicos. Esse será o maior legado do Governador Aécio Neves e da Assembléia Legislativa para os funcionários públicos de Minas Gerais, que não ficarão à mercê de qualquer governo no futuro, mas do crescimento do Estado.

A economia de Minas Gerais tem crescido depois que o governo Aécio Neves assumiu, aliás, mais do que a do Brasil. Esse crescimento tem dado oportunidade de aumentar a arrecadação e, assim, a possibilidade de sempre melhorar os salários dos servidores públicos de Minas Gerais.

Conclamo o povo de Minas Gerais para, nas eleições do ano que vem, apoiar um candidato à Presidência da República que tenha compromisso com o pacto federativo. Em todos os Municípios do Brasil e em Minas Gerais não foi diferente; vimos uma queda brusca na arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM -, o que, aliás, pode comprometer o pagamento do 13º salário dos funcionários dos Municípios do Estado de Minas Gerais. Essa é uma notícia ruim para os Municípios. O governo federal, além de concentrar a receita na União, deixou que houvesse grande prejuízo no repasse do FPM com a queda brusca no mês de setembro. Ressalto a importância do pacto federativo, porque, se as receitas fossem mais bem distribuídas entre os Estados e Municípios, tanto estes quanto aqueles teriam oportunidade de dar um aumento maior para os funcionários públicos.

Convocamos o povo de Minas Gerais para estar ao lado de um candidato à Presidência da República que tenha um compromisso maior com o pacto federativo, com uma melhor distribuição de recursos arrecadados no País para os Estados e para os Municípios. Uma melhor distribuição de recursos e de investimentos poderá dar oportunidade aos Estados e aos Municípios de remunerar melhor os funcionários públicos.

Solidarizo-me com os funcionários públicos do Estado de Minas Gerais. Realmente avançamos e chegamos ao limite. Estaremos aqui para que, no futuro, possamos ainda valorizar, com justiça, os valorosos servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Minas Gerais. Farei uma breve observação sobre essa questão do pacto federativo, que, mais uma vez é abordada pelos Deputados. A Lei Kandir, que desonera as exportações e contribui para a redistribuição dos recursos no País, parece uma bandeira do Governador.

O que me incomoda é que há uma contradição nessa luta do Governador de Minas: ao mesmo tempo em que ele faz a luta em âmbito federal, provoca o mesmo problema em Minas Gerais. Esclareço que o pacto federativo abrange governo federal, governos estaduais e Municípios. Diferentemente de sua luta contra o governo federal, ele provoca o problema em Minas Gerais quando desonera impostos e faz renúncia fiscal de ICMS para a maioria das empresas. Na redistribuição do ICMS aos Municípios do Estado, o problema também parece não ser diferente do apontado no âmbito federal.

Torna-se necessária a coerência dessa posição, até porque as Prefeituras de Minas Gerais também questionam o Governador sobre as renúncias fiscais que acontecem aqui e causam prejuízo direto aos nossos Municípios.

Hoje a economia do Brasil passa por um processo de crescimento. O País saiu do estágio de estagnação dos anos anteriores, principalmente no governo Fernando Henrique Cardoso, e passa por um processo de crescimento econômico, de desenvolvimento nacional. Minas Gerais desponta, porque - como disse o Presidente Lula ontem - os maiores Estados tendem a crescer proporcionalmente ao seu tamanho e também possuem um importante pacote de exportações.

Registro outra fala, que me parece complicada, porque o governo federal estabeleceu para as rodovias federais de Minas Gerais, ainda no governo Itamar, recursos de R\$783.000.000,00, que foram repassados ao Estado para a recuperação, duplicação e revitalização das estradas.

Desses R\$783.000.000,00, R\$540.000.000,00 foram gastos ainda no governo Itamar, e R\$280.000.000,00, no governo Aécio. Pergunto: "quais são as estradas federais no Estado, dos 6.000km que receberam recursos para sua recuperação? Onde foram parar esses recursos?". Os contratos foram firmados, e não há como revê-los. O Brasil designou esses recursos ao Estado. Foram R\$280.000.000,00 que o governo Aécio tinha nas mãos para recuperar as estradas federais em Minas, e não o fez.

Recuperarei uma discussão fundamental. Estamos encerrando um debate de quase 100 dias sobre os servidores da educação e da saúde em Minas Gerais. Estamos aguardando as próximas tabelas, para, mais uma vez, debruçarmo-nos e avaliarmos o que é melhor para todas as categorias dos servidores do Estado de Minas Gerais.

De fato, o movimento sindical, as entidades representativas das diversas categorias, desempenharam papel fundamental. Estiveram presentes, discutiram com o governo e com todos os Deputados e Deputadas e tentaram avançar nas negociações, como fez o Bloco PT-PCdoB, com o conjunto de emendas que apresentamos. Infelizmente, a maioria delas não foi atendida, apesar de aprimorarem o projeto. Quero registrar o empenho de todo o nosso Bloco para que essas tabelas pudessem avançar.

A carreira é muito importante para os nossos servidores, mas a recuperação salarial de 10 anos era fundamental para se avançar na qualidade de ensino e nas políticas públicas de saúde e educação em Minas Gerais. Há ainda muito que aprimorar. Tenho a certeza de que, na hora em que os servidores, principalmente os da educação e os da saúde, forem posicionados de acordo com a carreira e o salário, haverá uma reação de insatisfação, e o governo terá de abrir as negociações, para que esses servidores tenham espaço para debater o seu futuro por meio das tabelas e do plano de carreira. Repito: registro, com alegria, a participação do nosso Bloco, por ter realizado um trabalho nas comissões que engrandece os servidores do Estado. Agradeço aos servidores de Minas Gerais. Mas o Estado fica a dever às nossas categorias um aumento real de salário e um posicionamento mais digno na carreira.

#### Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.461/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Superior, de que trata a Lei nº 15.463, de 13/1/2005, os seus reajustamentos e o posicionamento de servidores nas referidas carreiras. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.462/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das carreiras do Grupo de Atividades da Saúde, de que trata a Lei nº 15.462, de 13/1/2005, os seus reajustamentos e o posicionamento de servidores nas referidas carreiras. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção. A Presidência declara prejudicado, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno, o requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 2.462/2005.

#### Declarações de Voto

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que, após a votação de todos esses projetos, é hora de se fazer uma análise serena, sensata, até mesmo para apresentar a verdade que, todo o tempo, procuraram não deixar que se evidenciasse.

A primeira observação que fazemos é que, apesar do governo federal, Minas Gerais tem avançado; apesar de o governo federal não ter revisto o pacto federativo, em que há concentração de mais de 60% dos recursos que ficam com a União, Minas Gerais está avançando. E, apesar de o Governador Aécio Neves ter assumido um governo com 2,4 bilhões de déficit orçamentário; apesar de o governo federal não ter realizado a reforma tributária; apesar de o governo federal não ter repassado o que é de direito para o povo mineiro, dos recursos da Federação, Minas Gerais está avançando; apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos governos, inclusive o de Minas Gerais, em relação aos poucos recursos que retornam para os Estados, em face do grande volume de recursos arrecadados em Minas, e que vai para o governo federal, temos recebido apenas algumas migalhas do governo federal. Anunciamos que nos mandarão alguns milhões, mas recebemos migalhas, se compararmos com o montante que a União arrecada em Minas Gerais.

Quando o Governador Aécio Neves assumiu este governo, tomou a decisão de olhar para a frente, de não ficar chorando em cima das dificuldades encontradas, nem ficar reclamando do que o governo federal não faz. Ele tomou a decisão de usar o poder político de Minas Gerais, como ocorreu ontem. Foi ao Ministro Palloci e disse: "Exigimos que os recursos de Minas, da desoneração das exportações, sejam remetidos para o Estado". Graças a essa luta política do Governador, R\$100.000.000,00, que são nossos de direito, e menos do que deveríamos receber, virão para o caixa do Estado, graças a essa pressão do Governador e pelo prestígio que desfruta junto aos outros Governadores.

É engraçado quando ouvimos dizer sobre os milhões que foram distribuídos para as estradas, pois o mundo inteiro sabe - talvez um ou outro desavisado ainda não saiba - que aquele acerto realizado no governo Fernando Henrique Cardoso foi para ajudar o ex-Governador Itamar Franco a sair do governo, pelo menos, pagando o 13º salário dos servidores, pois não havia dinheiro para tal. Isso ocorreu exatamente com uma intermediação do Governador Aécio Neves, que permitiu que o décimo-terceiro fosse pago naquela época. Todos sabem o que houve; esse dinheiro não veio para ser aplicado nas estradas, porque, pelo potencial das estradas de Minas Gerais, por sua quantidade, abrigamos praticamente 10% das estradas de todo o Brasil, ou um pouco mais, dizer que vêm R\$200.000.000,00 para resolver os problemas das estradas federais em Minas Gerais é uma piada de mau-gosto. Precisamos dizer a verdade, dizer que as estradas federais, em Minas Gerais, estão de mau a pior. Agora, sim, é que alguma coisa está sendo feita, mas muito pouco, muito aquém daquilo que Minas Gerais merece e a que tem direito.

Neste Plenário, estes dias, foi reconhecida a importância dos servidores públicos, mas um reconhecimento com a responsabilidade daquele que não irá cortar benefício sob a premissa de dar novos benefícios. Não. Este governo tomou a decisão de recuperar os direitos dos servidores; pagar o 13º salário no dia certo; pagar as verbas retidas que eram direito dos servidores; reconhecer que os servidores tinham direito ao plano de cargos, o que nunca foi dado aos servidores em Minas Gerais. Todos esses ganhos que o Governador foi recuperando, direitos dos servidores, vêm agora com essa tabela.

Essa não é a tabela dos sonhos do Governador nem a dos Deputados da base governista, mas é o que a lei permite e o que os recursos tornam possível realizar. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina as limitações de gasto com pessoal, e o Governo vai ao limite máximo no que se refere a isso. Mas, em breve, teremos a lei remuneratória, que será uma grande esperança para os servidores. De acordo com o crescimento das receitas de Minas Gerais, melhorarão as condições dos servidores públicos deste Estado.

Parabéns ao Governador Aécio Neves, que resolveu não fazer demagogia, dar com uma mão e tirar com a outra, mas, pouco a pouco, recupera a dignidade do servidor público de Minas Gerais. Muitos governos, durante muitos anos, não fizeram o que deveriam ter feito. Este é apenas o começo da recuperação dos direitos do servidor público mineiro.

Deputada Jô Moraes, cujo partido em Brasília preside o Congresso Nacional, preocupa-nos o fato de que seu partido queira dominar o Brasil. Mas é uma honra e uma alegria imensas ter uma nobre Deputada do PCdoB presidindo esta reunião.

A Sra. Presidente (Deputada Jô Moraes) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sra. Presidente, Srs. Deputados, elogio a Deputada Jô Moraes como Presidente da Assembléia neste momento.

Ouvi com atenção as pessoas que me antecederam, e, em determinado instante, fez-se referência a uma medida provisória que transferiu a responsabilidade sobre as estradas federais para o Estado de Minas Gerais. Lembro-me de que, no texto dessa medida provisória, consta que o governo de Minas deveria manter rodovias federais. E o caso de algumas rodovias federais no Estado, como a 482 e a 116, que conheço bem, não é o de manutenção, mas, sim, de reconstrução, o que seria uma outra figura, com um novo valor, infinitamente maior que o liberado naquela medida provisória. A interpretação da medida é a seguinte: o governo federal colocará as rodovias em dia, em condições de tráfego, e sua manutenção passará a ser responsabilidade do Estado de Minas Gerais. Portanto, a verba foi liberada para manutenção, e não para reconstrução de Rodovias. As Rodovias 482, 262 e 116 estão precisando de reconstrução, uma vez que se encontram extremamente deterioradas, sem condições de tráfego.

Quando aqui estivemos, aprovando as tabelas remetidas, sabíamos que os servidores públicos de Minas Gerais precisavam e mereciam melhor vencimento. Todavia, temos de trabalhar com a arte do possível e nunca com a do desejável. Na política, queremos trabalhar com o desejado, esquecendo-nos do possível.

O Estado de Minas ainda gasta com os servidores públicos valor superior ao permitido pela LRF. Temos de redimensionar isso, mas será em outro momento. Se temos de esperar que a receita cresça para justificar um aumento significativo, estamos declarando que aprovamos o possível, não o desejado. O gesto do Governador de encaminhar as tabelas já significou muito. Com isso, fica claro que o servidor passa a ter em mão uma base, um conhecimento daquilo que é seu de direito.

Quero ainda dizer aos presentes que nenhum governo - disse isso ontem e estou repetindo hoje - quer reajustar vencimentos de seus servidores em valores insignificantes. Já fui Prefeito e sei disso, mas às vezes ele não pode fazer mais do que está sendo feito. Tenho certeza de que, mesmo o Presidente da República, que deu um aumento insignificante aos servidores federais, não o fez porque queria, mas porque tinha limitações legais que não lhe permitiam fazer coisa maior. O governante sempre trabalha com o possível, nunca com o desejado. É preciso ter responsabilidade, ou seja, fazer o possível.

Quero dizer, ainda, que foi uma alegria participar desta reunião, presidida por V. Exa., Deputada Jô Moraes.

O Deputado Domingos Sávio - Inicialmente, Deputada Jô Moraes, constato com alegria o momento democrático em que o PCdoB preside a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e o faz com muita elegância, com muita competência. A Deputada Jô Moraes é uma das figuras que admiramos nesta Casa, embora tenhamos divergências de natureza ideológica. Quero mencionar parte delas em meu pronunciamento. Em primeiro lugar, constatamos que, ao concluir a votação de inúmeros projetos, em especial o aumento dos servidores públicos da educação e da saúde, começamos a resgatar uma dívida do Estado, e não de um determinado governo. Muito ainda temos de fazer. Trabalhamos muito durante esses meses, em audiências públicas, buscando alternativas para melhorar os projetos de lei, negociando com os Secretários de Governo, levando ao Governador as sugestões e reivindicações dos servidores. Eu mesmo tive a felicidade de ter acolhidas várias emendas na condição de relator, emendas fruto da discussão com a base do governo, as quais refletiam o sentimento dos Deputados. O importante é que conseguimos aprová-las. O aumento chegará no contracheque do servidor. Então, começaremos esse resgate. É importante, neste momento, separar o joio do trigo e deixar claro que, desde o primeiro momento, todos nós, Oposição e Situação, trabalhamos juntos para melhorar, para buscar o máximo. Houve um momento em que a base do governo, percebendo que havia chegado ao possível, lutou para aprovar o projeto. Alguns, sistematicamente, tentavam impedir a aprovação.

No fim, houve um entendimento para a aprovação. Todos votaram, e os reajustes aí estão. Não é tudo o que gostaríamos, mas é o máximo que foi possível, e é um ganho real para os trabalhadores da saúde e da educação. Agora, com certeza, lutaremos para que as demais tabelas cheguem a esta Casa, a fim de atendermos aos outros.

Parabenizo a Oposição não pelas suas idéias, das quais continuo a divergir, mas pela fidelidade ao seu partido e ao seu governo federal. Insistem, neste momento, em vangloriar-se do governo, mas não se dão ao cuidado de refletir por que esse governo federal deu apenas 0,01% de aumento aos trabalhadores públicos federais. Por que esse governo, antes de chegar ao poder, dizia que o salário mínimo era miserável? Mas, quando o Senado tenta votar um salário mínimo de R\$380,00... O próprio Presidente veio aqui, ontem, e disse que o Senado é irresponsável e que o salário mínimo não pode mesmo aumentar, deve ser os R\$300,00 que aí estão. Esse governo, ao enviar R\$30.000.000,00 para ampliar o teto da saúde em Minas Gerais, não manda dinheiro sequer para tratar os nossos doentes de câncer e os que têm infarto. O teto de Minas Gerais é insignificante para essas áreas, e há filas e filas de doentes para serem tratados pelo SUS.

Este governo roubou do País com o mensalão e é o mais corrupto da história do Brasil. Todos sabem que o mensalão é de responsabilidade direta deste governo. Roubou centenas, milhões e milhões, bilhões talvez, do povo brasileiro, e esses nossos queridos companheiros não são capazes de se lembrar de nada disso. Só se lembram de que, ontem, vieram R\$30.000.000,00 para um Estado que já contribuiu, só até agosto deste ano, com mais de R\$32.000.000.000,00. Esse valor saiu de Minas para o Governo Federal. Ontem, vieram R\$30.000.000,00, e o governo Lula é o melhor da história e o que trata bem os trabalhadores, mas o governo Aécio, quando dá 12% de aumento, em média, não é justo.

Ora, continuo a entender que o aumento do governo Aécio ainda é pouco, mas lutaremos para conseguir mais. Com um Governador sério, equilibrado e que administra o Estado com austeridade, haveremos de conseguir isso, mas é preciso separar o joio do trigo. Dizer que o Governo Federal é uma maravilha e que o de Minas é pifio é, no mínimo, escamotear a verdade. Portanto, com todo o respeito à nobre Deputada Jô Moraes, a minha divergência no campo das idéias tinha de ficar retratada. Fico feliz porque aprovamos um aumento para os servidores, o que mostrou que a Assembléia Legislativa tem compromisso com o povo mineiro. Muito obrigado, Presidente.

#### Questões de Ordem

O Deputado Laudelino Augusto - Cumprimento a nossa Presidente. Realmente é uma satisfação ser presidido por V. Exa., por muitos motivos, pela sua história, por ser Deputada do PCdoB, partido do Presidente do Congresso. Saudações a todos os Deputados e Deputadas, mineiros e mineiras.

Ontem, tivemos oportunidade de acompanhar a comitiva do Presidente Lula que veio a Minas Gerais, para a assinatura de vários convênios na área de saúde, o que já foi aqui bastante anunciado. Estivemos também no Sul de Minas, visitando as obras da BR-459, que corta a região, desde Lorena e São Paulo até Poços de Caldas, passando por Itajubá, Pouso Alegre e várias outras cidades. Depois, inauguraram a BR-381, a Fernão Dias. Tivemos oportunidade de presenciar o momento em que o Presidente Lula recebeu um telefonema. Na hora, o Ministro Luiz Dulci passou o telefone para que ele conversasse com o Ministro Jaques Wagner, que negociava e dialogava com o Bispo D. Luiz Cappio, que estava em greve de fome. Pudemos, naquele momento, contemplar o Presidente gesticulando e falando. Fizemos uma oração com todos os brasileiros que, nestes últimos 12 dias, também realizaram manifestos, enviaram mensagens e fizeram caminhadas, como a que ocorreu no dia 4, o dia de São Francisco. Alguns minutos depois, recebemos a mensagem de que D. Luiz Cappio havia suspenso a greve de fome.

Por estar acompanhando essa questão, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas, como autor de vários requerimentos que deram origem a ciclos de debates, audiências e seminários sobre a integração da Bacia do São Francisco com bacias do Nordeste, como já mandamos carta ao Presidente no mês de junho, podemos dar o testemunho de

que, em Minas Gerais, não encontramos nenhum grupo significativo que seja favorável à transposição, da forma como está sendo proposta. E há um empenho muito grande pela revitalização do Rio São Francisco.

É bom lembrar que a greve de fome de D. Luiz foi pela revitalização e para que não haja a transposição, pelo menos antes da revitalização. Faça uma comparação com a doação de sangue: o doador precisa estar bem de saúde, para doar sangue. A união de Minas é importante para a revitalização do São Francisco. Se fôssemos unidos, teríamos conseguido mais pela revitalização. Este ano, o governo federal destinou R\$100.000.000,00 para a revitalização. Pelo acordo com D. Cappio, serão destinados R\$350.000.000,00 por ano, durante vários anos, para a revitalização. Mas temos de cobrar também do governo estadual.

A revitalização do São Francisco é um dos projetos estruturadores do Estado de Minas. Está na minha mão a execução de despesas deste ano: "Revitalização do São Francisco. Programa estruturador do Estado de Minas. Crédito autorizado, R\$16.630.000,00; despesa liquidada, R\$222.293,00", ou seja, 1,34%. O governo de Minas não fez praticamente nada pela revitalização do São Francisco. Precisamos de união, de unidade; precisamos reforçar. Se Minas Gerais - tanto os políticos quanto o povo, as ONGs e os ambientalistas - unir-se, conseguiremos o necessário para revitalizar não só o São Francisco, mas também todas as bacias. Todas elas estão precisando.

Minas é conhecida por ter minas não só de minério e de pedras preciosas, mas também pelas águas. Temos a caixa d'água do Brasil em Minas. E mais, a maior província hidromineral do planeta Terra está em Minas Gerais, no Circuito das Águas.

Foram feitos vários questionamentos sobre as BRs. Ontem, ouvimos duas vezes o Ministro dos Transportes falando em Belo Horizonte e na 381. De fato, foram estadualizados em Minas - houve para todo o Brasil, para vários Estados - 6.000km de rodovias federais. Foi repassado dinheiro para isso; está na lei; não foi para ajudar Itamar Franco a pagar 13%. Está na lei o repasse feito para o Estado, uma parte para Itamar Franco e outra para Aécio Neves. A questão é polêmica. Já sugerimos a realização, aqui, na Assembléia, de audiência pública sobre a estadualização das rodovias. Ontem, mais uma vez, quando se cobrou do Presidente a questão das rodovias, o Ministro falou que esse é um problema do Estado de Minas Gerais. Nem o Tribunal de Contas deixa repassar verba, porque foram, de fato, estadualizados alguns trechos. É polêmico. Há propostas no Congresso, e discutiremos sobre isso.

Finalizando, o governo anterior não repassava dinheiro para Minas. Itamar Franco brigou com Fernando Henrique, que não repassava recursos para o Estado. Foi péssimo para Minas. Mas o governo Lula tem repassado tudo o que é devido ao Estado, e muito mais. Basta observar que praticamente todos os programas sociais realizados em Minas são federais. O governo estadual tenta colocar um carimbo para dizer que são programas mineiros, mas é verba pública, do nosso povo, vinda do governo federal.

Anteriormente, falou-se que alguns Deputados queriam impedir a aprovação dos projetos. Ninguém tentou impedir. Nosso Bloco tentou, e muito, melhorar as tabelas. Quem impede são os que não vêm aqui. Muitas vezes a aprovação não foi possível por falta de quórum, porque a base do governo não estava presente.

Para terminar positivamente, gostaria de voltar à questão do São Francisco. Que bom que D. Luiz parou com a greve de fome, e o melhor é que ele parou a greve porque o governo federal vai dialogar, como está fazendo, e teremos a revitalização de que tanto precisamos. Pela revitalização do São Francisco e de todas as bacias, união em Minas Gerais!

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Em primeiro lugar, quero saudar V. Exa., que faz um bom trabalho nesta Casa e que neste momento preside os nossos trabalhos, representando neste Parlamento o PCdoB, que também está representado na Câmara Federal, com um grande Presidente. V. Exa., como o PCdoB, também gosta de estar próxima ao poder e hoje conduz brilhantemente os nossos trabalhos. Só tenho de tirar o chapéu para V. Exa., que faz um bellissimo trabalho nesta Casa, mas que fica ainda melhor na Presidência. Tenho certeza absoluta de que, como no Congresso, o PCdoB, com V. Exa., brevemente estará dirigindo também os caminhos deste Parlamento.

Mas gostaria de comentar algumas das observações dos companheiros do PT. Disseram, por exemplo, a respeito das estradas, que o governo federal repassou os recursos para o governo estadual, o governo Aécio Neves. Tudo bem. Mas, segundo fontes da CNT, para a pior estrada do Brasil, de Itajubá a Pouso Alegre, o Estado recebeu do governo federal R\$120.000,00 por quilômetro. Essa estrada não foi estadualizada, por isso sua situação está ainda pior. Mas, para resolver os problemas dessa estrada, o governo recebeu R\$120.000,00 por quilômetro. A opinião pública deve ser informada, por meio da TV do Legislativo, que criamos e estará, no próximo dia 30 de outubro, comemorando 10 anos de existência, com uma retrospectiva. É a própria TV Assembléia que nos informa do custo do quilômetro de estrada. O PT diz que o governo federal mandou R\$120.000,00 para cada quilômetro, que fica, companheira Jô Moraes e caro telespectador, em R\$600.000,00. Se o governo federal mandou só R\$120.000,00, como fazer com o resto do dinheiro? É com o dinheiro estadual que está se virando. Então, o governo federal não há de se vangloriar de ter mandado os recursos, pois, de R\$600.000,00, mandou apenas R\$120.000,00. E o resto? Gostaria de entender isso.

Outra coisa que queremos comentar é que o Líder do PT disse que fariam um esforço para que o governo Aécio Neves envie para esta Casa a tabela do resto do funcionalismo. Ora, o governo tem de enviar essa tabela, porque a base do governo pede que o faça. Fizemos esse pedido para o resto do funcionalismo, como fizemos para as áreas de saúde e educação. Mas não adianta solicitar que ela seja enviada, se, na hora em que chega, os Deputados votam contrariamente. Imaginem se tivéssemos acompanhado o voto do Bloco PT-PCdoB. Hoje não teríamos tabela alguma. A população não é boba. Ontem, alguns servidores compareceram a este Plenário reclamando e se manifestando, e todos vimos a faixa que aqui se colocou. Até já prevíamos o que aconteceu! Ora, pedem que se mandem as tabelas para cá, mas, quando elas são enviadas, votam contra!? Querem dar o céu, mas, quando estão no poder, não dão nem o inferno. Vejam bem: o governo pagou o que podia e cumpriu o compromisso de mandar as tabelas, como vai mandar as outras. Aproveite para solicitar, desde já, que todos votemos favoravelmente, para que o servidor saia daqui satisfeito.

Os servidores que estiveram presentes ontem pareciam com a torcida do América: pequena, mas barulhenta. Fizeram uma pressão nesta Casa, mas já sabíamos. O Bloco PT-PCdoB votou contrário. E aí? Deveríamos ter deixado. Ontem e anteontem eu disse para alguns: vamos deixar, reprovar e colocar a culpa neles. "Mas vocês não podem fazer isso conosco", disseram. Então, vocês farão só gracinha? Não adianta. A farsa está acabando.

Temos um projeto sobre a redução do ICMS em vários artigos. Apresentamos três emendas e quero registrar minha emenda apresentada sobre o gás natural. É o combustível do futuro e está morrendo em Minas Gerais, quando temos um ICMS de 18% no posto de gasolina e de 12% para as indústrias, e é o mesmo gás natural.

É uma emenda que pode ser um exemplo para todo o Brasil sobre a desoneração do preço da tarifa. O óleo diesel tem o preço de 12 e passamos para 3, o que refletirá para o trabalhador que paga ônibus todo dia. Esse incentivo refletirá no preço da passagem. Pode sair de Minas Gerais e dar um exemplo para o Lula sobre a desoneração dos impostos da tarifa do transporte público, que tem de ser uma prioridade no Brasil porque o trabalhador paga uma passagem alta em todo o País.

O governo Aécio Neves beneficiou a TAM e a Varig, mas esqueceu-se das outras empresas que estão no Estado há anos. Estamos fazendo justiça, igualando o benefício dado à TAM, Gol e Varig para as outras empresas.

Agradeço a tolerância de V. Exa. Estamos aqui para fazer um Brasil melhor. Não adianta dizer: "Eu fiz". Toda a Assembléia Legislativa fará um Brasil e uma Minas Gerais cada vez melhor, com a ajuda do governo Aécio Neves e do governo Lula, em que votei. Falam dos "mensalões", que passaram dinheiro para Minas. Passaram 30, mas podiam ter passado 60, se não tivessem metido a mão, como fizeram. Muito obrigado.

A Deputada Lúcia Pacífico - Obrigada, Sra. Presidente. Fico feliz em ver V. Exa. presidindo esta reunião.

Abordarei duas questões. Em primeiro lugar, falarei sobre a transposição do Rio São Francisco. Empenho minha solidariedade ao Bispo Luiz. Somos pela revitalização, e depois será estudada uma possível transposição.

Como todos os Deputados desta Casa, fui favorável às tabelas, aos aumentos e aos funcionários. E não foi a bancada A, B ou C, mas todos nós. É uma questão de consenso. Quem não queria o aumento para os funcionários? Sou funcionária aposentada da área de educação e gostaria que o aumento tivesse sido muito maior, mas foi o possível neste momento. Temos um compromisso do Secretário Anastasia, do governo do Estado, de que foi o possível neste momento e que depois outros aumentos serão concedidos.

Lamento o incidente ocorrido neste Plenário. Deus me protegeu e está comigo, porque sempre faço tudo em prol de um bem coletivo. Poderia ter sido muito pior, porque foi muito próximo ao meu olho. A minha pressão subiu muito, eu poderia ter tido um infarto naquele momento.

Ouvi uma parlamentar dizendo que o "incidente fora uma questão pontual, algo restrito diante da grandeza e importância da participação dos servidores". Não concordamos. Sra. Presidente, V. Exa. sabe muito bem o quanto considero importante a mobilização, porque a minha luta foi baseada em mobilizações. Por meio dessa luta, conseguimos a maior lei do Brasil, ou seja, o Código de Defesa do Consumidor. Mas os servidores deveriam ter respeitado os parlamentares. Como ocorreu comigo, como me afetou, poderia ter afetado qualquer um dos nossos Deputados, se foi dirigido a A, B ou C. Foi um desrespeito não só a quem foi atingido, mas também a esta Casa.

Lembro-me, e V. Exa. também deve lembrar-se disso, porque é antiga companheira de luta, das caravanas que levávamos a Brasília para conseguir avanços na questão dos direitos do consumidor. Nós, donas de casa, lotávamos três ou quatro ônibus. Tínhamos, na entrada das galerias, de deixar nossas bolsas nos escaninhos e tirar nossos sapatos. Sou favorável à abertura das galerias. Isso é democracia. Mas não pode acontecer o que ocorreu ontem. Lamentavelmente, minha pessoa foi atingida, como poderia ter sido atingido outro parlamentar. Além disso, havia muitos cartazes contendo insultos. Esses cartazes foram feitos aqui, porque as pessoas os fizeram no cafezinho. Presenciei isso. Esta Casa precisa tomar providências. Defendo a democracia a qualquer custo. Mas não pode ser dito que o incidente foi pequeno diante da grandeza da mobilização dos servidores. Estou com os servidores. V. Exa. sabe o quanto prezo as áreas de educação e de saúde. O que aconteceu foi lamentável. Nem por isso se pode dizer que foi pequeno nem pode ser minimizado diante da grandeza da mobilização dos servidores. Muito obrigada.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Sra. Presidente, Deputada Jô Moraes, com quem tenho a honra de trabalhar nesta Casa. Nesta oportunidade, parabenezo-a pela excelente trabalho que faz em defesa do povo de Minas Gerais. V. Exa., hoje, preside com elegância esta reunião.

Faço menção às palavras de Mateus, 11: "Aprenda comigo, porque sou manso e humilde de coração. O meu jugo é suave e meu peso é leve". Hoje, o Apostolado de Oração, da Paróquia São José, completa 100 anos. Particpei, na parte da manhã, das comemorações dos 100 anos do Apostolado de Oração, que não é somente de oração, porque, em todo o Brasil, realiza um trabalho social por intermédio de mulheres e homens de oração, de serviço, de doação. Registro o centenário de fundação do Apostolado de Oração da Paróquia São José.

Sra. Presidente, farei algumas observações. Na Câmara Federal, nesta Assembléia e em câmaras municipais, algumas pessoas dizem meu Presidente, meu Governador, meu Prefeito. O Lula é o meu Presidente, o Aécio Neves é o meu Governador, o de V. Exa., do Deputado Padre João, da Deputada Maria Tereza Lara.

Quando liberam recursos para um Estado ou para um Município, fica aquele negócio, um puxando para um lado, outro para o outro, dizendo: é o meu Presidente. Isso é dinheiro do povo. E não se faz mais que a obrigação ao aplicar os recursos obtidos por meio de impostos.

Estamos vendo em Minas Gerais a boa administração, a aplicação dos recursos com ética, com transparência. O Governador Aécio Neves assumiu um governo com grandes dificuldades financeiras. O funcionalismo público ficava aproximadamente 50 dias para receber seu salário, hoje o tem em mãos nos primeiros dias do mês. Ele acabou com aquela dívida. Mais de 700 Municípios estão sendo beneficiados com obras de estrutura. Está aplicando na saúde, na educação, recuperando MGs, asfaltando várias estradas, ligando sede com sede, possibilitando que a produção desses Municípios tenha escoamento sem prejuízos.

Vemos as dificuldades por que Minas Gerais vem passando, porque o governo federal não está repassando adequadamente o dinheiro devido aos Estados, mas o Governador está administrando com tranquilidade, com transparência, procurando cobrar aquilo que é direito, tendo um diálogo harmonioso com o nosso Presidente. Digo que o Lula é o meu Presidente, eu o estimo, mas V. Exa. há de convir que algumas pessoas estão sujando a água do governo federal, pisando na bola; meteram a mão, saquearam. É isso que questionamos.

Precisamos unir Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Governadores, para, juntos, trabalharmos harmonicamente para o bem do povo do Brasil. Minas Gerais, volto a dizer, está sendo a referência de como administrar bem, de como aplicar corretamente os impostos arrecadados.

Quereria fazer mais um registro, Presidente. Estive em Pernambuco com o Deputado Padre João, com o nosso vigário Pe. Januário, com o Vereador de Belo Horizonte José Anselmo. Fizemos uma visita a D. Luiz Flávio, que ontem encerrou a greve de fome que fazia em defesa da vida de milhares de pessoas que dependem do Rio São Francisco, e lutando pela revitalização, não pela transposição.

Ontem o Ministro Jacques Wagner esteve com o Bispo, levou três propostas do Presidente, e o religioso disse que vai acreditar. Espero que não seja uma enganação. Tenho dúvidas de que isso seja cumprido. O Presidente esteve em Minas Gerais prometendo o nosso metrô, e até hoje nada. O Ministro dos Transportes esteve em Minas várias vezes, assim como o Diretor-Geral do DNIT, dizendo que ia recuperar as estradas, mas as pessoas estão morrendo.

O Banco Mundial emitiu parecer considerando que não era viável a transposição do Rio São Francisco e que havia alternativas mais baratas, como poços artesianos e açudes, que custariam mais ou menos R\$100.000.000,00, enquanto a proposta inicial da transposição ficaria em R\$4.500.000.000,00. E dizem que não há dinheiro para recuperar as estradas ou para aplicar na segurança e na saúde.

Acredito que o Presidente vá cumprir essa promessa, apesar de ter prometido terminar a obra do metrô, mas nada foi feito até hoje. Há a questão das estradas. O governo de Minas Gerais vem lutando há muito tempo pela estadualização das BRs, mas querem passar uma mixaria que não dá para fazer nada.

Entregue as estradas recuperadas para que aí, sim, o Estado zele, como está zelando, por algumas estradas, algumas MGs. Precisamos de recursos, e o Estado tem direito.

Eu e o Deputado Padre João conversamos com o Bispo D. Luiz Flávio Cappio. Ele disse que faria greve de fome até o final, que estava disposto a dar a sua vida em defesa do Rio São Francisco e daquelas famílias que dependem dele para a sua sobrevivência. Também disse que está disposto a voltar para Cabrobó, se o Presidente não cumprir o que foi acordado ontem. Acompanharei esse processo de perto, pois tenho dúvidas de que ele seja cumprido.

A Deputada Maria Tereza Lara - Nobre companheira, Deputada Jô Moraes, alegre-me vê-la presidindo esta sessão, mesmo que por alguns minutos, pelo seu compromisso com o povo de Minas Gerais, com esta Casa, representando a bancada feminina, e também ver o PCdoB dirigindo a Câmara dos Deputados. Esperamos que, brevemente, uma mulher presida esta Casa, e V. Exa. tem todas as condições de fazê-lo.

Quero dizer publicamente sobre a minha satisfação pela resolução de um impasse. O governo federal foi sensível e, por meio do diálogo, convenceu D. Luiz Flávio a suspender a greve de fome - uma atitude corajosa em defesa das águas e da vida - e construirá um processo coletivo com os movimentos sociais e as entidades ambientalistas, a fim de buscar a melhor saída para o São Francisco. Todos sabemos que a melhor saída é a revitalização. É o que sempre defendemos. Mesmo o governo sendo do nosso partido, no nosso projeto defendemos a participação popular, o questionamento e o tensionamento positivo. Foi o que D. Luiz Flávio fez. Temos certeza de que o acordo será cumprido.

Discordo do nobre Deputado que me precedeu, com relação à fala do Ministro dos Transportes. Várias rodovias federais estão sendo reformadas há mais de 20 anos. O governo está, de fato, trabalhando.

Não polemizarei o que já foi tão polemizado nesta Casa: nos oito anos do governo Fernando Henrique, Minas Gerais ficou sofrida, sem receber recursos. Nosso povo não só sabe isso como também avalia com sabedoria, fazendo os termos comparativos. Não podemos desmerecer as ações positivas do governo federal, muito menos concordar que ele é o responsável pelo "mensalão" e pelo "mensalinho". Há problemas gravíssimos, e, realmente, quem errou tem de ser punido. É o que defendemos, mas não podemos ser injustos e responsabilizar o governo federal por isso. Não queremos, de forma alguma, refutar essas palavras.

Nobre companheira da bancada feminina, Deputada Lúcia Pacífico, a quem temos o maior apreço e respeito, fui eu quem disse as palavras que V. Exa. repetiu aqui, da tribuna. Explicarei o que quis dizer. Todo o tempo fui solidária com V. Exa. e não podemos aceitar isso com nenhum Deputado ou Deputada desta Casa, muito menos com V. Exa. Nós, que defendemos a democracia - V. Exa também a defende, como tão bem disse -, a ampliação da democracia representativa para a direta, a participação popular, a organização dos movimentos dos servidores, cujos direitos a senhora defende tão bem na Comissão de Defesa do Consumidor, não podemos aceitar que fatos lamentáveis como esse possam levar esta Casa a restringir as portas ou, muito menos, a fechá-las para a participação popular.

Deputada Jô Moraes, participei do Congresso Mineiro de Fé e Política. À tarde, foi composta uma mesa brilhante em que estive presente uma Consultora desta Casa, a Miriam. Eu e o Deputado André Quintão participamos desse debate na platéia. A Izabel, estagiária da PUC, que faz parte do Parlamento Jovem, projeto importante desta Casa, estava presente. Lá, esta Casa saiu na frente, mostrando seu importante papel de abertura e de participação popular na democracia, não apenas na Comissão de Participação Popular, mas também em toda a Assembléia, incluindo a Escola do Legislativo. Demonstra um compromisso com a democracia direta e com a participação popular.

Nós, por causa desse quadro lamentável - estamos solidários com V. Exa. -, não podemos aceitar que haja qualquer retrocesso. Foi isso que eu quis dizer com minhas palavras. Aliás, quando se tentou fechar as galerias, não apenas os Deputados do nosso Bloco PT-PCdoB, mas também os de outros partidos, como o Deputado Ermano Batista, que se manifestou publicamente, discordaram dessa atitude. Não podemos aceitar isso de forma alguma.

A Deputada Lúcia Pacífico - Jamais estaria a favor de fechar as galerias.

A Deputada Maria Tereza Lara - Com certeza. Portanto, o que disse reafirmo publicamente: temos de radicalizar a democracia. Aliás sempre comento o importante papel da imprensa para mostrar o contraditório. Isso é salutar à democracia. Demonstrar o contraditório, ter liberdade de expressão e Casas Legislativas abertas são essenciais para a democracia, como o ar que respiramos.

Se V. Exa. se sentiu magoada, peço-lhe desculpas publicamente. Não foi essa a minha intenção de forma alguma. Mas não posso permitir que um incidente lamentável, desagradável, faça qualquer um desta Casa pensar em retroceder na radicalidade da participação popular e da democracia direta. Obrigada.

O Deputado Padre João - Nobre Deputada Jô Moraes, muitos Deputados já lhe teceram elogios, o que pode sinalizar que, quem sabe, em 2007, V. Exa. possa presidir esta Casa ou a Câmara Federal, contando com o apoio dos nobres pares.

Apesar da ausência do Deputado Alencar da Silveira Jr., no momento, neste Plenário, discordarei do seu pronunciamento. Ele disse que era incoerência o Bloco PT-PCdoB solicitar o envio de outras tabelas, uma vez que votou contra elas. Parece-me que o Deputado não acompanhou o processo.

Na verdade, o Bloco PT-PCdoB apresentou um substitutivo que correspondia não apenas à expectativa e aos anseios do servidor, mas também algo possível, de acordo com o crescimento da arrecadação do Estado. Tratava-se de uma proposta coerente e bem detalhada. Repito: parece-me que o Deputado não acompanhou todo o processo. Apresentamos uma proposta, um substitutivo com uma tabela que garantiria dignidade aos servidores.

Quero aproveitar para agradecer às Lideranças do Bloco PT-PCdoB - Líderes e Vice-Lideranças -, ao Líder de Minoria e também à assessoria. Somos gratos à assessoria do Bloco PT-PCdoB, que, em todos os projetos que recebemos, observam todos os seus detalhes. Como foi destacado pelos Deputados Laudelino Augusto e Célio Moreira, visitamos D. Luiz Flávio Cappio no dia 4, dia de São Francisco e do aniversário de D. Luiz. De fato, percebemos que o Bispo já estava desfalecendo, de certa forma, perdendo todas as suas forças. Mas parece que aquela força que ele estava perdendo era passada para os movimentos sociais que pipocaram por todo o País, e poderíamos chegar a uma situação delicada.

O Deputado Célio Moreira lembrou sobre a incoerência que presenciamos. Quando fomos visitar D. Luiz, já estavam conversando com ele o Juiz e o Promotor da Comarca, com todo carinho, colocando-se à disposição do Bispo. Depois entramos, também conversamos com o Bispo, apresentamo-nos, aqui da Assembléia, e também me apresentei pelo fato de ser da Diocese de Mariana, de onde ele disse que havia recebido um telefonema, de D. Luciano, que ainda permanece em Roma participando do sínodo. Qual não foi a nossa surpresa, companheira Jô Moraes, que preside a reunião neste momento? Quando chegamos na rodovia, o Promotor, o Juiz estavam contra o povo que obstruía a rodovia naquele momento. Pessoalmente fiquei decepcionado, tanto com a postura do Juiz quanto com a do Promotor, pela intransigência, pois permitiram o uso da força para retirar o povo dali. A polícia estava armada com paus e fuzis. Foi necessário uma interferência nossa e do Deputado Célio

Moreira, junto ao Juiz e ao Promotor, para que não usassem da força contra o povo indefeso que prestava solidariedade a D. Luiz. Na verdade, a coerência é um desafio para cada um de nós, como lideranças políticas. Todos nós, pessoas que detêm o poder, sofremos esse grande desafio a cada momento, em cada circunstância, para sermos coerentes, seja com a fé, seja com a ideologia política.

Outro aspecto que não posso deixar passar é que, no dia 5, foi o aniversário de D. Luciano, grande liderança, pessoa que admiro muito e a quem tenho como um pai. Aquela data não significou simplesmente um aniversário, pois ele completou 75 anos. Não sei se todos sabem, mas há uma decisão canônica da Igreja Católica Apostólica segundo a qual todo bispo, ao fazer 75 anos, tem de entregar a arquidiocese, ou a diocese. Foi o que fez também D. Luciano, uma vez que está participando do sínodo, e entregou ao Papa Bento XVI a Arquidiocese de Mariana.

Encerro a minha fala esperando que, pelo coração de Deus, seja feito o melhor, porque uma pessoa, de forma milagrosa, recuperou-se de um câncer e de uma hepatite C, algo inexplicável pela medicina, mas está com toda a saúde e, com certeza, poderá continuar servindo à sociedade e ao povo da Arquidiocese de Mariana.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço à Deputada Jô Moraes. Em primeiro lugar, gostaria de dizer da importância - apesar dos percalços, das dificuldades que enfrentamos - de esta Casa ter normatizado as situações funcionais dos servidores públicos estaduais das áreas da educação, da saúde e do ensino superior. A partir de agora, recebemos as tabelas salariais, os planos de carreira de todos os outros funcionários que não foram contemplados nessa primeira etapa: os funcionários do DER, do Igam, da Secretaria de Agricultura e das demais.

Quanto ao ensino superior - tenho a honra de ser presidido pela Deputada Jô Moraes, que sistematicamente defende os servidores da área de ensino superior da Unimontes e da Uemg -, passei ontem por um momento de muita ansiedade, porque há anos seguimos a peregrinação dos funcionários, professores e serventuários de Montes Claros, mais especificamente da Unimontes, em sua luta. De um lado, tínhamos nas mãos a responsabilidade de votar um projeto de interesse desses servidores, e, de outro lado, minha atenção se voltou para aqueles momentos tensos de Montes Claros, momentos de agonia e aflição, em que os funcionários, servidores e professores buscavam a normalização de suas vidas. Muitos professores foram para os grandes centros, tais como Belo Horizonte e São Paulo, em busca de um mestrado, de um doutorado, na construção dessa grande universidade. Somente quem conhece a Unimontes, quem participa do seu dia-a-dia, entende a importância dessa universidade no contexto de Minas Gerais. São milhares de alunos, centenas de professores e serventuários, e todo esse aparato de universidade - corpo docente e corpo discente -, na busca da melhor qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Tudo isso resultou na concretização dessa grande universidade. Tomamos a iniciativa de afiançar um documento, dizendo que não fecharemos a porta do diálogo. Digo aos professores que confiem nesta Casa. Se tivéssemos a caneta nas mãos, avançaríamos um pouco mais. Mas nossa posição é a de reivindicação, de luta, de apoio, de busca do aperfeiçoamento do ensino superior. Temos em mão cópia do orçamento para o próximo ano, e vamos analisá-lo, procurando alocar recursos para a nossa universidade. Estamos presenciando a abertura de uma extensão da Unimontes em Sete Lagoas, pertinho de Belo Horizonte. Queremos abrir unidades, seja em Sete Lagoas, Capelinha ou Jequitinhonha, mas necessitamos de recursos para tanto. De nada adianta abrir-se um "campus" numa cidade sem o recurso orçamentário correspondente. O recurso orçamentário é um só. Se aumenta a demanda, falta o recurso. É o que venho dizendo ao longo do tempo. Necessitamos garantir o recurso para a abertura de novos "campi" porque, caso contrário, ficarão, cada vez mais diluídos, os poucos recursos de que dispomos.

Minha cara Deputada Jô Moraes, gostaria de tecer um rápido comentário acerca de alguns programas concretizados na área da saúde. O Presidente da República esteve no Palácio da Liberdade, quando foi recepcionado pelo Governador Aécio Neves. Colocamos, ontem, um ponto final numa história triste de Belo Horizonte, que é a história da Cardiominas. Ela começou há 20 anos atrás, quando o Estado comprou o terreno, gastando muito no seu esqueleto. Além disso, comprou os equipamentos da França, equipamentos de ponta, mas estes ficaram encaixotados durante 10 anos. Eles foram doados, depois de 10 anos, porque estavam perdendo a validade, estavam sendo sucateados.

Ontem, esta Casa aprovou um projeto do Governador, em que se faz a doação desse terreno à Santa Casa de Misericórdia. Fiquei feliz porque vi - e é raro vermos isso - autoridades honrando seus compromissos. O Ministro Saraiva esteve em Montes Claros e garantiu ao Prefeito Pimentel e a mim que, se aprovassemos o projeto, ele garantiria R\$12.000.000,00 para a concretização daquela obra. Ontem ele repassou esse valor à Prefeitura - R\$3.000.000,00 - e o Estado doou o prédio. Ali vão ser construídos dois centros importantes, o centro de especialidades médicas para atendimento a pacientes do SUS e o centro de especialidades médicas do Ipsemg, para atendimento e consultas especializadas dos nossos servidores. Foi um ponto final. Dentro de seis meses, estaremos presentes para cortar a fita de inauguração da antiga Cardiominas.

Por último, hoje o Estado publica no "Minas Gerais" três programas importantes. O primeiro é o Viva a Vida, em que o Governador e o Secretário Marcus Pestana construirão 20 Centros de Atenção à Saúde Integral da Mulher. Cada centro está orçado em quase R\$2.000.000,00. Neles, a mulher nutriz, a mulher na puberdade, a mulher no climatério terá uma atenção à sua saúde, como orientações, consultas especializadas, um centro de apoio ao tratamento das doenças sexualmente transmissíveis - DSTs. Hoje o câncer do útero é transmitido por meio de contato sexual. Estamos cansados de saber disso, mas a mulher não tem onde recorrer. A partir de agora, ela terá. Quero cumprimentar o Secretário Marcus Pestana pela ousadia, pela competência e pelo dinamismo em criar programas que vêm ao encontro da necessidade da população de Minas Gerais.

Outro programa é o Farmácia de Minas. O Estado triplica, a partir deste mês, a oferta de medicamentos a todos os Municípios mineiros.

O terceiro programa, que para mim é fundamental, é o PSF. Estamos ousando, avançando o sinal, pensando lá na frente. Todos os Municípios com menos 100 mil habitantes terão uma estrutura do PSF. O Estado fará convênios com todos os pequenos Municípios, no valor de R\$160.000,00, para a construção de um núcleo do PSF. Ali será o ponto de partida. Vamos tirar os PSF daquelas casinhas alugadas, dinamizá-lo, pois é o programa mais importante que o País tem na atenção primária à saúde do trabalhador. E mais: vamos celebrar um convênio, dotando todas as equipes de PSF de um veículo, a fim de transportar o agente de saúde, o médico. Isso será fantástico. Estou triplamente feliz. Em primeiro lugar, estou feliz com a situação do Cardiominas; em segundo, com os programas do Governador; e, em terceiro, porque a minha cidade está recebendo do governo federal e do governo do Estado um centro de tratamento auditivo.

Aquelas pessoas pobres, que não tinham acesso à prótese auditiva e possuíam problemas de surdez, passarão a ter atendimento especial, e o Hospital Haroldo Tourinho recebeu antontem autorização para implantar um centro de tratamento cardiológico, um centro de hemodinâmica para tratamento de pacientes do SUS. Por último, Montes Claros também recebe um sistema de transporte de urgência, o Serviço de Urgência Médica de Transporte - Samu -, com uma central de regulação de leitos. Esse é o resultado de um esforço que temos nesta Casa e de uma atenção especial dos governos federal e estadual para com a nossa Montes Claros. Encerro, então, a nossa participação nesta semana, que foi difícil e de lutas, trazendo essas boas notícias na área da saúde pública ao povo de Minas Gerais e montes-clarense. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Nobre Deputada Jô Moraes, quero aproveitar a grande oportunidade de estar sob vossa Presidência para tentar expor minhas humildes e modestas opiniões. Quero dizer da alegria de fazê-lo sob a Presidência de V. Exa. Só devo, data máxima vênua, contestar o que o nobre Deputado anterior disse. Na próxima legislatura, desejarei que V. Exa. esteja na Câmara Federal, fazendo-me companhia, mas, na Presidência desta Casa, não deverá ainda estar um partido de oposição, uma vez que o governo vai tão bem que o povo desejará manter o poder o que é bom. Daí, as chances de a Oposição assumir, em Minas Gerais, ainda estão muito distantes.

Desejo só fazer um contraponto ao nobre e brilhante Deputado Laudelino Augusto, meu dileto companheiro, amigo a quem respeito, que tem todas as qualificações e desempenha o seu mandato com muita competência, bem representando o seu povo. Na verdade, o que foi investido só pelo governo de Minas Gerais, por meio da empresa de saneamento Copasa, que se destaca no cenário nacional e internacional, cerca de R\$600.000.000,00 para o tratamento de esgoto,... Como revitalizar um rio se a água não é tratada? O esgoto lançado, quer seja o doméstico,

quer seja o industrial, acaba com os peixes e a vida do rio. É claro que outras medidas, a mata ciliar e o desassoreamento são indispensáveis e fundamentais, mas são R\$600.000.000,00 investidos só pelo governo de Minas por meio da Copasa. Apresentarei um outro dado: a Copasa entrou em três concursos internacionais, e esperamos mesmo que ela seja premiada, apenas para fazer justiça a uma empresa que tem a graça e a felicidade de poder dizer aos belo-horizontinos que 100% do esgoto de Belo Horizonte são tratados por ela.

A outra questão que queria destacar é em relação ao polêmico acerto político e econômico realizado para salvar um pouco a pele do ex-Governador Itamar Franco, que não conseguiria pagar o 13º salário aos servidores. Houve uma intermediação do Governador Aécio Neves, então Presidente da Câmara, que conseguiu junto ao Presidente Fernando Henrique Cardoso achar um caminho para resolver o problema do 13º salário dos servidores, naquela época em que estes não sabiam em que dia do mês receberiam, nem se receberiam, o décimo-terceiro. Agora, a realidade em Minas Gerais é diferente.

Os servidores já sabem que, a tempo e a hora, receberão seu décimo-terceiro; que, até o quinto dia de cada mês, receberão seus salários. Agora o servidor já sabe onde vai chegar, por meio do seu plano de cargos. Começou a recuperação salarial - apenas começou. Virá agora a lei remuneratória, que, sem dúvida nenhuma, reconhecerá o valor do servidor; aumentará a receita corrente líquida, permitirá o aumento de salário dos servidores, além de tantos outros benefícios trazidos por este governo.

Nobre Deputada Jô Moraes, em relação àqueles setecentos e alguma coisa de milhões, sabemos que perto de R\$540.000.000,00 foram gastos com o décimo-terceiro. Claro que os outros recursos não eram suficientes para cuidar dos 6.000km de estradas do Estado de Minas Gerais. Até porque, se fizermos uma rápida conta, seriam aproximadamente R\$20.000,00 por quilômetro, e uma obra de recuperação fica em torno de R\$600.000,00. É o que o governo federal, por meio do DNIT, está gastando na recuperação da estrada que liga Itajubá a Pouso Alegre. Se a recuperação de cada quilômetro custa R\$600.000,00, é claro que não há a menor condição de se gastar apenas os R\$20.000,00 disponibilizados. O que precisamos é cobrar, como o Governador Aécio Neves fez ontem, que o recurso retirado de Minas Gerais volte para os mineiros. Claro que achamos que Minas Gerais pode contribuir com o cenário nacional, como tem feito. Ao crescerem as exportações de Minas Gerais, nosso Estado está ajudando o Brasil a crescer também, está ajudando os outros Estados a se desenvolverem também. O que não se pode é penalizar o Estado, fazendo-o contribuir com mais do que os mineiros podem. Nessa desoneração do ICMS para melhorar a exportação, e o Brasil tem melhorado bastante sua balança comercial, isso está sendo um peso muito grande para os mineiros. Com o projeto do governo de Minas para recuperar o Pró-Acesso, que permitirá que todos os Municípios de Minas Gerais sejam interligados às vias de escoamento de produção, serão atendidos 224 Municípios. Isso facilitará ainda mais a produção. E, ao crescer a capacidade exportadora de nosso Estado, Minas Gerais precisaria crescer também nos ganhos com impostos. Mas, se o governo federal não cumprir o acordo feito, Minas Gerais perde. Achamos que esse pacto federativo precisa ser urgentemente revisto.

Deputada Jô Moraes, V. Exa. certamente se candidatará a Deputada Federal. Esperamos que assim seja. Nós também humildemente nos candidataríamos a Deputado Federal, com outros companheiros. Teremos um papel muito importante no Congresso Nacional, o de fazer a reforma política de que o Brasil tanto precisa, o de fazer a reforma da nossa Federação, que não atende mais às necessidades do povo brasileiro. Precisamos rever urgentemente esse pacto federativo. Não é mais possível que os Municípios e os Estados vivam nessa penúria, apenas administrando despesas porque não sabem quanto terão de receita. Já foi citado que, de uma hora para a outra, o FPM cai assustadoramente, e os Municípios têm as mesmas despesas, ou acrescidas, porque crescem vegetativamente. Os Estados precisam de mais autonomia econômica para planejar, para desempenhar suas políticas públicas. O governo federal não precisa de tanto recurso. O Brasil é quase um continente. É fundamental o princípio de subsidiariedade - o Deputado Laudelino Augusto conhece bem -, que precisa ser considerado em nosso país.

É claro que fazer, de Brasília, coisas menores é muito mais difícil: permite-se a corrupção e o desperdício dos recursos, e a dificuldade de controle é muito maior. Então, precisamos melhorar esse pacto federativo, essa distribuição da nossa receita, as condições de desenvolvimento dos Municípios e dos Estados. Mas o que temos visto ao longo do tempo é o contrário: o poder econômico se concentra cada vez mais no governo federal, e ficam os Estados e Municípios com profundas dificuldades. Até mesmo uma série de responsabilidades que eram do governo federal têm sido permanentemente transferidas para os Estados e Municípios.

Assim, acredito que o próximo governo federal - porque este nada fez até agora e não tem condição de fazer coisa alguma até o seu final - terá muito a fazer. O próximo governo, que o povo brasileiro saberá escolher, terá a incumbência de fazer todas as reformas, como a do sistema tributário, que esperávamos que tivesse ocorrido, para pôr fim a essa guerra fiscal, com a qual só perde a sociedade. Mas, apesar da urgência dessa reforma tributária, ela ainda não foi feita. Então, o próximo governante e o próximo Congresso Nacional - porque também o atual Congresso enfrenta profundas dificuldades, e não consegue mais fazer essas reformas - terão a responsabilidade de fazer as reformas de que o País precisa para entrar definitivamente no caminho do desenvolvimento.

É uma pena vermos a Argentina, ao nosso lado, crescer 7,5% e a maioria das economias crescer em torno de 7%, enquanto o Brasil cresce apenas 3,5% ou 3,6%. Isso é muito pouco! Enquanto o mundo teve um "boom" de desenvolvimento e de crescimento, crescemos apenas isso. Mas também os juros, nos patamares em que estão, desanimam, desestimulam e, pior ainda, dificultam qualquer investimento, qualquer desenvolvimento, que significa crescimento, geração de emprego e melhores condições de vida. Assim, o Brasil precisa atentar para as mudanças fundamentais que precisam ser feitas.

Minas Gerais tem feito o seu papel e dado o seu exemplo. Que bom seria se os outros Estados copiassem isso. Muito obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto - Quero prestar esclarecimentos ao Deputado Miguel Martini e aos que nos acompanham. Em primeiro lugar, não diria que o próximo parlamento será ou não da esquerda, até porque o que tem de crescer no Estado e no País é a cidadania. E o povo está crescendo; está tomando consciência e controlando o chamado poder. Isso tem de ser assim mesmo: o poder tem de ser entendido e exercido como um serviço à sociedade. Espero apenas que sejam pessoas mais comprometidas com a cidadania. Se são de direita ou de esquerda, isso já está meio ultrapassado. Que sejam pessoas comprometidas com a cidadania, e não com grupos econômicos, empresas e ideologias simplesmente partidárias.

Em segundo lugar, quando falei da revitalização e questioneei, como ainda questiono, o governo do Estado, foi porque tenho em mão documento do próprio governo, com a execução de despesas nos programas estruturadores, que são 31, entre os quais a revitalização do São Francisco - para este, o crédito autorizado foi de R\$16.630.520,96; despesa liquidada, de janeiro a 31 de agosto, R\$222.293,21. Ou seja, 1,34%, que é muito pouco; aliás, é nada, diante da necessidade de revitalização. O que quis dizer é que deve haver uma união entre Estado, Federação e Municípios ribeirinhos ao Rio São Francisco. Todos temos de fazer a nossa parte. A Copasa, por exemplo, tem de fazer a sua parte, como já deveria estar fazendo. Para que tenham uma idéia, em Itajubá pagamos a taxa de esgoto há 26 anos, mas eles ainda juntam o esgoto e o jogam "in natura", sem tratamento, diretamente no Rio Sapucaí. Isso é obrigação. O dinheiro vem de um empréstimo do BNDES, que será pago pelo povo e aumenta consideravelmente a taxa da Copasa. Tratar o esgoto é uma obrigação.

Tenho um documento do governo estadual, em que se diz que 1,34% foi aplicado na revitalização do Rio São Francisco. É muito pouco. Precisamos nos unir para conseguir mais.

Dizem que o dinheiro das BRs foi usado para salvar Itamar Franco. Quero saber que acordo foi esse. Está escrito? Do jeito como é falado, parece que está escrito. O que está escrito é a medida feita para estadualizar 6.000km de BR, que é de caráter irrevogável. Se R\$130.000,00 por quilômetro é pouco, é outro assunto que temos de questionar. Há uma proposta para que o governo federal aumente esse valor. É

razoável. Temos de discutir. O dinheiro público é que será usado, para R\$130.000,00 ou para mais. O que está escrito é sobre a estadualização.

Ontem tivemos notícia, por meio do Ministro dos Transportes, de que o Paraná foi o único Estado que realmente cumpriu a determinação, usando o dinheiro que recebeu para a estadualização. Por isso suas rodovias estão muito boas. Em Minas são 6.000km estadualizados, e 5.000km estão sendo mantidos e restaurados, como, por exemplo, a BR-459. Ontem o Presidente Lula, o Vice-Governador, Clésio Andrade, que pertence à área de transporte, vários Ministros mineiros, Deputados Federais e Estaduais e o povo estávamos na inauguração da Fernão Dias, visitando as obras na BR-459, que era considerada a 2ª pior rodovia do País há três anos atrás, no tempo do governo Fernando Henrique, o pai dos buracos das BRs do Brasil, um governo de oito anos atrás. São mais de 15 anos sem investimentos nas estradas. Hoje a BR-459 já está sendo considerada a 5ª melhor rodovia, sem que esteja terminada. A Rodovia Federal 381 foi inaugurada ontem, demorou mais de 10 anos para ser reformada e duplicada. Há muitas denúncias em relação a ela. A Comissão de Transporte fez uma denúncia no ano passado sobre o superfaturamento de empresas nos governos passados. Somente para a (...) foram destinados R\$52.000.000,00. Não se sabe onde esse dinheiro foi colocado.

Esse assunto será discutido numa audiência pública na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. É bom que todos participem. Temos de resolver essa questão definitivamente.

Ontem fiz uma homenagem a algumas pessoas do Sind-UTE, com a votação das tabelas. Homenageei todos que trabalham, há muitos anos, em toda a movimentação do Sind-UTE, em nome de dois professores: Fabiano Viotti, de Caxambu; e Juscelino, de Três Corações. Hoje quero incluir a Profª Selma Bastos, lutadora do Sind-UTE de Varginha. Ela foi nossa companheira, candidata a Deputada Estadual na última eleição. É uma companheira de grande luta no Sul de Minas, especialmente em Varginha. Fica registrada a nossa homenagem. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Quero lutar contra a insistência do partido do governo federal em defender o que é indefensável. Esse acordo feito com o governo federal passado é indefensável. Não é possível que um Deputado Estadual defenda algo assim. Lamentavelmente as provas dessas denúncias não são trazidas.

Acompanhei o governo federal passado como Deputado Estadual. Aquele governo, juntamente com o governo Itamar, praticamente fez toda a duplicação da Fernão Dias.

Havia, nesta Assembléia, uma frente do partido que agora está no governo federal, que defendia a duplicação já da BR-381, no trecho compreendido entre Belo Horizonte e Ipatinga. Duplicação já. Essa duplicação ficou para depois. Mas era imediata, SOS duplicação. Todos os dias a tribuna era ocupada para esse fim. Agora não se fala mais na duplicação já.

O governo federal anterior investiu muito em Minas Gerais, o que, lamentavelmente, o atual governo não está fazendo. Temos acompanhado as ações. O Ministro dos Transportes assinou convênios, como o do metrô, mas a situação continuou a mesma. Enquanto o metrô de Caracas está sendo feito com recursos do BNDES, somente a sinalização do metrô que liga São Gabriel a Vilarinhos, que ficaria, há pouco tempo, em R\$9.000.000,00, não sai de jeito nenhum. Estamos aguardando essa sinalização.

Essa conta é indefensável. Foram repassados pelo governo anterior R\$700.000.000,00, mas R\$580.000.000,00 foram gastos. O Governador Aécio Neves recebeu R\$200.000.000,00 para fazer a manutenção de 6.000km. Existem Deputados que defendem isso aqui. Quero uma defesa de Minas Gerais. Cada quilômetro, nas contas do governo federal, seria recuperado com R\$120.000,00. O que poderia ser recuperado, agora, com os R\$200.000.000,00? Absolutamente nada.

Repito, cada quilômetro da BR-459, que liga Itajubá a Pouso Alegre, está custando R\$600.000,00. É um custo altíssimo. Como podemos, na tribuna desta Assembléia Legislativa, pretender que o Governador Aécio Neves assuma um peso desse, uma carga dessa?

É lamentável que o partido do governo federal continue fazendo essa defesa, que não interessa a Minas Gerais. Precisamos recuperar as nossas estradas, as estradas federais. Não farei demagogia, não farei campanha de duplicação da rodovia de Belo Horizonte a Governador Valadares ou a Ipatinga, como o partido fazia anteriormente, quando estava na oposição.

O governo federal quer conceder, privatizar a Fernão Dias na parte duplicada. Para isso, precisa fazer toda a sua duplicação e recuperação. Essa é a maneira de conceder. Mas, para Minas Gerais, a recuperação não é necessária. O governo federal quer entregar 6.000km totalmente deteriorados. O governo de Minas tem de assumir tudo isso, toda essa carga, com esse pacto federativo que acabou? O Brasil disse não para o império por causa da centralização. Está na hora de os Estados levantarem a voz em favor de um pacto federativo que atenda Estados e Municípios.

Sra. Presidente, Deputada Jô Moraes, V. Exa. muito nos honra ao presidir esta reunião. Queremos homenageá-la, homenagear a mulher brasileira, que nos está liderando nesta reunião. Em nome de Minas, não podemos aceitar essa situação. Esperamos que o governo federal faça a recuperação dessas estradas. Temos acompanhado a manifestação do Tribunal de Contas. O próprio Presidente Lula vetou essa medida provisória. Aguardamos a recuperação dessas estradas que pertencem a Minas Gerais, mas são usadas por todos os brasileiros. Muito obrigado.

O Deputado Ermano Batista - Ilustre Presidente, Deputada Jô Moraes; caro Deputado João Leite; querida Deputada Maria Tereza Lara, estamos, finalmente, comemorando o resultado de um grande trabalho, indubitavelmente, um grande trabalho. É o fim do pesadelo do servidor público, que durante muitos anos sonhou ter um plano de carreira e uma tabela salarial. O governo Aécio Neves, corajosamente, desvendou o mistério e acabou com as razões, de agora para a frente, dos discursos demagógicos daqueles que nem sempre tinham real interesse em resolver o problema, porque a solução era exatamente exaurir a razão do discurso.

Esta Casa, ao longo de alguns meses, decantou a idéia vinda do governo Aécio Neves de oferecer ao servidor condições pelo menos de saber o que pode fazer com o seu orçamento. Lamento ter de dizer isso, ilustre Deputada, mas, durante esses dias, percebi muito oportunismo, muita simulação, muito fingimento e muita hipocrisia.

Pessoalmente, tenho profundo respeito por todos os parlamentares da Oposição nesta Casa, que compõem o Bloco PT-PCdoB, e a presença da Deputada Jô Moraes engrandece sobremaneira essa oposição, dado o seu espírito público, a sua grandeza, a sua personalidade, a sua firmeza ideológica. Não obstante o respeito que todos merecem, isso não me permite silenciar diante de procedimentos que ainda hoje percebi: continuam gritando insistentemente.

Ouvi o Deputado André Quintão gritar para que o governo mande as demais tabelas salariais. Isso é chover no molhado. Se me permitem a expressão chula do interior, isso é traíra querendo "quentar" sol nas costas do jacaré. É oportunismo demais, porque a barreira já foi vencida. É como aqueles que foram comer mel na caveira do leão, mas quem matou o animal foi Sansão. E quem "matou" esse pesadelo foi o Governador Aécio Neves, que teve a coragem que muitos governantes não tiveram ao longo dos anos. Ele foi o Sansão, matou o leão. Pedir, então, ao Governador para enviar tabela é chover no molhado. Comportar-se dessa maneira é querer tapar o sol com a peneira.

Em outro ponto, ouvi o Deputado Laudelino dizer que o governo Fernando Henrique foi corrupto. Deputado do PT tem condições pessoais de censurar corrupção, tendo no governo federal o corifeu da maior escola de corrupção que já se instalou neste país? Não estou denunciando um fato, está às claras, todos sabem. Não são milhões, mas bilhões de reais nas Ilhas Cayman, nos paraísos fiscais, em toda parte do exterior. Todos estão sabendo disso.

Deputado Laudelino, não defenda, como disse o Deputado João Leite, o indefensável. Sejamos mais responsáveis. O povo precisa acreditar em nós. Engodo só leva, cada vez mais, ao descrédito. Os parlamentos estão ficando desacreditados por causa de comportamento dessa natureza, totalmente divorciado da realidade. Muito obrigado.

#### Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando as reuniões extraordinárias de hoje, às 14 e às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de terça-feira, dia 11, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 11/10/2005.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 14ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Redação NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 5/10/2005

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Márcio Kangussu e Doutor Ronaldo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Ronaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar os pareceres sobre proposições em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.840 e 1.918/2004; 2.265, 1.730, 1.802, 2.062, 2.206, 2.298, 2.359, 2.373, 2.374, 2.375, 2.376 e 2.377/2005 (Deputado Doutor Ronaldo); e 2.063, 2.370, 2.406, 2.409, 2.411, 2.415, 2.418, 2.422, 2.426, 2.435, 2.437, 2.438, 2.452, 2.453, 2.467, 2.468, 2.477 e 2.521/2005 (Deputada Vanessa Lucas). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.840 e 1.918/2004 e 2.265/2005 (relator: Deputado Doutor Ronaldo); e 2.063/2005 (relatora: Deputada Vanessa Lucas). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.730, 1.802, 2.062, 2.206, 2.298, 2.359, 2.373, 2.374, 2.375, 2.376 e 2.377 (relator: Deputado Doutor Ronaldo); e 2.370, 2.406, 2.409, 2.411, 2.415, 2.418, 2.422, 2.426, 2.435, 2.437, 2.438, 2.452, 2.453, 2.467, 2.468, 2.477 e 2.521/2005 (relatora: Deputada Vanessa Lucas). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2005.

Vanessa Lucas, Presidente - Maria Olívia - Alberto Pinto Coelho.

#### ATA DA 19ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 6/10/2005

Às 14h49min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Gustavo Valadares, Dinis Pinheiro e Biel Rocha (substituindo este ao Deputado Ricardo Duarte, por indicação da Liderança do Bloco PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado João Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fahim Sawan, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Reabertos os trabalhos, com a presença dos Deputados Fahim Sawan, Gustavo Valadares, João Leite e Biel Rocha, passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres sobre emendas apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 2.461/2005, que conclui pela aprovação das Emendas nºs 18 a 22 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 6 e pela rejeição das Emendas nºs 8 a 17 (relator: Deputado Gustavo Valadares), registrando-se o voto contrário do Deputado Biel Rocha; e pela aprovação no 2º turno, do parecer do Projeto de Lei nº 2.462/2005, na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: Deputado Fahim Sawan), registrando-se o voto contrário do Deputado Biel Rocha. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoa a reunião das 20 horas, convoca os membros da Comissão para a extraordinária na mesma data, às 19 horas, com a finalidade de se apreciar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.461/2005, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2005.

Fahim Sawan, Presidente - Maria Tereza Lara - João Leite - Biel Rocha.

### ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 77ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 11/10/2005

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 3.708/2004, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita ao Procurador-Geral de Justiça informações sobre o andamento dos processos que menciona, abertos contra o Delegado de Polícia de Teófilo Otôni. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.006/2005, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita ao Comandante-Geral da PMMG informação sobre a apuração da denúncia de tratamento desrespeitoso e humilhante feita pela Soldado Cíntia Cristina de Souza, do 14º Batalhão de Polícia Militar de Ipatinga. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 5.015/2005, da Comissão de Turismo, em que solicita ao Secretário de Obras Públicas informações sobre o asfaltamento e a recuperação das estradas na Região Sul de Minas, aprovadas no Programa Pró-Acesso, em especial no Município de Marmelópolis. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 5.016/2005, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente cópia dos pareceres técnicos elaborados por esse órgão relativos ao aterro sanitário do Município de Governador Valadares. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.328/2005, do Deputado Rogério Correia, em que solicita informações à CEMIG sobre a Campanha Semana da Eficiência Energética, iniciada em 12/9/2005. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.564/2004, da Deputada Ana Maria Resende, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos postos de gasolina localizados nas áreas urbanas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.848/2004, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de toxoplasmose pelo SUS no Estado de Minas Gerais e pelo IPSEMG. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.867/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a reverter o imóvel que especifica ao Município de Oliveira. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.095/2005, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Pirajuba o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.312/2005, do Deputado Antônio Andrade, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.883, de 2/10/92, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte no Estado de Minas Gerais o pequizeiro e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.264/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais, de que trata a Lei nº 13.194, de 29/1/99, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, apresentadas pela Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.325/2005, do Deputado Weliton Prado, que altera a Lei nº 13.577, de 2/6/2000, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.459/2005, do Governador do Estado, que altera o parágrafo único do art. 1º e revoga o art. 2º da Lei nº 13.696, de 1º/9/2000, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Peçanha. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 11/10/2005

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Resolução nº 2.286/2005, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projeto de Lei nº 1.575/2004, do Deputado George Hilton.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.437/2005, do Deputado Antônio Andrade; 5.438/2005, do Deputado Carlos Gomes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 11/10/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.425/2005, do Deputado Domingos Sávio; 2.440/2005, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.471/2005, do Deputado André Quintão; 2.522/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.561/2005, do Deputado Carlos Gomes.

Requerimentos nºs 5.277/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.323, 5.352 e 5.389/2005, da Deputada Vanessa Lucas; 5.341/2005, do Deputado Doutor Viana, e 5.405/2005, do Deputado Carlos Gomes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 11/10/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.394/2004, do Deputado Sidinho do Ferrotaco; 2.550/2005, do Deputado Dimas Fabiano; e 2.583 e 2.584/2005, da Deputada Vanessa Lucas.

Requerimentos nºs 5.422, 5.423/2005, da Comissão de Direitos Humanos; 5.436/2005, do Deputado Doutor Viana; e 5.441/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 11/10/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.196, 2.540 e 2.586/2005, do Governador do Estado; 2.657/2005, do Deputado Weliton Prado; 2.661/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.662/2005, do Deputado Gilberto Abramo; Projeto de Resolução nº 2.664/2005, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.659/2005, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.439/2004, do Deputado José Milton; 2.473/2005, do Deputado André Quintão; 2.558/2005, do Deputado Irani Barbosa; 2.652/2005, da Deputada Maria Olívia; 2.665/2005, do Governador do Estado; 2.667/2005, da Deputada Jô Moraes; 2.668/2005, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 13/10/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 11/10/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.492/2004, do Deputado Paulo Cesar.

Requerimentos nºs 5.370 e 5.432/2005, do Deputado Doutor Viana; 5.374/2005, da Deputada Maria Olívia; 5.391/2005, do Deputado Fahim Sawan; 5.401/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 5.450/2005, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/10/2005, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar a matéria constante na pauta; discutir formas de incentivo à produção e utilização do gás natural veicular no Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Ermano Batista, José Henrique, Márcio Kangussu e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/10/2005, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.877/2004, do Governador do Estado, 2.077/2005, do Deputado Mauri Torres, e 2.141/2005, do Deputado Fahim Sawan; os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.534/2005, do Deputado Marlos Fernandes, 1.596/2004, do Deputado Doutor Ronaldo, 2.282/2005, do Deputado Zé Maia, 2.357/2005, do Governador do Estado, 2.368/2005, do Deputado Ricardo Duarte; os Pareceres para Turno Único das Mensagens nºs 436 e 437/2005, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2005.

Domingos Sávio, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.492/2004

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Cesar, o projeto de lei em tela visa dar a denominação de Dimas Guimarães à estrada que liga os Municípios de Nova Serrana e Perdígão.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A homenagem prestada a Dimas Guimarães, ex-Prefeito e ex-Vice-Prefeito de Nova Serrana por diversas vezes, traduz um ato de reconhecimento público a um homem que soube honrar os compromissos feitos com o povo que o elegeu.

Farmacêutico de profissão, é referência de conduta também nessa área. Soube equilibrar suas atividades e jamais deixou de atender qualquer demanda da sociedade que nele confiava, tendo tido uma vida dedicada ao aprimoramento das instituições.

A perpetuação da lembrança desse digno cidadão, registrada por esta proposição, é pertinente.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.492/2004 em turno único.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2005.

Olinto Godinho, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.631/2005

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada, a proposição em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Palmitense Esporte Clube - Apec -, com sede no Distrito de Palmital dos Carvalhos, no Município de Senhora dos Remédios.

O projeto foi publicado no "Diário do Legislativo" de 15/9/2005 e distribuído a esta Comissão a fim de ser examinado preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determinam os arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Os requisitos pelos quais as associações e fundações constituídas no Estado podem ser declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, modificado pela Lei nº 15.430, de 2005.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências ali mencionadas, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica; funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto da entidade determina no art. 16, § 2º, que os Diretores não serão remunerados por suas atividades; sendo-lhes vedado o recebimento de lucro, dividendos ou qualquer outra forma de remuneração; e no art. 29 que, caso seja ela dissolvida, o patrimônio remanescente será destinado a instituição congênera, com personalidade jurídica e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

#### Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.631/2005.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sebastião Costa, relator - Adelmo Carneiro Leão - Paulo Piau - George Hilton.

#### Parecer sobre o Requerimento Nº 3.708/2004

#### Mesa da Assembléia

#### Relatório

A Comissão de Segurança Pública, por intermédio da proposição em epígrafe, requer à Presidência da Assembléia Legislativa o envio de ofício ao Procurador-Geral de Justiça solicitando sejam prestadas a esta Comissão informações sobre o andamento dos 12 processos abertos contra o Delegado de Polícia de Teófilo Otôni, Dr. Geraldo Magela.

Por força de determinação regimental a proposição é agora submetida à apreciação deste Colegiado.

#### Fundamentação

A referida proposição encontra amparo no art. 100, inciso IX, do Regimento Interno, que prevê como competência das comissões encaminhar, por intermédio da Mesa da Assembléia, pedido escrito de informação a Secretário de Estado, a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais.

Nos termos do art. 144, inciso IV, § 2º, da Constituição Federal, às Polícias Civis, dirigidas por Delegados de Polícia de carreira, incumbem,

ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Ainda no § 7º do artigo citado anteriormente, a Constituição prevê que a lei disciplinará a organização dos órgãos vinculados à segurança pública com vistas à eficiência de suas atividades, o que resulta nas legislações disciplinadoras das ações e condutas policiais, como os estatutos e demais regulamentações das agências de segurança pública do Estado, devendo o Delegado, na qualidade de autoridade máxima, na esfera de sua competência, ser o guardião do cumprimento das emanações legais.

Diante de suspeitas delituosas que recaem sobre a autoridade máxima da corporação policial civil do Município de Teófilo Ottoni, por meio dos 12 processos judiciais citados, o pedido de informação da Comissão de Segurança Pública, contido na proposição em análise, sobre o andamento dos referidos procedimentos judiciais encontra respaldo no ordenamento jurídico vigente.

#### Conclusão

Com base nos argumentos anteriormente expostos, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.708/2004.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 5 de outubro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Rogério Correia, relator - Rêmoló Aloise - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria.

#### Parecer sobre o Requerimento Nº 5.006/2005

##### Mesa da Assembléia

##### Relatório

A Comissão de Direitos Humanos requer à Presidência da Assembléia seja enviado ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar solicitando informações sobre a apuração da denúncia de tratamento desrespeitoso e humilhante formalizada pela Soldado Cíntia Cristina de Souza, do 14º Batalhão da Polícia Militar.

Após a sua publicação no "Diário do Legislativo" de 24/6/2005, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

##### Fundamentação

Conforme o disposto no art. 100, IX, do Regimento Interno, entre outras atribuições, compete às comissões encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido escrito de informação a Secretário de Estado, a dirigente de entidade da administração direta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais.

A proposição em epígrafe requer seja encaminhado ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar solicitando informações sobre a apuração da denúncia de tratamento desrespeitoso e humilhante formalizada pela Soldado Cíntia Cristina de Souza, do 14º Batalhão da Polícia Militar de Ipatinga, contra o Tenente Newton Árlem Eleutério, Chefe da Central de Operações da Polícia Militar - Copom. Segundo a denúncia, o fato aconteceu durante instrução do serviço policial para cobertura de um show, quando a Soldado teria sido submetida a constrangimento e humilhação por parte do oficial na presença de outros policiais.

O Conselho de Ética e Disciplina do 14º BPM de Ipatinga propôs o arquivamento do processo por entender que não houve falta ou transgressão disciplinar. Segundo o Sargento José Luiz Barbosa, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares - Aspra -, essa decisão contrariou as provas dos autos, em descumprimento flagrante do Código de Ética e Disciplina dos Militares, o que pode abrir precedentes e intimidar outras denúncias.

Tendo em vista a competência do Poder Legislativo para fiscalizar e acompanhar as atividades desenvolvidas por órgão ou instituição públicos, sempre que considerar conveniente, julgamos oportuna a solicitação de informação proposta no requerimento. Entretanto, sugerimos a apresentação do Substitutivo nº 1, a fim de dar maior clareza às informações requeridas.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 5.006/2005 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos requer, nos termos do art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ofício ao Comando-Geral da Polícia Militar, solicitando informações sobre a denúncia formalizada pela Soldado Cíntia Cristina de Souza, do 14º Batalhão da Polícia Militar de Ipatinga, que alega ter sido submetida a constrangimento e humilhação por parte do Tenente Newton Árlem Eleutério, chefe da Central de Operações da Polícia Militar - Copom -, em novembro de 2004, durante instrução do serviço policial para cobertura de um evento em Ipatinga.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 5 de outubro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Fábio Avelar, relator - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria.

#### Parecer sobre o Requerimento Nº 5.015/2005

##### Mesa da Assembléia

##### Relatório

De autoria da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, a proposição em análise requer à Presidência da Assembléia Legislativa seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Obras Públicas solicitando o envio a esta Casa de informações sobre a pavimentação e recuperação de estradas na região Sul de Minas, aprovadas no Programa Pró-Acesso, em especial no Município de Marmelópolis.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" em 25/6/2005, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Pró-Acesso é um programa estadual que visa à pavimentação das ligações e acessos rodoviários aos Municípios. Abrange 224 Municípios que ainda não possuem estradas pavimentadas de ligação à rede principal. No total, são 5.600 quilômetros de estradas de terra.

A área de abrangência do Pró-Acesso é formada por pequenos Municípios, dos quais 88% têm menos de 10 mil habitantes. Em 97% desses Municípios, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - é inferior à média de Minas Gerais. O Programa beneficia uma população estimada em 1.500.000 pessoas.

Atualmente, quatro trechos da primeira etapa estão concluídos; 35 trechos encontram-se com obras em execução, três trechos com obras em contratação e mais 21 trechos em fase de licitação.

Os investimentos do Programa são provenientes do Governo do Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento Econômico - Codemig - e da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico Cide-Combustível. Na sua segunda fase, o Programa contará, também, com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e do Japan Bank for International Cooperation - JBIC -, o banco japonês de cooperação internacional.

A importância do Pró-Acesso reside em seus aspectos econômicos e principalmente em seus aspectos sociais, pois, além de promover a inserção de milhares de mineiros no desenvolvimento econômico e social do Estado, possibilitará às populações beneficiadas o acesso mais fácil à saúde, à educação, à segurança e ao lazer.

Visto que na execução do Programa estão previstos recursos do erário, cabe a esta Casa Legislativa fiscalizar e acompanhar o andamento do Programa.

Para aperfeiçoamento técnico da matéria, estamos apresentando, após a conclusão deste parecer, a Emenda nº 1.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 5.015/2005 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

#### Emenda nº 1

Substitua-se a expressão "sobre o asfaltamento" por "sobre a previsão de pavimentação".

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 5 de outubro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Rêmolo Aloise, relator - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria.

#### Parecer sobre o Requerimento Nº 5.016/2005

#### Mesa da Assembléia

#### Relatório

De autoria da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a proposição em análise tem por objetivo requerer à Presidência da Assembléia Legislativa o encaminhamento de ofício ao Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam - solicitando cópias dos pareceres técnicos elaborados por aquele órgão relativos à situação do aterro sanitário da cidade de Governador Valadares.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo", em 25/6/2005, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Atendendo a requerimento da Deputada Elisa Costa, a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais solicita à Feam o envio de cópias dos pareceres técnicos por ela elaborados sobre a situação do aterro sanitário da cidade de Governador Valadares. O pedido dá prosseguimento a outra medida já empreendida por parlamentares desta Casa Legislativa para analisar a situação do referido aterro. De fato, por força de denúncias de que as obras de implantação do aterro sanitário do Bairro Turmalina, daquela cidade, teriam sido interrompidas após janeiro deste ano e de que o fato traduziria um retrocesso à situação de lixão a céu aberto, com famílias e crianças trabalhando em condições de insalubridade, foi solicitada à Comissão de Meio Ambiente a realização de uma audiência pública no Município, o que ocorreu no dia 21/6/2005.

Na ocasião, conforme foi publicado no jornal "Assembléia Informa", de 22/6/2005, o Prefeito de Governador Valadares fez uma ampla exposição sobre o aterro, com fotos e dados econômicos, tendo assumido o compromisso de dar continuidade às obras, não de todo paralisadas, com a implantação de nova célula de destinação e compactação dos resíduos. Esta configurava, na prática, o novo aterro, até então sem funcionamento, porque ainda deveriam ser atendidas as condicionantes da Feam, a exemplo da instalação dos queimadores de gás e das lagoas para tratamento do chorume. A nova administração municipal estaria providenciando a construção de lagoas anaeróbias, unidade de compostagem, vala séptica, drenagem pluvial, iluminação e urbanização do aterro. Para serem completadas, essas obras demandariam um prazo um pouco mais dilatado.

Entre as autoridades e os convidados presentes à audiência pública, encontravam-se técnicos da Feam, responsáveis pelos laudos e pelas vistorias realizados sobre o sistema de disposição de lixo em apreço, os quais se incluem nos documentos ora requisitados. Pela legislação estadual, em especial a Deliberação Normativa Copam nº 52, de 14/12/2001, a fim de proceder ao licenciamento ambiental de sistema adequado de destinação final de resíduos sólidos urbanos, foram convocados os Municípios com população superior a 50 mil habitantes, sendo este o caso de Governador Valadares. O licenciamento ambiental traduz um processo com cronograma em três etapas, englobando as licenças prévia, de instalação e de operação. Na referida convocação, foram dados diferentes prazos para cada fase do licenciamento, dilatados posteriormente pelas Deliberações Normativas Copam nºs 56, 67 e 81 (esta última publicada recentemente, em 3/7/2005), que atenderam solicitações diversas de prorrogação em decorrência de fatores que dificultavam a formalização dos processos. Com base nas novas exigências, o cronograma estabelecido para os Municípios sujeitos à convocação prevê o seguinte:

I - até outubro de 2005, deve ser formalizado o processo de Licença de Instalação;

II - até setembro de 2006, deve ser formalizado o processo de Operação.

Ressalte-se que estaria prorrogado até 30/10/2005 o prazo para a minimização dos impactos ambientais, com uma série de requisitos prévios, como sistema de drenagem, compactação e recobrimento do lixo e isolamento com cerca. Naturalmente, para os empreendimentos novos, se referentes a aterros, também se aplicam as normas do licenciamento, uma vez que foi exigida de todos os Municípios a adequação dos seus sistemas de destinação de lixo.

Ao encaminhar a solicitação dos laudos citados, a Comissão de Meio Ambiente procura munir-se dos conhecimentos necessários para melhor acompanhar o complexo sistema de licenciamento das referidas obras, a fim de bem cumprir a sua competência legal na fiscalização, no esclarecimento e no acompanhamento dos atos da administração pública relativos a questões de natureza ambiental.

#### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 5.016/2005.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 5 de outubro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Fábio Avelar, relator - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria.

#### Parecer sobre o Requerimento Nº 5.328/2005

#### Mesa da Assembléia

#### Relatório

O Deputado Rogério Correia, por meio da proposição em análise, requer ao Presidente da Casa seja encaminhado ofício à Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - solicitando o envio a esta Casa de informações sobre a campanha "Semana de Eficiência Energética" iniciada em 12 de setembro de 2005.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo" de 19/9/2005, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, inciso VIII, "c", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Conforme consta no "site" da Cemig, foi realizada, entre os dias 12 e 14 de setembro, a 2ª Semana de Eficiência Energética, no Minascentro, em Belo Horizonte, com o objetivo de buscar, por meio da integração de profissionais e empresas ligadas ao assunto, debater e incentivar o uso racional da energia elétrica.

O requerimento em análise tem por objeto solicitar àquela Companhia as seguintes informações sobre a referido evento: formato da campanha; número e modelo de materiais utilizados; valor destinado à realização da campanha e origem dos recursos.

Inicialmente, cabe informar a pertinência da iniciativa da proposição, pois, conforme dispõe o art. 54, §§ 2º e 3º, da Constituição mineira, a Mesa da Assembléia poderá encaminhar pedido escrito de informação a Secretário de Estado, a dirigente de entidade da administração indireta e a outras autoridades estaduais, estabelecendo que a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

Tal prerrogativa constitucional decorre da faculdade de que goza o parlamentar de ter acesso a informações necessárias ao desempenho de sua função de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, conforme preceitua o inciso XXXI do art. 62 da Constituição mineira. Trata-se do controle externo, que é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, e que compreende a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta.

O requerimento preenche os requisitos para sua apreciação pela Mesa da Assembléia, especialmente o art. 46, inciso III, do Regimento Interno, que outorga ao Deputado o direito de encaminhar pedido escrito de informação, c/c o art. 79, inciso VIII, "c", que atribui à Mesa a competência para emitir parecer sobre o assunto.

Não vislumbramos qualquer óbice a que tal pedido de informação seja encaminhado ao titular daquela entidade.

Com o simples objetivo de contribuir para maior clareza dos itens solicitados e melhor redação, apresentamos o Substitutivo nº 1.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 5.328/2005 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer, nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig -, solicitando as seguintes informações referentes à campanha "2ª Semana da Eficiência Energética", iniciada em 12 de setembro de 2005:

- formato da campanha;
- quantidade e tipo de materiais utilizados em sua divulgação e realização;
- custo detalhado da campanha;
- origem dos recursos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 5 de outubro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Antônio Andrade, relator - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Luiz Fernando Faria.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 5/10/2005

O Deputado Jayro Lessa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, subo hoje a esta tribuna para fazer um breve relato das minhas atividades e impressões durante a viagem que realizei, no último mês de setembro, aos Estados Unidos e ao Japão.

Como todos devem saber, fui à América como representante desta Casa na comitiva da minha cidade, Governador Valadares, capitaneada pelo ex-Deputado e atual Prefeito do Município, Bonifácio Mourão.

Lá percorremos os Estados de Massachusetts, Nova Jersey, Connecticut e Flórida. Visitamos comunidades brasileiras que vivem em diversas cidades desses Estados, Assembléias Legislativas, Prefeituras, os Consulados de Nova York e de Boston, entre outros locais. Participamos de reuniões com brasileiros nas cidades de Newark, Pompano Beach, Danbury, Framingham, entre outras, e pudemos constatar que, apesar das várias dificuldades enfrentadas pelos brasileiros, continuamos a ser um povo unido e alegre.

Minha impressão geral dessa viagem foi, de fato, uma experiência emocionante e, ao mesmo tempo, frustrante. O lado bom da história é que constatei como os brasileiros são importantes para a economia de algumas cidades, desempenhando papel fundamental na organização social das comunidades. Em Newark, por exemplo, os brasileiros foram responsáveis pela revitalização do centro da cidade, que há muito tempo havia sido abandonado pelos próprios moradores.

Aos poucos, os brasileiros foram chegando, instalando seu comércio e fazendo com que, novamente, o espaço ganhasse vida.

Esse mesmo aspecto de contribuição econômica e social pôde ser visto em outras cidades, como Danbury e Framingham, por exemplo. E, ao contrário do que se pensa, salvo raras exceções, o povo brasileiro é respeitado e bem-visto nos Estados Unidos, desmentindo a regra de que somos totalmente discriminados. Enfim, há, sem dúvida, a importância real dos nossos emigrantes, tanto para a América quanto para o Brasil, já que a grande maioria remete suas economias para ajudar seus familiares que ficam no País, fazendo com que nossa economia também se aqueça.

Mas há também o lado ruim da história. Vi brasileiros muito bem, ou seja, ricos, da mesma forma que vi brasileiros em situação, digamos, complicada. São aqueles que têm dificuldade de trabalho por não saberem falar inglês, não encontram suporte das autoridades americanas e ficam à míngua, dependendo da própria sorte. A carteira de motorista americana é a identidade daquele país e, hoje, só é emitida se a situação interna dos emigrantes estiver totalmente regularizada.

Esses dois aspectos representam uma pequena parte desses problemas. E para tentar minimizar esse lado negativo, apresentei dois requerimentos nesta Casa, pedindo a criação da política estadual de emigração - pois o Brasil, que sempre foi um País que aceitou emigrante, hoje, em razão do número da população e da faixa etária do brasileiro, está-se tornando um País de emigrantes - e de um "site" que sirva de intercâmbio para troca de informações entre os que decidem ir, suas famílias que aqui ficam e o Poder Executivo estadual. Esses requerimentos já foram aprovados nesta Casa, fato este que agradeço aos colegas que os apreciaram, e já se encontram em tramitação dentro do governo do Estado. Tenho certeza de que, com o apoio do Governador Aécio Neves a essas minhas duas idéias, conseguiremos, de alguma forma, ajudar os mineiros que se aventuram nessa viagem, esclarecendo as dúvidas e colocando-os a par das dificuldades que ocasionalmente podem ser encontradas nos Estados Unidos.

Gostaria também de fazer uma breve leitura da viagem que fiz, como empresário do setor automotivo e como membro do Legislativo de Minas, à fábrica da Toyota no Japão.

Reunidos com a diretoria da montadora, pude mostrar-lhes a grande potencialidade que nosso Estado tem para receber a fábrica que essa montadora deseja instalar na América Latina, sendo que a preferência real da Toyota seria o México, por estar ligada ao Nafta, que engloba Estados Unidos, México e Canadá. Quero tentar trazer essa fábrica para o Brasil.

Primeiramente, esclareci a eles que o Brasil está em fase de expansão e crescimento econômico, oferecendo aos investidores estrangeiros garantias institucionais, além de benefícios fiscais e monetários muito positivos. Disse-lhes ainda que, apesar das turbulências que enfrentamos, a política não tem interferido no processo econômico do País, que se tem mostrado superior à crise, ao manter seus índices e estatísticas em elevação. Informei-lhes também que Minas Gerais é um Estado em pleno crescimento, possui uma posição geográfica excelente, e que o nosso Governador - o melhor do Brasil - é homem de grande visão estratégica e fará todo o possível para conseguir oferecer um diferencial que efetive o negócio e traga mais desenvolvimento, emprego e renda para o Estado e para o nosso povo mineiro.

Bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia e pessoas das galerias - que, tenho certeza, aprovam

o grande Governador Aécio Neves, que fará com que a tabela seja aprovada ainda no dia de hoje, permitindo que haja melhoria salarial para todos -, penso que cumpro aqui o meu dever de prestar contas à sociedade. Faço isso porque sei da importância de informar minhas ações como Deputado e como homem que trabalha para melhorar o Estado. Posso dizer que continuarei a trabalhar para fortalecer Minas Gerais e o povo mineiro junto ao Governador Aécio Neves. Se vocês esperarem, verão como ele é e será o melhor Governador que tiveram nos últimos anos e arrependem-se de ficar contra ele.

Por fim, gostaria de registrar o meu agradecimento aos dirigentes e membros do PFL, sigla por que optei para continuar trilhando meu caminho na política. Devo dizer que foi uma escolha de primeira grandeza, já que esse partido se pauta especialmente por princípios que vão ao encontro dos anseios da sociedade mineira e brasileira, e meus, em particular. A ética e a postura dos colegas de partido me dão a certeza e a segurança de que segui para uma legenda de grandes valores, meio esse em que posso fortalecer minhas idéias com o apoio dos colegas e em que verei fortalecidas minhas convicções de empresário e de homem público em prol de uma sociedade mais justa e fraterna, na qual os brasileiros terão reais chances de se erguerem na vida, contando com o apoio do grande Governador Aécio Neves, maior Governador do Brasil.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Sr. Presidente, como Líder da bancada, gostaria de dar ao Deputado Jayro Lessa as boas-vindas ao nosso partido, o PFL. V. Exa. vem para engrandecer e muito essa bancada, que não é a maior em termos quantitativos, mas que, tenho certeza, é uma das melhores em termos qualitativos nesta Casa.

Parabenizo V. Exa., que toca num assunto muito importante, principalmente para nós dois, que militamos politicamente na região do Centro-Nordeste mineiro, do Vale do Rio Doce, da região Central mineira, que tem muitos imigrantes trabalhando hoje nos Estados Unidos. Felicito-o pela sensibilidade de ter tocado nesse assunto.

Tenho minhas preocupações quanto à realidade dos brasileiros e dos mineiros que vivem nos Estados Unidos. Mesmo com todas as dificuldades, mesmo estando como imigrantes ilegais naquela terra, lá eles têm oportunidades melhores que as que podemos oferecer aqui, em nosso Estado.

Quem sabe, junto com V. Exa., poderei propor nesta Casa uma Comissão Especial a fim de analisar o porquê dessa emigração constante que temos em nossa região. Eu, que tenho família em Peçanha, na região do Vale do Suaçuí, sei que diariamente centenas e centenas de pessoas dirigem-se aos Estados Unidos, por falta de opção de emprego e desenvolvimento de sua família na região. Então, que propuséssemos, juntos, a constituição de uma Comissão Especial nesta Casa a fim de buscarmos soluções para aquela região.

Já disse aqui, e volto a reiterar, que fiz um pedido ao Governador e à Secretária Elbe Brandão, para que, com a sensibilidade que eles têm, incluam nossa região, o Vale do Suaçuí, do Médio Espinhaço, na Secretaria da Deputada Elbe Brandão, Secretária Extraordinária do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri. Sabemos que aquela região é tão carente quanto - ou, às vezes, até mais - as outras que hoje estão presentes nessa Secretaria.

Parabenizo V. Exa. Pode contar comigo para resolvermos a questão dos imigrantes ilegais nos Estados Unidos. Num primeiro momento, para analisarmos a questão da imigração e, depois, tentarmos solucionar os problemas, abrir expectativas para que aqueles que lá estão possam voltar, a fim de rever suas famílias e construir aqui um futuro mais digno. Muito obrigado.

O Deputado Jayro Lessa - Muito obrigado, Gustavo. Participo com V. Exa. em qualquer projeto que queira. Será um prazer.

Devo dizer-lhe que Minas Gerais tem o Vale do Rio Doce, que é muito mais pobre que o Jequitinhonha e que o Nordeste brasileiro. Mas, infelizmente, está junto ao Vale do Aço, que faz uma enganação, impedindo que a realidade do Vale do Rio Doce seja vista.

Muito obrigado a vocês. Coloco-me à disposição. Peço à platéia que aqui se encontra que tenha paciência com o Governador Aécio Neves. Ele é o melhor Governador do Brasil. Terão a oportunidade de verificar isso nos próximos quatro anos. O Estado saiu de um déficit de R\$2.400.000.000,00 para um superávit, para o ano que vem, de R\$1.600.000.000,00, chegando a um superávit de R\$4.000.000.000,00 para investimentos futuros. Todos serão beneficiados, até mesmo com salários. Muito obrigado a vocês. Tenho a certeza de que continuarão apoiando o Governador Aécio Neves, o melhor Governador do Brasil.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ricardo Duarte\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, galeria, lutadores, sobreviventes dos salários do governo estadual, telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, cumprimento aqui os companheiros de Ituiutaba que nos visitam. Sejam bem-vindos à Assembléia, Vininho e Rubão.

Concluiremos hoje um trabalho que iniciamos em junho, depois de muita luta na discussão das tabelas salariais. Infelizmente essa discussão foi muito pouco politizada. Lamentavelmente, o governo colocou, para discutir com o sindicato e com a bancada da Oposição, técnicos extremamente competentes, que nos trataram com cortesia, mas que foram muito frios e insensíveis. Não tiveram sensibilidade, que, aliás, é uma das características do atual governo.

Não tiveram a sensibilidade de considerar que, por trás da questão numérica dos 48% ou dos valores de R\$600.000.000,00, havia o drama humano do trabalhador que estava recebendo R\$212,00 ou R\$300,00 de piso; o drama de quem não tinha dinheiro para pagar aluguel, a receita médica; o drama de quem tem filho na Uemg e tem de pagar a mensalidade, que muitas vezes é maior que o seu piso salarial.

Por isso, hoje vamos concluir um debate sobre uma tabela salarial que poderia ser melhor se houvesse sensibilidade do governo. O governo não tem sensibilidade para discutir conosco a Emenda nº 29 nem para discutir questões importantes como a tabela de vencimentos. Teremos que votar hoje sem avanços. Poderíamos ter tido avanços sem ter que ultrapassar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa tabela começa com um grande problema. O Governador dizia que todos ganhariam de 40% a 50%.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado, V. Exa. expressou muito bem que o governo remeteu uma tabela que é, no mínimo, tímida e não satisfaz nem os servidores da educação nem os da saúde. Aliás, é bom que fique bastante claro. Vamos ver inúmeras propagandas do governo, como sempre enganosas, que é o que o Governador mais sabe fazer. Ainda veremos muitas propagandas. Mas o que tem que ficar gravado na memória do povo mineiro, em especial dos educadores, é que uma professora de 1ª à 4ª série passou três anos do governo Aécio recebendo R\$212,00 de piso salarial, ou seja, um piso menor que um salário mínimo. Essa é a marca do governo Aécio.

Ele prometeu uma tabela, mas, pelo que vi, veio outra. Vou passar a fita para que todos possam ver se a tabela que ele prometeu corresponde à que veio.

- Procede-se à exibição de vídeo.

O Deputado Rogério Correia - Deputado Ricardo Duarte, vocês puderam perceber que a tabela que ele apresentou na propaganda divulgada em todo o Estado falava em reajustes de 30%, 52%, 15%, uma salada de números para iludir, não o servidor público, que sabe muito bem que isso é propaganda enganosa do Governador, que merece Procon, mas o povo mineiro, para dizer que o salário dos professores está bom e reprimi-los quando entram em greve ou fazem paralisações justas pelos seus salários. A propaganda é enganosa para jogar os professores contra o povo.

É isso que o Governador Aécio Neves está querendo fazer.

Existe uma tabela alternativa, que pretendemos votar. Não se trata dos 52% dele, mas de uma tabela que, de fato, concede um reajuste. Vamos falar dela oportunamente.

A tabela do governo não tem reajuste nenhum, apenas incorporação da chamada parcela de remuneração complementar, que o Governador substituiu, parte dela, por uma tal de VTI, que é a neo- PRC. Aliás, a neoliberal.

Parabenizo V. Exa. pela abordagem do tema, desmistificando as inverdades do Governador Aécio Neves. Muito obrigado.

O Deputado Zé Maia (em aparte)\* - Concordo, em parte, com o que o Deputado Rogério Correia falou, e lamento que ele tenha sido Vice-Líder do governo Itamar Franco nesta Casa por quatro anos, agravando e piorando a situação do funcionário público, já que o governo Itamar Franco deu 0% de aumento para os funcionários do Estado. Assim como o Deputado Adelmo Carneiro Leão, que foi Secretário de Saúde do PT no governo Itamar Franco, e também deu 0% de aumento para os funcionários, prejudicando-os sensivelmente. Agradeço o aparte de V. Exa.

O Deputado Ricardo Duarte\* - É evidente que o Líder do Governo na Assembléia não pode dar aumento de salário.

O Deputado Zé Maia (em aparte)\* - Ele não pode dar aumento, mas pode e deve pressionar o governo para a obtenção de um reajuste. Mas não fez isso, prejudicando os funcionários públicos de Minas Gerais. Se a situação desses funcionários é grave, ela poderia ser melhor caso os referidos companheiros tivessem pressionado o governo Itamar Franco, assim como os governos anteriores.

Há 10 anos que os funcionários não têm reajuste, em razão desses governos que não tiveram sensibilidade para com os funcionários públicos de Minas Gerais. Ao contrário do Governador Aécio Neves, que, embora tenha concedido pouco, ainda está dando muito mais que todos os governos de Minas Gerais deram. Para completar, Deputado Ricardo Duarte, o governo federal também está dando 0% para os funcionários públicos, o que é profundamente lamentável.

O Deputado Ricardo Duarte\* - Há 12 anos, não há aumento salarial para os funcionários. Aliás, outros governos tucanos fizeram a mesma coisa, como é o caso do governo Eduardo Azeredo.

O Deputado André Quintão (em aparte)\* - Nobre Deputado Ricardo Duarte, trabalhadores da área de educação, o Deputado que me antecedeu, se, de fato, está preocupado com esses 10 anos de desvalorização do servidor público, terá hoje uma boa oportunidade de nos ajudar votando a promoção automática - há uma emenda que garante a promoção automática por escolaridade adicional -; votando a extensão do abono para toda a rede de educação; votando a nossa tabela alternativa, 22% maior que a do governo; e votando o reposicionamento já, de acordo com o tempo de serviço. Espero que, no momento em que fizermos o destaque, o Deputado, tão preocupado, vote com o Bloco PT-PCdoB. Muito obrigado.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte)\* - Querido Deputado, causou-me estranheza o pronunciamento do Deputado Zé Maia, até porque, em nenhum momento, vi o Governador Aécio Neves rejeitar o apoio do Governador Itamar. Pelo contrário, ele aceitou de bom grado e fez o seu palanque, ganhando a eleição.

O Governador Itamar Franco foi o Governador que mais ajudou a polícia e os funcionários públicos. Quem dera que o Governador Aécio Neves fizesse 10% do que fez o Governador Itamar Franco. É por isso que me posiciono a favor da Bancada do PT e dos funcionários, lançando o apoio do PMDB. Muito obrigado.

O Deputado Ricardo Duarte\* - Obrigado, Deputado Adalclever Lopes. O Bloco PT-PCdoB fica feliz de contar com o apoio do PMDB nesta matéria.

Estamos apresentando hoje, para discussão em Plenário, algumas emendas ao projeto: o tempo de serviço do servidor deve ser levado em consideração para o posicionamento das atuais tabelas; é preciso haver a incorporação total da PRC e do abono aos vencimentos básicos, sem a necessidade da criação da VTI; deve ser previsto que os vencimentos básicos constantes nas tabelas não sejam inferiores ao salário mínimo - isso é muito importante, agora e no futuro, pois, com essa situação, provavelmente, no ano que vem, alguns servidores terão seu piso salarial inferior ao salário mínimo.

A Emenda nº 21 prevê que o tempo efetivo do exercício e o resultado da avaliação de desempenho individual anteriores ao posicionamento dos servidores nas carreiras dos profissionais de educação básica e nas carreiras de que tratam os incisos VII a XI serão considerados para fins da primeira progressão e da primeira promoção, na forma do decreto.

Apresentamos também uma tabela alternativa e esperamos que ela seja votada hoje. Ela dá, em média, 22% de aumento em relação à tabela do governo, além de prever que a promoção e a progressão por escolaridade adicional serão incorporadas automaticamente, sem a aprovação da Câmara de Coordenação-Geral de Planejamento.

Esperamos a sensibilidade dos nossos companheiros parlamentares para essas e outras emendas e também para o substitutivo que apresentamos hoje, a fim de que a tabela aprovada seja melhor do que a existente, sem ferirmos a Lei de Responsabilidade Fiscal; ou seja, é possível melhorar as tabelas, mesmo dentro das perspectivas financeiras do Estado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Ricardo Duarte, farei um rápido aparte, até para responder ao Deputado Zé Maia. Realmente, fui Vice-Líder do Governador Itamar Franco, a pedido do PT. Saí do governo, assim como todo o partido, quando o Governador ameaçou demitir as professoras.

O Itamar fez muita coisa errada, com certeza, mas seu pior erro foi apoiar o Governador Aécio Neves. Ele nos deve isso.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Agradeço ao Deputado Ricardo Duarte e parabenizo todos os servidores públicos presentes. É dessa forma que faremos as mudanças. Assim como o Deputado André Quintão, já disse várias vezes que o Legislativo e o Executivo são como feijão:

só funcionam com pressão. Por isso, é muito importante a pressão dos servidores.

As tabelas, da forma como estão, decepcionaram os servidores e não atendem às suas necessidades, pois eles estão há mais de 11 anos sem aumento, sem reajuste, recebendo um salário de fome, uma miséria que não lhes dá dignidade. Não podemos aceitar que um professor de 1ª a 4ª série - estou aqui com um contracheque - receba R\$212,00. Ressalto que os servidores não recebem atendimento do Ipsemg no interior. Muitos estão doentes, morrendo nas filas, sem atendimento, apesar de terem em seu contracheque desconto do Ipsemg.

Por outro lado, o Governador tem recursos para propaganda e divulgação, e são muitos. O orçamento para a publicidade e para a propaganda deste ano era de R\$10.000.000,00, e o Governador aumentou para R\$55.000.000,00, ou seja, houve um acréscimo de mais de 500%. Também existem recursos para pagar, por mês, mais de R\$50.000,00 ou R\$100.000,00 para um advogado. A Cemig tem e paga. A Copasa também paga consultoria.

Entretanto, não existem recursos para dar aumento para os servidores. O governo faz uma propaganda enganosa e mentirosa e divulgou, não apenas no Estado, mas em todos os outros Estados da Federação, que, em Minas Gerais, os servidores estavam tendo um reajuste de mais de 50%. Isso é mentira, como todos os servidores sabem.

Imaginem um servidor de São Paulo, de Manaus, de Goiás, que ouve isso. Ele pensará que o Governador de Minas Gerais é muito bom. Mas esse reajuste de mais de 50% não é verdade, não é realidade. Temos de desmascarar essa farsa do Governador Aécio Neves e dar o troco nas urnas, no ano que vem.

Finalizando, gostaria de agradecer a todos dizendo que é muito importante a mobilização dos servidores. Os políticos e o Governador têm de colocar a mão na consciência e ver que existe muito servidor passando por dificuldades, com a energia elétrica cortada, com o aluguel atrasado e sem recursos para o transporte. Então, é muito importante governar com o coração, com o sentimento, pensando nos servidores. Paulo Freire já dizia que, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco a sociedade muda.

Gostaria de agradecer ao Deputado Ricardo Duarte pelo aparte, e parabenizar os servidores, dizendo que é muito importante continuar a luta e, se for preciso, radicalizar. Valeu!

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini\* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV Assembléia, servidores presentes, gostaria de, nesta oportunidade, como membro da Diretoria Executiva da União Nacional dos Legislativos Estaduais, dar conhecimento a esta Casa de que a Unale, por meio de de um trabalho intenso e sério do atual Presidente, conseguiu reunir, num único documento, as linhas que irão nortear o comportamento das casas legislativas estaduais em todo o Brasil.

No mês passado, esse documento foi lançado no Congresso Nacional, e agora encaminhei à Mesa Diretora, ao Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, o seguinte ofício: "Com os nossos cordiais cumprimentos, e na expectativa de contribuir com a democratização e transparência do Poder Legislativo mineiro, vimos encaminhar a V. Exa. a proposta de minuta do Código de Ética Parlamentar, para sua análise e efetiva propositura junto à Mesa desta Casa."

O documento que encaminhamos é o resultado de um trabalho da Unale. Nele, é proposto um código de ética para o funcionamento do Parlamento mineiro. Conforme o Regimento, essa proposição deve ser feita pela Mesa Diretora.

O trabalho, bem elaborado e adaptado à nossa cultura e realidade, objetiva dar a cada parlamentar um balizamento para sua conduta ética e moral, permitindo que a sociedade mineira acompanhe o exercício de cada um dos mandatários e que a Comissão de Ética desta Casa tenha um instrumento para corrigir eventuais desvios.

No Congresso Nacional, conforme assistimos, e nos parlamentos estaduais e municipais, as comissões de ética funcionam, predominantemente, quando um grande escândalo aparece para a sociedade. Deputados João Bittar e Laudelino Augusto, nossa proposta é a de que a Casa vote seu código de ética e que a sociedade o conheça.

Após sua aprovação, que ocorrerá após um amplo debate nas diversas comissões desta Casa, teremos algo parecido com um vade-mécum, em que cada um terá seus balizadores para todas as suas atitudes. Esta Casa já resgatou bastante da respeitabilidade e do reconhecimento da sociedade mineira, dada a transparência com que trata as questões. Precisamos avançar mais, e o código de ética complementa esse processo. Esperamos, portanto, que a Mesa, tão logo receba essa proposta, já protocolada, encaminhe-a para as comissões para iniciarmos as discussões. Ganharão os parlamentares, a Casa Legislativa e o povo mineiro.

Com muita alegria, damos a conhecer a esse Plenário e a toda a imprensa este ato que praticamos. Esperamos que todos os parlamentares e as lideranças de bancada tomem conhecimento dessa minuta e iniciem a discussão, para, finalmente, darmos ao povo mineiro esse instrumento de transparência, ética e comportamento.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)\* - Essa proposta da Unale veio em boa hora e veio a calhar nesta reunião, porque precisamos acabar com uma coisa no parlamento. Por exemplo, acordos que são feitos nos bastidores são diferentes do que é exposto para a galeria, que merece nosso maior respeito; partidos vêm aqui defender os trabalhadores do ensino e da saúde, mas fazem acordos nos bastidores dizendo: "vocês fazem o que quiserem, só vamos meter o pau e não vamos obstruir, para poder votar."

A Oposição tem um instrumento muito forte, que é a obstrução, forçar para negociar. Mas a Oposição desta Casa não usa esse instrumento, preferindo fazer acordos e liberar as verbas para suas cidades. No caso, liberou R\$20.000.000,00 para o término de avenidas em Contagem. Amaciam tudo aqui dentro, nos bastidores, e fazem um circo para enganar a galeria e os trabalhadores do ensino.

Essa ética deve ser criada e perpetuar dentro do parlamento. Se ainda falta dinheiro em Minas Gerais, sobrou muito no governo federal. Esse dinheiro desapareceu nas malas do Marcos Valério, nas cuecas do Genofino, no roubo que o PT fez do dinheiro público. E, agora, ainda conseguem buscar uma galera assalariada em Contagem para colocar dentro desta Casa, mas que não representa realmente o povo nem os trabalhadores do ensino.

Essa era está acabando. Não foi o Governador do Estado que assaltou Brasília, mas essa gangue do PT, e falta dinheiro no País todo. E muitos dos que estão aqui na galeria são os mesmos clientes de há 20 anos, que recebem para estar aqui. Muitos até passam necessidade e recebem cesta básica para estar aqui. Obrigado.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Deputado Miguel Martini, agradeço esta oportunidade que V. Exa. me concede. Conheço sua formação religiosa, pessoa que tem uma militância na Igreja Católica.

Gostaria que V. Exa. esclarecesse a todos nós, inclusive às pessoas que nos visitam, que estão nas galerias e merecem o nosso respeito, a avaliação que a Igreja está fazendo da intolerância ou da intransigência do governo federal em relação à transposição do Rio São Francisco, motivo de o Bispo Luiz Cappio estar, há vários dias, em greve de fome. Gostaria que V. Exa. nos dissesse a respeito da avaliação da Igreja sobre este momento e sobre a sua visão do governo federal. Isso está relacionado ao assunto que V. Exa. trouxe à tribuna: o Código de Ética. É preciso que esses assuntos atuais não sejam distorcidos ou deixem de ser avaliados por este Parlamento. Por isso, V. Exa. é uma pessoa abalizada para falar sobre o assunto.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Neste momento, temos de ter muita tranquilidade. As avaliações devem ser feitas com isenção e imparcialidade. Observamos aqui uma enxurrada de mentiras. Estou retratando tão-somente a realidade dos fatos. Quando se fala em propaganda e gastos com propaganda, só há uma pessoa que tem prerrogativa para externar pensamento a esse respeito, que tem autoridade moral para falar sobre esse tema. Chama-se professor, o mestre dos mestres, Dr. Duda Mendonça, que, patrocinado pelo governo federal, fez no cenário nacional desmandos, corrupção, desvirtuou dinheiro público que deveria ser sagrado, sobretudo para valorizar e prestigiar os servidores públicos federais.

Outro dia mesmo, desta tribuna, Deputado Miguel Martini, tive a oportunidade de repudiar o veto que o Presidente Lula impôs à LDO. Sem sensibilidade, e de forma desleal e antipatriótica, promoveu o veto que impediu o reajuste dos servidores públicos federais de acordo com o crescimento da economia nacional, do PIB.

Portanto, toda a avaliação deve ser realizada e efetivada com muita imparcialidade, desprovida de paixão.

Se, hoje, a Assembléia Legislativa está votando a tabela salarial dos servidores da educação e da saúde, isso se deve à sensibilidade desta Casa e, acima de tudo, à capacidade, inteligência, determinação e administração admirável desenvolvida, liderada e implantada pelo nosso Governador Aécio Neves.

O Deputado Zé Maia (em aparte)\* - Ilustre Deputado Miguel Martini, quero cumprimentá-lo pelas palavras e dizer que o Deputado Weliton Prado reclamava da publicidade da Cemig e da Copasa, empresas sérias e que prestam grande serviço a Minas Gerais. Na verdade, o Deputado Weliton Prado queria que essas empresas contratassem o Sr. Duda Mendonça como publicitário. O problema é que Minas não faz pagamentos no exterior com dinheiro ilegal. Por isso, Deputado Weliton Prado, as empresas mineiras não contratam o Sr. Duda Mendonça, ficando o jogo sujo para o PT e o Presidente Lula, que faz pagamento com dinheiro sujo, ilegal. Por essa razão, a Cemig e a Copasa não contratam o Sr. Duda Mendonça.

O Deputado Miguel Martini\* - A democratização defendida no encaminhamento desse Código de Ética é exatamente estabelecer um tipo de relacionamento respeitoso entre os pares da Casa e as diversas forças organizadas da sociedade, e dar balizadores. O princípio da democracia é a exposição do contraditório. Cada ponto de vista é visto sob uma ótica, por isso temos de ver os diversos pontos de vista para formar um juízo.

Em relação à tabela que votaremos e à lei remuneratória que está para ser encaminhada a esta Casa, ela é mais uma ação entre as diversas praticadas para resgatar os direitos dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais, que sempre reivindicaram um plano de cargos que nunca foi dado. E, pela primeira vez, corajosamente é dado um plano de cargos para os servidores do Estado de Minas Gerais.

Os nossos servidores públicos não tinham os seus direitos reconhecidos, como o pagamento até o quinto dia útil de cada mês, o 13º salário pago integralmente, e também as verbas retidas foram liberadas. O desejo do Governador era realmente que se pudesse dar um reajuste que atendesse a todas as demandas, mas isso não foi possível.

Então, concluo dizendo que não é o que todos desejávamos, mas sim o que é possível para fazer verdadeiramente uma política de resgate do servidor público. Isso não se dá da noite para o dia.

Esse processo tem sido reconhecido pelos verdadeiros servidores públicos do Estado de Minas Gerais, aqueles que têm dado sua contribuição para melhorar as condições de vida do povo mineiro.

É preciso resgatar todos os direitos e reconhecer a necessidade do reajuste. Por outro lado, também é preciso acabar com a demagogia, conforme ocorreu no passado, que só piorou a situação. Caminhamos a passos largos para uma boa solução. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Gomes\* - Sr. Presidente, demais Deputados, ouvintes da TV Assembléia, público das galerias, Asthemg, Sind-UTE, Unimontes, demais associações e sindicatos, esta é a Casa do povo, sendo fundamental a presença de todos, que muito engrandece este momento tão importante. Quando passei pelos corredores, ouvi os clamores de que os servidores devem ter salários. Ora, devem ter salários e, de preferência, que sejam justos, pois o que mais existe neste país é a desigualdade.

Uma das melhores maneiras de distribuição de renda é o investimento na educação. A saúde é outra área que clama por justiça. Sabemos das dificuldades por que passam os governos federal, estadual e municipais. Todavia, o funcionalismo está sem reajuste há mais de 10 anos.

Clamo aos colegas presentes que votem as tabelas salariais, que estão tramitando há aproximadamente três meses. Que seja o momento de fazer justiça, pois um salário-base de R\$212,00 é um absurdo.

Tenho certeza de que todos os Deputados desta Casa estão empenhados nessa luta, independentemente do partido. A Bancada PT-PCdoB está empenhada na progressão ou na promoção automática, pois esse é o requisito mínimo pelo qual devemos lutar. Não é possível que um servidor público sobreviva com um salário básico menor que o salário mínimo, que já é muito baixo. Defendemos que procedamos à votação, pelo menos, da tabela da educação.

É um clamor; este momento chegou; tenho certeza de que o Governador também tem interesse, assim como o seu secretariado, apesar das dificuldades. Nenhum de nós nega que elas existem, mas também há necessidade de se fazer justiça e de se votar as tabelas, para que o servidor seja minimamente reconhecido. Os funcionários que prestam serviços o ano inteiro para toda a comunidade, para toda a sociedade precisam, sim, lutar por um salário justo. Cada vez que vejo as galerias repletas de pessoas que vêm aqui lutar por seus direitos, por um salário justo, sinto que isso é muito importante. Nada mais correto do que estarem presentes num momento como este, trazendo força e energia positiva. Ninguém está aqui para complicar, e sim para contribuir conosco, Deputados. Quanto mais rápido essa votação ocorrer, mais

rápido também a justiça será feita.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Agradeço o aparte ao Deputado Carlos Gomes, que não agiu da mesma maneira que o Deputado que me antecedeu, mas de forma democrática, entrando no debate.

De toda a Federação, Minas é o Estado que paga pior aos servidores. Vamos fazer um comparativo com o salário de um professor em São Paulo. Temos aqui dois contracheques, de 2000 e de 2005, da Profa. Rosalina, P-1, que recebe o salário-base de R\$212,53. Essa servidora, pedagoga, trabalha há 28 anos no Estado. Há cinco anos, ela ganhava R\$230,00, sendo que os descontos médios, em 2005, totalizaram R\$88,81, e, em 2000, R\$70,65. Isso significa que, hoje, os servidores recebem menos do que recebiam há poucos anos. Então, o Estado que paga o pior salário aos seus servidores é Minas Gerais.

Quero dirigir-me também ao Deputado que me antecedeu, que mencionou o Código de Ética, que deveria existir aqui. Ele deveria ser o primeiro a ir para o Código, porque um parlamentar que tem a coragem, a cara-de-pau de falar que os servidores aqui presentes estão recebendo e que são uma corja tem de ir para o Código de Ética. É um Deputado que desrespeita a Sra. Alair Ribeiro da Silva, de 72 anos, trabalhadora da Escola Magalhães Pinto, servidora contratada e que não pode se aposentar; os outros servidores que passaram no concurso, como a Sra. Berenice da Silva, de 64 anos, que trabalha há 18 anos, no Estado, na Escola Padre Antônio Vieira, de Santos Dumont; a Sra. Luísa do Carmo, que trabalha há 20 anos no Estado e recebe uma miséria. Em 18 anos, houve três concursos públicos. Até hoje os servidores não foram efetivados e ainda correm o risco de sair com uma mão na frente e outra atrás, em 31 de janeiro. Não podemos aceitar essa situação. É preciso governar com o coração, com sentimento. De fato, os servidores públicos não são prioridade deste governo. É muito importante que eles continuem mobilizados, porque é assim que faremos as mudanças. Dou-lhes uma sugestão: fechem as estradas de Minas Gerais e parem o Estado para sensibilizar o Governador Aécio Neves, porque no ano que vem haverá eleições, e ele sentirá isso na pele. Além disso, convoquem os estudantes a irem às ruas, assim como seus pais e a sociedade organizada.

Agradeço ao Deputado Carlos Gomes e parabeno os servidores. Continuem na luta. Valeu!

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Carlos Gomes.

Quero apenas deixar claro a todos os servidores presentes, trabalhadores da saúde e da educação, que há Deputados aqui que querem confundir o ambiente, tocar em outro assunto. É difícil mesmo justificar um salário de uma professora de R\$212,00. Mudam de assunto por esse motivo. Se houver algum Deputado querendo averiguar, de fato, o problema de caixa dois, em especial aqui em Minas Gerais, estou com um pedido de CPI. É só passar na minha sala e assinar. Assim, veremos o caixa dois de Aécio, de Azeredo, de Marcos Valério, de muita gente. Esse é outro assunto. Aliás, há a CPI da saúde também. O Deputado Adelmo está requisitando assinaturas. Quem quiser a CPI da saúde de Minas, para ver que o Aécio não investe e tem superfaturamento, pode assinar a nossa CPI. Está nas mãos do Deputado Adelmo. O Aécio não deixa fazer porque ninguém assina. Os Deputados do PSDB têm medo de CPI.

O fato é que estamos, desde junho, discutindo as tabelas, tentando melhorá-las. Temos várias emendas e estamos dispostos a votá-las. Estamos chamando os Deputados a fazer isso. Alguns pontos não têm sequer grandes impactos financeiros de imediato. Como se faz um plano de carreira sem promoção e progressão automáticas? Para ser avaliado por uma câmara de gestão? Isso não é plano de carreira. O professor fez o curso e, portanto, deveria ser promovido automaticamente. É assim que funciona plano de carreira em qualquer parte do Brasil e do mundo. É uma questão simples.

Com relação às tabelas, não há reajustes. A propaganda do governo é enganosa. Há incorporação de parte da PRC, mas reajuste, de fato, não há. Essa propaganda enganosa revolta os trabalhadores da educação.

A única questão em que conseguimos avançar, para terminar o aparte, Presidente, foi com relação aos designados que passam no concurso público. Mesmo assim, avançar entre aspas. Com a emenda que aprovamos ontem, em outro projeto de lei, o professor não perderá mais o seu direito a biênio e a quinquênio. Do jeito que estava, no projeto original do governo, o designado que trabalhava 10 ou 20 anos perdia tudo. Por exemplo, com 20 anos, perderia 4 quinquênios e 10 biênios. Conseguimos aprovar uma emenda com a anuência de todos os Deputados, inclusive da base do governo, dando a garantia ao professor designado de que não perderia salário. Até agora, a conquista significativa foi essa, mesmo assim, é para não perder. Para ganhar, ainda não conseguimos absolutamente nada que fosse importante do ponto de vista das tabelas.

A nossa posição é muito clara. Não podemos votar uma tabela tão pequena, em que não há reajuste, que não é coerente sequer com a própria propaganda do governo.

Deputado Carlos Gomes, a nossa posição é a de que fizemos um processo de melhorar a tabela. Estamos num processo de votação e, portanto, colocaremos as nossas emendas para votar. Se os Deputados, de fato, querem ajudar os professores, há várias emendas que apresentamos. Esperamos a aprovação de todas. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Gomes\* - Agradeço os apartes e agradeço ao Presidente Mauri Torres.

Reitero que, num momento como este, não sejam mudados os rumos. Temos todo o tempo para discutir CPI. Conforme disse o Deputado Rogério Correia, se for preciso, abriremos outras CPIs.

Peço a todos os pares, a todos os Deputados desta Casa, para concentrarmos todos os esforços, Deputado Mauri Torres, na votação das tabelas salariais. Que hoje sejam votadas as tabelas da educação, e que não passe de amanhã, de preferência, a tabela dos funcionários da saúde. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e trabalhadores da educação que acompanham os trabalhos da Assembléia, venho aqui em nome do Bloco PT-PCdoB solicitar o apoio dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas para que votemos, em primeiro lugar, com preferência, o substitutivo apresentado pelo Bloco PT-PCdoB em discussão com os servidores e entidades da educação pública do Estado de Minas Gerais.

Neste momento, gostaria de enumerar os pontos que estão nesse substitutivo. Portanto, uma vez aprovado esse substitutivo, no entendimento do Bloco PT-PCdoB, o servidor público estadual da área da educação teria, pelo menos em boa medida, incorporados os seus direitos e essa luta. Lembramos que tivemos com os servidores a batalha do plano de carreira e a batalha do envio das tabelas salariais.

Foram 100 dias de debates aqui na Assembléia. Técnicos, políticos, audiências públicas, negociações. Com muita responsabilidade, chegamos

aqui hoje na Assembléia para votar, mas votar uma tabela digna, que atenda, de fato, ao interesse do servidor da educação.

Nosso substitutivo prevê a incorporação total da PRC sem a VTI. Esse é um ponto fundamental para todos nós. No substitutivo, apresentamos uma tabela com um aumento médio de 22% acima daquele previsto pelo governo do Estado. Poderiam alguns dizer que o orçamento não comportaria. A própria imprensa hoje registra que as receitas cresceram e o orçamento médio aumentou 13% em seu conjunto. Entendemos que cabe também, na linha da valorização do serviço público, compartilhar o crescimento da receita com a valorização do servidor público.

Outra questão fundamental que o nosso substitutivo abrange é o estímulo e a valorização do servidor, por meio da promoção automática por escolaridade adicional, já. Não há serviço público de qualidade e, portanto, cidadão bem atendido sem servidor motivado e valorizado. Essa já é uma conquista de vários Municípios, inclusive Belo Horizonte. Por que não adotá-la também na rede pública estadual de educação?

Outra questão que o nosso substitutivo abrange é o reposicionamento na carreira levando-se em conta o tempo de serviço prestado pelo servidor da educação.

Não é justo que esse tempo de serviço prestado dignamente, com empenho, sem reajuste salarial, desapareça no reposicionamento da carreira. O Estado tem instrumento para promovê-lo.

Outra questão importante diz respeito à extensão do pagamento do abono retroativo para todos os profissionais da área da educação. Esse é o resultado de um acordo de greve, e não podemos criar essa diferenciação.

Quanto ao reajuste - chamam de reajuste -, o servidor sabe que essa compensação com VTI é uma questão irrisória, ou seja, 5% em julho para 2006. Fizemos uma modificação no nosso substitutivo. Estamos solicitando a antecipação de julho para abril, porque existem resoluções do TSE que podem inviabilizar o reajuste em 1º de julho. A Assembléia não pode votar um dispositivo para, posteriormente, o governo resolver que não pode dar esse reajuste devido à lei eleitoral. Portanto, vamos antecipar esse reajuste para o dia 2 de abril, e isso nosso substitutivo prevê.

Fizemos muitos debates e negociações acerca da avaliação geral das tabelas salariais. Esse substitutivo visa a atender a um conjunto de reivindicações, que podem ser votadas com responsabilidade por esta Casa. Ontem, pela manhã, um conjunto de Deputados votaram um importante item, que concede aos designados todos os benefícios, como o quinquênio e o biênio, se forem efetivados por concurso público. Essa foi uma conquista que contou com a participação da base do governo, do Presidente da Assembléia e do Líder do Governo.

Portanto, ontem esta Casa deu provas de que a negociação avança. Aliás, avançou em alguns outros itens. Avançou a ponto de votarmos hoje as tabelas salariais. Todavia, esses pontos elencados no nosso substitutivo, quem sabe num gesto... A Assembléia fez a sua parte quando aprovou o plano de carreira, quando aprovou, numa negociação política, a necessidade do envio das tabelas da educação e da saúde até 30 de junho. A Assembléia realizou as audiências públicas, que contaram com a participação de Presidentes de comissões de outros partidos.

Não queremos a paternidade desse substitutivo, pois, se existe uma construção nesse substitutivo, trata-se da construção histórica do movimento de luta dos trabalhadores da educação do Estado de Minas Gerais. Esse é um substitutivo dos trabalhadores da educação, que são uma referência em Minas Gerais e em todo o País.

Portanto, ao aprovarmos esse substitutivo, a Assembléia estaria sintonizada, harmonizada com a promoção automática por escolaridade adicional, por reposicionamento, levando em conta o tempo de serviço. Evidentemente, tirando a questão da VTI que prejudicará principalmente aqueles servidores que têm menos tempo e não terão o tempo contado com esse tipo de vantagem para a aposentadoria, ou seja, diminuirá sua aposentadoria.

Há muitas questões nesse substitutivo que não trazem impacto financeiro imediato e que poderiam sensibilizar a base do governo, que é séria, tendo votado, ontem, a questão dos designados, e dado sua contribuição em outras emendas. Temos um acordo para votar uma emenda que impede perdas com a tabela.

Infelizmente, da forma como a tabela veio, alguns servidores teriam sua remuneração líquida diminuída. Todos nós conseguimos, inclusive nas comissões, alterar essa questão. Portanto, faço um apelo, uma vez que o Bloco PT-PCdoB está em peso hoje aqui para votar sem obstruir, porque também temos responsabilidade, já cumprimos o prazo regimental e não queremos que o atraso do governo ao enviar as tabelas recaia sobre os ombros dos que estão aqui hoje e que estiveram antes para aperfeiçoar a proposta.

Sr. Presidente, votaremos esse requerimento de preferência, mas já anunciamos que, no Substitutivo nº 2, que não é o nosso, há vários destaques. Se, eventualmente, perdermos a votação de preferência, faremos voltar todos esses pontos, destaque por destaque, porque queremos a melhor tabela salarial. É bom para o servidor, é bom para Minas, é bom para o cidadão mineiro.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, trabalhadores da educação que nos assistem na votação da tabela salarial, farei a defesa de três emendas que foram aqui destacadas pelo Bloco PT-PCdoB. Durante o andamento dos trabalhos, desde junho, fizemos, conforme disse o nosso Líder André Quintão, um esforço para a aprovação de algumas emendas que julgamos fundamentais. Não que apenas nós, do PT e do PCdoB, quiséssemos fazer uma melhoria da tabela. Fato é que, no papel de Oposição, e diante da ligação histórica que temos com o Sind-UTE e com os trabalhadores da educação, fizemos todo o esforço possível para modificar essa tabela salarial.

Daqui a pouco, estaremos fazendo a defesa de uma tabela alternativa que dá um reajuste superior ao do governo em 22%. É possível o Estado bancar isso, portanto faremos a defesa dela. O Estado não foi até o seu limite nem está valorizando os trabalhadores da educação como deve.

Além disso, existem alguns outros pontos que são cruciais e que não custam tanto ao governo do Estado. Há uma insensibilidade muito grande, e o governo não quis nos atender. Apontamos várias falhas no projeto de lei, mas é importante destacar quatro delas. Digo isto com toda sinceridade: graças à nossa pressão, à pressão não apenas dos Deputados e das Deputadas do PT e do PCdoB, mas também dos trabalhadores da educação e do Sind-UTE, é que conseguimos sanar uma injustiça que seria muito grande. Nesse caso, votamos, ontem, essa emenda que faz com que os designados que passaram ou que venham a passar em concurso público levem para o seu novo cargo efetivo o tempo de serviço do seu biênio e do seu quinquênio. Seria uma injustiça muito grande se eles perdessem o tempo de serviço.

Um professora, um professor, um trabalhador da educação, seja ele auxiliar ou especialista, que tivesse, por exemplo, 20 anos de serviço, perderia quatro quinquênios e dez biênios e teria o seu salário completamente reduzido. Conseguimos convencer que essa injustiça precisava ser sanada. No entanto, não conseguimos convencê-los em mais três outros pontos, por isso apresentamos emendas. Portanto, peço que o voto seja favorável a elas. Falarei rapidamente sobre essas emendas.

Em primeiro lugar, ao fazer o reenquadramento na nova tabela, o governo não está considerando o tempo de serviço já trabalhado pelo funcionário da educação. Dessa forma, ele fará o enquadramento para valer apenas agora na carreira, desconsiderando, às vezes, 10 anos de serviço de um professor em sala de aula. Isso não será levado em consideração na nova tabela salarial.

A nossa proposta inclui esses 10 anos para efeito de reenquadramento. O professor ou qualquer trabalhador de educação teria automaticamente essa promoção.

A segunda emenda que apresentamos refere-se à carreira, à promoção automática. Em qualquer lugar, funciona dessa forma. Em Belo Horizonte, isso acontece há muito tempo. Se uma professora de 1ª à 4ª série esforçou-se para fazer um curso superior, tem automaticamente seu acesso e passa a receber como professora que possui curso universitário. Isso tem que ser automático, mas a proposta do governo diz que isso dependerá de uma comissão de Secretários, que fará um decreto daqui a não sei quanto tempo. Essa é uma injustiça, pois a carreira não fica valendo realmente com promoção e progressão. Portanto, pedimos o apoio dos Deputados para a emenda que faz com que a progressão e a promoção sejam automáticas.

A terceira emenda é sobre algo óbvio, que, infelizmente, não foi acatado, por isso a apresentamos. Defendemos que ninguém possa receber, na educação, menos que um salário mínimo. Isso é o mínimo que podemos exigir do governo. No ano que vem, certamente o salário mínimo terá um reajuste superior à inflação, como tem sido a política nacional do Presidente Lula.

Como o Estado não tem nenhuma previsão de reajuste, isso significará que, novamente, os trabalhadores da educação passarão a receber piso salarial menor que o salário mínimo, como ocorreu em todos os dias da administração Aécio Neves até o dia de hoje.

Essas três emendas são fundamentais para nós, e peço aos Deputados do governo que nos ajudem para que essas injustiças não permaneçam e tenhamos um plano de carreira que signifique realmente um avanço para a sofrida categoria dos trabalhadores da educação. Votem conosco. Votem nessas emendas e façam um favor à educação pública mineira. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, as tabelas do Governador Aécio Neves decepcionam o conjunto dos servidores do Estado de Minas Gerais. É uma mentira, um engodo do Governo, que faz propaganda enganosa, dizendo que o reajuste é de mais de 54%. Essa é uma maldade do Governador, que está subestimando a inteligência dos servidores do Estado.

Por isso, apresentamos uma emenda que reajusta toda a tabela de vencimentos em 22% sobre os valores propostos pelo governo. Com isso, o piso salarial do professor passa de R\$305,00 para R\$372,00. Estamos apresentando uma tabela que melhora o projeto.

O piso salarial de Minas é o menor de todos os Estados da Federação. Hoje, o Governador de São Paulo deu um reajuste linear de 16%, e, com isso, o piso passará para R\$510,00.

O piso salarial no Pará é R\$510,33; no Rio de Janeiro, que é um dos mais baixos, já há mais de 10 anos sem reajuste, é R\$431,00, e, mesmo assim, é o dobro do piso salarial de Minas Gerais, que é R\$212,00, por P-1. No Rio, o piso é o dobro de Belo Horizonte, repito. Vou mais longe. No Piauí, para quem possui ensino superior, o piso salarial é R\$800,00; o piso salarial no Acre é R\$450,00.

Vamos fazer discussão em Minas Gerais; vamos! Em Belo Horizonte, o piso salarial, R\$1.100,00. Governador, tenha vergonha; Deputados da base do Governo, vamos votar com o povo, vamos votar favorável à nossa emenda. Faço esse clamor e chamo todos os Deputados da base do Governo, para mostrarem autonomia e independência deste Poder. Não fiquemos submissos ao Governador, ao Governo do Estado de Minas Gerais. Está nas mãos de vocês a possibilidade de dar dignidade, de fazer justiça a uma categoria muito importante no Estado de Minas Gerais, que é fundamental para garantir o progresso e o desenvolvimento do nosso Estado.

Solicito a todos os Deputados desta Casa que honrem o voto que tiveram nas eleições. Vamos honrar, porque, com certeza, vocês estarão aqui no ano que vem. Mas, se isso não acontecer, que cada servidor presente seja um grande militante, um grande guerreiro, e divulgue para todos os cantos de Minas Gerais, para os 853 Municípios, os nomes dos Deputados que votaram contra a categoria de vocês, que votaram a favor dessa tabela de fome, que não concede reajuste nenhum, que é puro "marketing", que é pura enganação. Que cada um seja um soldado e divulgue para a população, para todos os estudantes, para os pais e para todos os alunos.

Termino conclamando os Deputados a votarem com os servidores, com a nossa tabela que reajusta em 22%, o que não é nada demais. Passará o piso salarial para R\$372,00. O Governador aumenta a taxa de energia, aumenta a verba de publicidade de R\$10.000.000,00 para R\$65.000.000,00. Agora, com financiamento do BID conseguiu mais de R\$1.000.000.000,00. Há recursos, há condição de se garantir reajuste para os servidores, que é pouco perto do que eles merecem.

Concluo fazendo esse apelo a todos os Deputados presentes: vamos votar com o coração, vamos votar com sentimento, pensando nos nossos filhos, pensando nas gerações futuras, porque a qualidade da educação é fundamental para melhorar a qualidade de vida do País. Agradeço. Parabéns a todos esses servidores que estão aí. Valeu!

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, em nome do Bloco PT-PCdoB, encaminho contrariamente à aprovação do Projeto de Lei nº 2.463/2005, que instituirá a Vantagem Temporária Incorporável - VTI. Discutirei com vocês, colegas Deputados e Deputadas, o motivo que nos faz votar contra essa VTI, mais conhecida entre os trabalhadores da educação como "vou te iludir".

Essa VTI nos faz adotar um posicionamento contrário. Isso acontece porque quando se estabelece uma tabela de piso salarial, para que a partir dela se obtenham promoções e progressões, por meio de avaliação de desempenho ou de tempo de serviço, pretende-se que seja pura, que nela não existam outros penduricalhos, como abono, PRC, VTI e neo-PRC. Na verdade, a VTI é uma neo-PRC. Os neoliberais gostam de uma neo-PRC.

A VTI, na realidade, é parte da PRC que não foi para o conjunto do piso salarial. Como eu já havia dito anteriormente, não houve nenhum reajuste na tabela, que infelizmente acabou sendo aprovada. Não concordo com o que o governo vem dizendo, por não ser verdade, e disse isso ao Secretário Anastasia quando este esteve aqui.

É ilusão dizer que houve algum tipo de reajuste; o que houve foi a incorporação de parte da PRC e do abono. A incidência do biênio e do quinquênio fará com que alguns, não todos, tenham um pequeno aumento no contracheque. Isso não pode ser chamado de reajuste. Não é o que se ganhava, portanto não houve reajuste salarial dos servidores. Eles continuam sem reajuste.

Era esperado que, pelo menos, o conjunto da PRC, assim como o abono, passassem a fazer parte do piso salarial.

Era o mínimo que podíamos esperar do governo. Se nem sequer dará reajuste, que pelo menos incorporasse os abonos e as parcelas ao piso salarial. Então, se alguém ganha R\$500,00, contando-se a PRC mais o salário-base etc., que o piso passe a ser esse valor. Sobre ele, incidiriam os quinquênios e os biênios. Era o mínimo que esperávamos, sinceramente. Menos que isso é muito pouco.

Somos contra a proposta do governo, porque nem sequer essa incorporação foi feita no interior das tabelas apresentadas por Aécio Neves. É isso que gostaríamos que os Deputados e as Deputadas compreendessem. Não está havendo, por parte da Oposição, nenhuma exigência do impossível. Estamos exigindo o óbvio. Ao se propor nova tabela para haver progressão e promoção na carreira, que tudo seja piso salarial. Qualquer tabela salarial, qualquer discussão de plano de carreira pressupõe que haja penduricalhos no contracheque.

Juntamente com o Sind-UTE, chegamos a dizer ao governo que tudo bem. Ele disse que isso é caro e que não haveria possibilidade de fazer tudo de uma vez. Não concordamos com isso, mas chegamos a propor ao Secretário que nos informasse, pelo menos, quando a VTI seria incorporada. Se não pode ser de uma vez, quando os professores, os trabalhadores da educação e da saúde, enfim, todos os servidores terão a garantia de que os penduricalhos serão incorporados? Solicitamos que essa data fosse informada, mas o governo se negou a fazer isso. Não sabemos se algum dia tudo será incorporado à tabela salarial. Essa é a questão que queremos apresentar aos Deputados e às Deputadas. Pedimos a rejeição desse projeto de lei, porque ele mantém a injustiça dessa não-incorporação do conjunto dos penduricalhos no salário. Isso vale para as áreas da saúde, da educação básica e superior e ainda vai valer para as outras. Se isso não pode acontecer agora, quando acontecerá? Quando o governo garantirá que tudo será incorporado? Essa é a pergunta que não foi respondida, e é por isso que estamos votando contra, com muita clareza. É possível ao governo atender a essa reivindicação, mas nem sequer está havendo vontade política para estudar o assunto.

Portanto, solicitamos aos Deputados e às Deputadas que rejeitem esse projeto. Se ele for aprovado - e esperamos que não seja -, a nossa Bancada e o nosso Bloco solicitará destaque de uma das emendas que apresentamos, para ver se, pelo menos, uma outra injustiça possa vir a ser corrigida. Talvez todos os Deputados não saibam, porque não têm obrigação de saber, passo a passo, qual é a situação, mas os trabalhadores da educação sabem que, na verdade, todos recebiam um abono de R\$45,00 mais PRC. O governo Aécio Neves cometeu mais uma injustiça brutal, retirada de um profundo saco de maldades. Quem tem dois cargos passou a receber apenas um abono e uma PRC, ou seja, ele retirou dinheiro, diminuiu os salários. O sindicato fez greve por causa disso; a injustiça foi muito grande. O projeto propõe a manutenção dessa injustiça. Só será paga uma VTI por cargo. Então, o professor que tem dois cargos - e ele precisa ter porque o salário é muito baixo, R\$212,00... Ele tem de dobrar, assim como quase todos fazem, ou seja, dobram no Estado com a Prefeitura, arranjam outro serviço.

É verdade o que disse o Deputado Weliton Prado: Minas tem o menor piso salarial do Brasil. Não sei se existe Prefeitura que pague tão mal como o Estado. Então, vejam bem: a VTI só será paga em um contracheque. No outro, nem sequer se ganha VTI. Aí, ele ganhará apenas o piso salarial, R\$212,00, que agora, com a nova tabela, passará para R\$326,00, no caso de uma professora, ou R\$300,00, no caso de uma auxiliar de escola.

Então, a professora que dobra vai ganhar um salário em torno de R\$500,00, com o aumento, caso tenha muitos quinquênios. Vamos dizer R\$450,00. Mas, se ela fizer um outro..., nesse caso só receberá R\$326,00, porque não estará sendo paga a VTI.

Fizemos um destaque. Vamos votar contra o projeto, para que não exista VTI, ou seja, para que tudo seja piso salarial, que é o correto em qualquer plano de carreira. O certo é existir apenas a tabela de salário, sem qualquer penduricalho. Vamos votar contrário ao projeto que cria essa tal VTI, essa neo-PRC, do Secretário Anastasia. Esperamos que o referido projeto não seja aprovado. Para isso, contamos com a sensibilidade dos Deputados e Deputadas. Mas, caso isso ocorra, existe um destaque dessa emenda para garantir que quem tenha dois cargos no Estado receba, pelo menos, a VTI, a fim de não receber um salário ainda menor que o mixo salário que o Governador Aécio Neves paga. E ele ainda diz, na propaganda, que os professores terão um grande aumento. Os alunos irão para as salas de aula achando que os professores receberam um brutal aumento, porque a propaganda do Governador atinge a todos, e o sindicato não tem dinheiro suficiente para concorrer com o Governador e dizer que a propaganda é enganosa.

Dessa forma, nós, do PT e do PCdoB, vamos estudar se é possível ingressar no Procon, porque propaganda enganosa deve dar penalidade. Muito obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/10/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado George Hilton

exonerando Raquel Oliveira Carvalho do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Luiz Cláudio de Carvalho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

Gabinete do Deputado Jayro Lessa

exonerando Aléssia Maria de Souza Rodrigues do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando Elizabeth Rita de Oliveira Generoso Cotta do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

exonerando Jaqueline Ribeiro Amorim do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas;

exonerando Paula Pastor Nogueira do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

nomeando Aléssia Maria de Souza Rodrigues para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Ana Cláudia Rodrigues Batista para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 4 horas;

nomeando Elizabeth Rita de Oliveira Generoso Cotta para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

nomeando Jaqueline Ribeiro Amorim para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Paula Pastor Nogueira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL*								
(Constituição Estadual, art. 73 § 3º, incluído pela EC nº 61 de 23/12/2003 e art. 44 da Lei nº 14.684 de 30/7/2003)								
Unidade Orçamentária: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS								
3º TRIMESTRE DE 2005								
Cargo/Função	Julho	Qtde	Agosto	Qtde	Setembro	Qtde	Total Trimestre	Qtde Média
Membros do Poder (*)	2.730.282,00	81	2.645.990,00	81	2.796.713,00	81	8.172.985,00	81
Efetivos	6.037.934,85	873	5.754.223,88	873	5.837.676,23	869	17.629.834,96	872
Cargo de Recrutamento Amplo	4.602.860,06	2.031	4.505.290,11	2.035	4.443.985,34	2.021	13.542.058,34	2.029
Inativos	8.253.919,84	859	8.262.631,52	861	8.192.409,09	863	24.719.037,62	861
Pensionistas	110.229,66	29	169.630,79	29	110.229,66	29	390.090,11	29
SUBTOTAL	21.735.226,41	3.873	21.337.766,30	3.879	21.381.013,32	3.863	64.454.006,03	3.872
Patronal	1.757.813,37		1.718.331,10		1.755.342,84		5.231.487,31	
TOTAL	23.493.039,78		23.056.097,40		23.136.356,16		69.685.493,34	
NOTA EXPLICATIVA: Expurgo das despesas de exercícios anteriores classificadas na rubrica: 3.1.90.92								
(*) Os valores relativos aos Membros do Poder referem-se às despesas de caráter remuneratório e de caráter indenizatório.								
Mauri Torres, Presidente - Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral em Exercício - Neusa Maria Pampolini, Diretora de Recursos Humanos e Administração - Leonardo Claudino Graça Boechat, Diretor de Planejamento e Finanças.								

\* - Republicado em virtude de incorreções havidas na publicação verificada na edição de 8/10/2005, na pág. 57, cols. 3 e 4.

## ERRATA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 8/10/2005, na pág. 57, col. 1, sob o título "Gabinete do Deputado João Bittar", onde se lê:

"Alessandro Martins Freitas", leia-se:

"Alessandro Martins de Freitas".

E onde se lê:

"Thamara Souza Goulart Santos", leia-se:

"Thâmara de Souza Goulart Santos".